II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

2010

II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

1. Política de Desenvolvimento Produtivo

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) tem como objetivos principais promover a competitividade de longo prazo e consolidar a confiança na capacidade de crescimento da economia, integrar os instrumentos de políticas existentes, fortalecer a coordenação entre instituições de Governo e aprofundar a articulação com o setor produtivo privado. A Coordenação Geral da PDP foi atribuída ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a função de Secretaria-Executiva à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Ministério da Fazenda (MF).

Tendo em vista os objetivos principais da Política, foram estruturados quatro desafios a serem enfrentados pela PDP: i) ampliar a capacidade de oferta da economia brasileira em bases sustentáveis e competitivas, de modo a evitar a formação de gargalos e pressões inflacionárias; ii) elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras para ampliar sua competitividade no mercado doméstico e fortalecer sua inserção externa; iii) preservar a robustez do balanço de pagamentos, mantendo a trajetória de expansão e diversificação da pauta de exportação e criando condições favoráveis à atração de investimentos externos diretos; e iv) ampliar as condições de acesso a mercados para micro e pequenas empresas (MPEs), de modo a gerar efeitos competitivos e distributivos positivos, conjugados com iniciativas voltadas ao desenvolvimento de sistemas empresariais de maior porte, com padrão e governanças compatíveis com as melhores práticas internacionais. Dados esses desafios, foram estabelecidas quatro macrometas para a PDP: ampliar a participação da formação bruta de capital fixo no PIB, de 17,6%, em 2007, para 21%, em 2010; ampliar a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais, de 1,16%, em 2007, para 1,25%, em 2010; elevar a participação dos gastos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no PIB, de 0,52%, em 2007, para 0,65%, em 2010; e ampliar em 10% o número de MPEs exportadoras, até 2010.

Visando à construção da competitividade de longo prazo da economia brasileira, foram estruturados 32 programas para a PDP, divididos em 3 níveis: ações sistêmicas, destaques estratégicos e programas estruturantes para sistemas produtivos. As ações sistêmicas estão focadas em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva. Os destaques estratégicos estão voltados a temas de política pública, escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do País no longo prazo. Os programas estruturantes para sistemas produtivos referem-se a objetivos estratégicos que visam diversificar a estrutura produtiva doméstica, organizados em: i) programas mobilizadores em áreas estratégicas, que envolvem complexidade científico-tecnológica, como o complexo da saúde, o complexo da defesa, tecnologia da informação e comunicação (TIC), biotecnologia, energia nuclear e nanotecnologia; ii) programas para fortalecimento da competitividade, que enfatizam a expansão física e a internacionalização, bem como a liderança tecnológica, em que se incluem mineração, celulose e papel, setor aeronáutico, siderurgia, bioetanol, carnes, petróleo, gás e petroquímica; e iii) programas para consolidação e expansão da liderança, focados em setores com alto encadeamento na estrutura produtiva, alto potencial exportador e afetados por importação, mas com potencial competitivo, como o complexo automotivo, madeira e móveis, bens de capital, agroindústria, indústria naval e de cabotagem, construção civil, têxtil e confecções, complexo de serviços, couro e calçados, artefatos plásticos, higiene, perfumaria e cosméticos.

Em 2009, no âmbito dos trabalhos da PDP, em articulação com a iniciativa privada, foi feito o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo para outros três segmentos: eletroeletrônica de consumo, brinquedos e trigo. Ainda nesse ano, os esforços dos trabalhos da PDP foram concentrados na construção das Agendas de Ação e na manutenção da capacidade competitiva dos setores, com medidas mitigadoras da crise internacional e de indução do consumo, tendo em vista as previsões pessimistas nesse novo contexto, o que poderia comprometer o alcance das metas setoriais e os desafios dessa política.

a) Desonerações Tributárias, Ampliação de Recursos para Financiamentos e Regulamentação de Processos para as Cadeias Produtivas

Em 2009, o Governo adotou um conjunto de importantes medidas de estímulo ao investimento, principalmente no campo tributário, de financiamentos e regulamentação de processos. Por meio do BNDES, foram providos recursos ao setor industrial e de serviços, cabendo destacar as seguintes ações:

- criação do Programa de Sustentação do Investimento, com equalização das taxas de juros das operações para a aquisição de bens de capital, exportações e inovação, contratadas até 31 de dezembro de 2009;

- ampliação da lista de itens financiáveis pelo Cartão BNDES, com a inclusão de serviços de P,D&I (como extensão tecnológica, prototipagem, projeto de experimento e pedidos de registro de propriedade intelectual) e a possibilidade de financiar contrapartida de projetos de inovação na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) ou no próprio BNDES;

- criação do Programa BNDES Pró-Engenharia, para apoio a atividades de engenharia em diversos setores da economia, com orçamento de R$ 4 bilhões; e

- constituição do Fundo Garantidor de Investimentos para MPEs (BNDES/FGI), visando reduzir as dificuldades de acesso ao crédito por MPEs.

No ano de 2008, o BNDES desembolsou para os sistemas produtivos abrangidos pela PDP um montante de R$ 75,6 bilhões, 20% acima da meta de R$ 62,5 bilhões, definida no lançamento da Política. Em 2009, a meta para desembolsos do Banco também foi alcançada. Era previsto um desembolso anual de R$ 77 bilhões para os sistemas produtivos compreendidos pela PDP, tendo sido realizados R$ 121,1 bilhões, em 2009. Para 2010, a meta para operações no âmbito da PDP é de R$ 113 bilhões.

Dentre as medidas de caráter tributário, destaca-se a redução do prazo de apropriação dos créditos tributários gerados na aquisição de bens de capital relativos ao PIS/PASEP e à Cofins, de 24 para 12 meses, bem como a permissão da depreciação acelerada de máquinas e equipamentos utilizados na fabricação de bens de capital em 20% do tempo normal e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre um novo conjunto de bens de capital.

Em relação ao segmento de couro, calçados e artefatos, além do estabelecimento de medidas *antidumping* contra a importação de calçados chineses, destaca-se, ainda, o Programa de Promoção às Exportações de Calçados, desenvolvido pela Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (APEX-Brasil). Em 2010, os trabalhos da PDP para os setores intensivos

em mão de obra continuarão visando ao fortalecimento da competitividade das cadeias produtivas, inseridas ou não na PDP, por intermédio das atividades dos Fóruns de Competitividade e outras instâncias de articulação público-privada.

Dentre as ações da PDP para o Complexo Automotivo, que foram regulamentadas ou tiveram seus principais efeitos em 2009, destacam-se: i) o financiamento à engenharia automotiva, pelo BNDES, envolvendo investimento superior a R$ 3,0 bilhões e financiamento da ordem de R$ 1,8 bilhão; ii) a ampliação do prazo para pagamento do IPI incidente sobre as autopeças destinadas ao mercado de reposição, de decendial para mensal, para adequar o prazo de pagamento dos impostos ao prazo de recebimento; iii) a prorrogação de redução do IPI, com manutenção da alíquota de 3% para automóveis bicombustível (flex) de até mil cilindradas, até 31 de março de 2010; iv) a permissão à depreciação acelerada para as empresas fabricantes de veículos e de autopeças, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida, multiplicada por 4, sem prejuízo da depreciação normal das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, relacionados em regulamento, adquiridos entre 1º de maio de 2008 e 31 de dezembro de 2010, destinados ao ativo imobilizado e empregados em processo industrial do adquirente; e v) a inclusão do setor automotivo na lista de bens elegíveis pelo Programa Proex Equalização, mecanismo de financiamento às exportações, para operações *intercompanies*.

Na indústria naval, com o objetivo de desonerar os estaleiros brasileiros de tributos sobre peças e materiais destinados à construção de novas embarcações, foi regulamentada a Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008. Os resultados foram a suspensão da cobrança do IPI, PIS e Cofins incidentes sobre peças e materiais destinados à construção de embarcações novas por estaleiros nacionais, registradas no Registro Especial Brasileiro para Embarcações (REB); e do PIS e Cofins na aquisição no mercado interno e na importação de combustível para embarcações de grande porte, que operem na navegação de cabotagem. Para estimular a indústria de navipeças e aumentar o conteúdo nacional nos navios, foi lançado o Catálogo Eletrônico de Navipeças, por meio de um convênio firmado entre a ABDI e a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP). Em 2010, uma das prioridades será a implementação da segunda fase do Catálogo de Navipeças como instrumento para permitir a certificação de produtos navais.

No segmento agroindustrial, destaca-se a inclusão de produtos do agronegócio no *Drawback* Verde-Amarelo e *Drawback* Integrado, suspensão de IPI, PIS e Cofins sobre as aquisições no mercado interno ou sobre as importações de bens empregados na fabricação de produtos destinados à exportação. Em 2010, as ações se concentrarão nos quatro desafios propostos pela PDP ao Sistema Agroindustrial: melhoria da logística e infraestrutura; investimento em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação e capacitação; redução da assimetria das relações comerciais no agronegócio; e apoio à reestruturação e modernização industrial.

Para o segmento de plásticos, foi elaborada uma Agenda Tecnológica do Setor, com cinco ações de alto potencial transformador para a cadeia produtiva. Além disso, está em discussão com o Congresso Nacional a elaboração de um substitutivo do Projeto de Lei que visa à sustentabilidade da cadeia produtiva, em especial a produção de sacolas plásticas.

No segmento moveleiro, houve desoneração do IPI incidente sobre móveis de madeira, aço e plástico e placas de madeira usados na construção de móveis, cujas alíquotas passaram de 10% ou 5% para 0%, dependendo do material, até 31 de março de 2010.
Em relação ao segmento de eletroeletrônica de consumo, o Governo aplicou medidas de desoneração tributária, visando estimular o setor de linha branca e manter empregos e competitividade diante da crise internacional, tais como a redução do IPI aos produtos dessa linha, até 31 de janeiro de 2010, cujo benefício passou a ser proporcional à eficiência energética do

eletrodoméstico. No caso de geladeiras, por exemplo, os produtos que possuem selo "A", que atesta menor consumo, a alíquota do IPI foi reduzida de 15% para 5%. E, no caso dos fogões com selo "A", o IPI caiu de 4% para 2%.

Com relação ao setor siderúrgico, as ações voltaram-se à implementação de uma política baseada em carvão vegetal, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa e da pressão sobre os biomas nativos, e à conclusão do Estudo Prospectivo do Setor Siderúrgico (EPSS), com recomendações estratégicas para a siderurgia do Brasil para o período 2010/2025. Em 2010, com base no Estudo Prospectivo, espera-se iniciar a elaboração da Agenda Tecnológica Setorial (ATS) da Siderurgia.

Além das diversas medidas de desoneração tributária implementadas em 2009, o mecanismo de desoneração do Imposto de Importação de bens de capital não produzidos no Brasil, o Ex-Tarifário, contemplou a análise de 1.946 pleitos, com redução da tarifa para 1.836 deles, e investimentos globais de US$ 51.6 bilhões associados aos projetos desonerados. Dentre estes, destacam-se as obras de expansão do metrô de São Paulo, as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, ambas no Estado de Rondônia, e a construção de novas usinas termelétricas na Região Nordeste.

A importância desse regime consiste em três pontos fundamentais: i) possibilitar o aumento da inovação tecnológica por parte de empresas de diferentes segmentos da economia, conforme preconizado na PDP; ii) garantir um nível de proteção à indústria nacional de bens de capital, uma vez que só é concedido para bens que não possuem produção nacional; e, iii) produzir efeitos multiplicadores de emprego e renda sobre segmentos diferenciados da economia nacional. Entre 2003 e 2009, foram aprovadas 8.273 concessões de ex-tarifários para importações de produtos cuja fabricação interna é inexistente. Os investimentos diretos em bens importados no período foram da ordem de US$ 17,7 bilhões. Essas importações, em regra, são fundamentais para criar condições para que outros investimentos sejam realizados, tendo em vista que normalmente se referem a insumos ou a assessórios importantes para investimentos de maior porte. Os investimentos globais associados à concessão desses ex-tarifários no período são da ordem de US$ 131 bilhões. Os principais segmentos produtivos aos quais foram concedidos os ex-tarifários e responsáveis pelos principais investimentos vinculados são os seguintes: automotivo, siderúrgico, de mineração, de autopeças, de bens de capital e de geração de energia.

Ex-Tarifário: Concessões e Investimentos de 2003 a 2009

	Investimento em Bens Importados (US$)	Investimentos Globais Vinculados (US$)	Pleitos Aprovados	Pleitos Analisados
2003	1.395.876.315	12.878.067.782	846	1.080
2004	510.259.060	3.523.393.599	452	1131
2005	1.177.867.967	18.589.803.865	943	1.607
2006	1.620.330.981	13.106.216.196	1.192	1.596
2007	2.617.215.103	11.059.235.382	1.210	1.899
2008	5.102.536.604	20.381.420.339	1.794	2.564
2009*	5.313.685.273	51.588.129.947	1.836	1.946
Total	**17.737.771.303**	**131.126.267.110**	**8.273**	**11.823**

Fonte: CGBC/SDP/MDIC.

Importante, também, para a desoneração do investimento, por meio do mecanismo de Processo Produtivo Básico (PPB), foi a concessão de benefícios às empresas que cumprem etapas de produção para empreendimentos no Polo Industrial de Manaus e no restante do País, com os incentivos da Lei de Informática. Em 2009, foram publicadas 192 portarias de habilitação ao incentivo da Lei de Informática. E, no que tange à definição de PPB, foram editadas 80 portarias interministeriais de novos processos ou alteração de PPBs existentes, até meados de novembro de 2009.

b) Inovação Tecnológica

Conforme mencionado, a PDP define como uma de suas macrometas o aumento do investimento privado em inovação para 0,65% do PIB, até 2010. O Governo tem envidado esforços para apoiar o setor empresarial e os sistemas produtivos nacionais na ampliação de processos inovadores a serem postos à disposição dos mercados e dos consumidores, principalmente, agregando valor de alto conteúdo tecnológico aos produtos, processos e serviços gerados no Brasil. Estão sendo implementadas ações de difusão da cultura inovadora e da promoção da gestão da inovação, de novas tecnologias aplicadas, da oportunidade de negócios entre academia, investidores e empresários e, finalmente, da formação de capital humano voltado ao setor produtivo, ampliando as competências nacionais em inovação.

A inclusão da área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como estratégica faz premente a criação de um ambiente para a discussão ampla sobre a sistematização, formulação e avaliação de políticas públicas para esse segmento, com destaque para *software* e Serviços de Tecnologias da Informação. Destaca-se a criação do 1º Fórum Nacional de Competitividade da Cadeia de *software* e Serviços de Tecnologias da Informação, reunindo todos os representantes do setor. Por intermédio do Fórum, tem sido articulado o apoio à formação e qualificação de recursos humanos, mediante a aproximação empresa-escola em programas executados pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, Educação e Ciência e Tecnologia, cuja previsão, para 2010, é de qualificar 20 mil pessoas. Nesse aspecto, merecem relevo a criação de Projetos Setoriais Integrados de Exportação junto à APEX-Brasil e a estruturação do posicionamento estratégico da marca "Brasil IT", por meio da contratação de consultoria global em posicionamento de marca (*Future Brand*) e construção dos pilares e estratégias de uso da marca no exterior, com o objetivo de colocar o Brasil como um dos principais players globais na oferta de *software* e serviços de TI.

O mercado *offshore* de *software* movimentará cerca de US$ 110 bilhões, em 2010, e o Governo tem adotado mecanismos de benefícios para impulsionar as atividades do setor, por meio de uma série de desonerações tributárias focadas para a exportação, formação de recursos humanos e medidas infralegais que beneficiam a competitividade e as exportações de empresas sediadas no Brasil. O projeto Telecentros de Informação e Negócios tem os microempresários e empresários de pequeno porte como público-alvo e seu objetivo é não somente oferecer acesso à Internet, mas, principalmente, promover a cultura de inovação e de empreendedorismo. Do início da execução do até 2009, já são 1.275 Telecentros em operação em todo o País e 2.254 pedidos para instalação de novas unidades, aguardando equipamentos.

Em Biotecnologia (Biotec), foram apoiados 91 projetos no valor de R$ 252 milhões, entre maio de 2008 e dezembro de 2009, e estão previstos mais 46 projetos, no montante de R$ 107 milhões, até dezembro de 2010. Esses projetos promoveram o apoio ao desenvolvimento de novos bioprodutos para saúde, agricultura e indústria; o treinamento de mais de mil profissionais em biotecnologia e biossegurança; e o financiamento de sete centros de desenvolvimento da biotecnologia. No que diz respeito ao marco legal, há previsão de desenvolvimento de novas regras de acesso ao patrimônio genético e de repartição de benefício.

Na esfera internacional, o Governo participa, por intermédio do MDIC, do Grupo Interministerial de Biossegurança, no qual é discutida a negociação do Protocolo de Cartagena de Biossegurança, em especial a adoção das regras de identificação de cargas e uma proposta de regime para responsabilização e compensação em casos de danos. No âmbito da Convenção da Diversidade Biológica, o Governo tem atuado no sentido de evitar que se consolidem novas barreiras técnicas.

No exercício de 2009, foi lançado o Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, no âmbito das atribuições emanadas da PDP, como o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas para os setores de mercado, marco regulatório, formação de recursos humanos e cooperação internacional. Merece registro, também, o Acordo-Quadro de Cooperação do Brasil com a Comunidade Europeia, que promove e apoia a expansão e a diversificação das exportações das PMEs brasileiras, com ênfase em produtos de maior conteúdo tecnológico. As atividades realizadas em 2009 permitiram o apoio a 33 projetos, com o envolvimento de 28 instituições públicas e privadas, e resultaram em ações voltadas à internacionalização de 654 PMEs. Houve também a aquisição de um equipamento de análise de resíduos tóxicos em alimentos, doado ao Laboratório Nacional Agropecuário – Lanagro, de Pedro Leopoldo/MG, e a aquisição de equipamentos de microscopia para um laboratório de biotecnologia, doados ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

c) Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Metrologia, normalização e qualidade industrial são fundamentais para incentivar o crescimento e a inovação tecnológica, promover a competitividade e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento científico e industrial do País. Cabe ao Governo, por meio do Inmetro, promover a harmonização das relações de consumo, garantir a qualidade e a segurança dos produtos e serviços ofertados no mercado, garantir confiabilidade às medições, elaborar regulamentos técnicos e desenvolver tecnologias para aumentar a produtividade, facilitar o comércio e melhorar a qualidade de vida do cidadão.

Em 2009, foram desenvolvidos, em ação conjunta com o *National Institute of Standards and Technology (NIST)*, dos Estados Unidos (EUA), quatro Materiais de Referência Certificados (MRC): dois de bioetanol (anidro e hidratado) e dois de biodiesel (biodiesel de soja e de gordura animal). Estes dois últimos representam praticamente 100% do biodiesel produzido no Brasil e nos EUA. O desenvolvimento de MRC é fator fundamental para a estratégia de tornar o biocombustível uma *commodity*, a ser comercializada no mercado internacional.

Objetivando prover a rastreabilidade e assegurar a confiabilidade nas medições de quantidade, volume, massa, velocidade e vazão de fluidos, estão sendo implantados dois novos laboratórios de certificação. A confiabilidade e aceitação dessas medições interessam à União, aos Estados e Municípios, e às empresas de indústria de petróleo e gás natural, uma vez que são mecanismos usados na definição dos valores dos *royalties* e de comercialização. Em 2009, foi criado o Programa Nacional de Metrologia Forense, que envolve várias ações de capacitação, pesquisa e acreditação de laboratórios forenses, e outro voltado à produção de material de referência para drogas ilícitas, possibilitando confiabilidade nos exames realizados para melhor identificá-las.

A atuação na área de saúde foi ampliada, com: i) o desenvolvimento de laboratórios acreditados no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade; ii) o desenvolvimento de programa para certificação de produtos de interesse a saúde; iii) a capacitação de técnicos na área de próteses, novos materiais, fármacos, equipamentos hospitalares; e iv) a acreditação de laboratórios. O Inmetro coordenou, também, os trabalhos de regulamentação brasileira de acessibilidade de pessoas com

deficiência ou mobilidade reduzida aos ônibus urbanos e rodoviários e às embarcações usadas para transporte de passageiros, tendo sido publicadas, em 2009, as principais normas e regulamentos técnicos dessa área. No momento, estão em operação 35 postos de ensaios em todo o território nacional, para verificações periódicas dos cronotacógrafos, equipamento obrigatório para veículos de transporte de passageiros e cargas, que monitora velocidade, tempo, parada e distância percorrida, contribui para aumentar a segurança nas estradas e vias urbanas, reduzindo o índice de acidentes e preservando a vida dos cidadãos. Para viabilização da chamada Lei Seca, foi implantada nova metodologia de ensaio de etilômetros (gás seco), permitindo o pleno atendimento das demandas por verificação e aprovação de modelo.

Os investimentos realizados na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ-I) ao longo dos últimos anos redundaram no aumento considerável do número de instrumentos verificados e de produtos fiscalizados, na ampliação da abrangência geográfica da atuação dessa rede, com reflexos positivos na proteção ao consumidor, e na promoção da concorrência mais justa.

O *Reach (Registration, Evaluation, Authorisation and Restrictions of Chemicals)* é o novo regulamento para substâncias químicas da União Europeia, e tem por objetivo assegurar um elevado nível de proteção à saúde humana e ao ambiente, e garantir a livre circulação dessas substâncias, em prol da competitividade e da inovação. Dentre os trabalhos realizados, em 2009, foi editado um manual para a implementação do Reach e realizados eventos para disseminar informações às partes interessadas.

Em 2009, por intermédio de ação conjunta do Inmetro, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), MDIC e o Movimento Brasil Competitivo (MBC), foi desenvolvido um conjunto de atividades e projetos de melhoria e inovação na gestão dos serviços públicos. O Inmetro desenvolveu um processo inovador e pioneiro de avaliação de desempenho individual no serviço público brasileiro, com a participação majoritária de avaliadores externos às instituições e com parcela significativa dos vencimentos vinculada ao resultado da avaliação, características estas que conferem transparência, impessoalidade e controle social ao processo.

Para 2010, serão priorizadas as seguintes ações nessa área: i) atendimento à segurança do consumidor brasileiro, em relação às instalações elétricas e minimização das perdas de energia, considerando que, por decisão do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), a partir de janeiro de 2010, plugues e tomadas de 3 pinos, tomadas fixas de 2 contatos e tomadas fixas e móveis de 3 contatos só poderão ser comercializadas por fabricantes e importadores, conforme padrão estabelecido na norma ABNT NBR 14136:2002; ii) construção da sede do Centro de Materiais Biológicos, que desempenhará papel importante na guarda de patentes envolvendo materiais biológicos, bem como servirá de repositório para coleções de cultura de diferentes tipos celulares, fundamentais para o desenvolvimento da biotecnologia no Brasil; iii) viabilização de um Programa Nacional de Capacitação de Peritos em Metrologia e Qualidade, na área de segurança pública; iv) elaboração do Regulamento Técnico Metrológico, para monitoramento na produção de bebidas, refrigerantes, álcool e biodiesel, estabelecendo os critérios para o controle dos Sistemas de Medição de Vazão (SMV), importante ferramenta de combate à sonegação fiscal; v) desenvolvimento de nova concepção do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular, conduzido em parceria com o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet); e vi) aperfeiçoamento do sistema de compras dos órgãos federais, por meio da definição e padronização de itens de grande consumo no serviço público, como computadores, outros equipamentos e materiais de informática, mobiliário, utensílios e materiais para escritório, e produtos de limpeza.

d) Propriedade Industrial

Com a modernização do País, a política para o sistema de propriedade industrial, sobretudo a partir de 2004, tem como foco o aumento da competitividade e a capacitação de recursos humanos, condições fundamentais para alavancar o desenvolvimento tecnológico e econômico brasileiro. O Governo, por intermédio do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), atingiu metas importantes na área de propriedade industrial, em 2009, dentre as quais se destacam: i) a consolidação do sistema de processamento de Marcas e a estruturação dos serviços de exame internacional de Patentes, no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT); ii) a contratação de escritórios de propriedade intelectual de oito países sul-americanos, para estabelecer uma plataforma cooperativa para o exame de marcas e patentes; iii) a contratação de novos examinadores e de pesquisadores seniores, que se dedicarão às atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação; e iv) a ampla disseminação da importância da propriedade intelectual para instituições de pesquisa e empresas brasileiras de diferentes portes e setores de atividade.

Em agosto de 2009, foram iniciadas as operações do INPI como autoridade internacional no sistema instituído pelo PCT. As atividades de busca e exame internacional são oferecidas nos idiomas português, espanhol e inglês, de modo a beneficiar não apenas cidadãos e empresas brasileiras, mas também os cidadãos e empresas dos países em desenvolvimento da América Latina e da África. Foram estabelecidos sistemas que buscam acompanhar, em tempo real, as tarefas executadas pelo corpo técnico no exame de marcas e patentes e implantado o Sistema de Cadastramento Automático da Produção (Siscap), que permite monitorar e otimizar o desempenho das equipes que atuam nos diferentes campos tecnológicos.

Em relação ao acesso eletrônico aos serviços de patentes, foi implantado um projeto-piloto do sistema eletrônico de gestão de pedidos de patentes – e-Patentes – sobre a base da plataforma EPTOS, de propriedade do Escritório Europeu de Patentes. Na área de biotecnologia, foi desenvolvido e testado, em 2009, o sistema para processar sequências genéticas e, assim, tornar mais eficiente o depósito e exame de pedidos de patente.

No que se refere à promoção do uso estratégico da propriedade intelectual, no último exercício, revalidaram-se convênios já firmados com instituições estaduais de todo o País e aprofundaram-se os programas de trabalho de disseminação e fomento. Na área da defesa, por exemplo, trabalhou-se com o propósito de promover o acesso e a transferência de tecnologias para empresas brasileiras e a sua inserção no sistema internacional de geração e proteção de inovações de uso militar e dual, ou seja, tecnologia que pode ser utilizada para produzir ou melhorar bens ou serviços de uso civil ou militar.

Em termos de capacitação em propriedade intelectual, destacou-se o Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, com linhas de pesquisas que priorizam as áreas temáticas de propriedade intelectual no agronegócio; propriedade intelectual e patrimônio imaterial; propriedade intelectual nas MPEs; gestão da propriedade intelectual nas empresas brasileiras; e inovação e informação tecnológica na indústria de base química. Com o objetivo de informar acerca dos depositantes mais expressivos e divulgar os títulos dos pedidos de patente publicados mundialmente em determinado período, foram publicados 16 Alertas Tecnológicos que selecionaram pedidos de patente sobre biodiesel, célula-tronco, célula a combustível, nanotecnologia, energia eólica e solar, nanobiotecnologia e para pessoas com deficiência. No que se refere a programas de computador, foi iniciada a emissão de certificados de registro relativos aos pedidos que foram depositados em 2008, de forma regular.

Dentre as ações previstas para 2010, serão realizados esforços para: melhorar o acesso do cidadão aos serviços prestados pelo INPI por meio eletrônico; examinar pedidos de marcas em até 12 meses contados da data de seu depósito; reduzir o prazo de exame de pedidos de patentes, a partir do depósito; implementar o piloto do sistema de gestão eletrônica de patentes – e-patentes –, que possibilitará aos examinadores de patentes poderem analisar os pedidos em formato digital e à sociedade poder realizar depósitos de pedidos de patentes pela Internet; criar um Banco de Dados de Contratos de Tecnologia Averbados, para tornar públicas, por meio de consulta pelo portal na Internet, informações, extratos e séries históricas relativas aos Certificados de Averbação de Contratos de Tecnologia; disponibilizar a busca *on-line* para pedidos e registros de programa de computador; desenvolver cursos de capacitação em propriedade intelectual, por meio da modalidade educação a distância; e disponibilizar, pela *web*, um Observatório de Propriedade Industrial, para viabilizar a interação direta entre o INPI e os diversos agentes do Sistema Nacional de Inovação.

e) Comércio Exterior

O fato de o Governo ter adotado a estratégia de divulgar constantemente os produtos brasileiros no exterior, especialmente nas viagens do Presidente da República e de seus ministros, contribuiu para difundir o Brasil como grande exportador. Dentre as iniciativas adotadas para ampliar o comércio exterior, estão desde ações de promoção comercial até medidas de natureza normativa e operacional, desenvolvidas especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operação de comércio exterior.

O ano de 2009 refletiu, principalmente ao longo dos primeiros meses, o impacto da crise financeira internacional, com intensa repercussão no comércio mundial. A abrupta interrupção do crédito às operações de comércio exterior e a retração expressiva e quase instantânea dos mercados sinalizaram que o desempenho do comércio exterior mundial, nesse ano, seria enormemente comprometido. Os resultados das exportações das principais nações do mundo confirmam essa expectativa. Em 2009, destacam-se as quedas ocorridas nas exportações da Rússia (-38,3%), Japão (-30,1%), México (-37,5%), Estados Unidos (-42,4%), Malásia (-7,6%), Coreia do Sul (-15,9%) e União Europeia (-25,8%). Frise-se que projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam um declínio de 25% das exportações mundiais, em 2009 sobre 2008.

No que diz respeito ao Brasil, o desempenho das suas relações de comércio com o exterior não se manteve imune a essa conjuntura desfavorável. A balança comercial do País, em 2009, assinalou exportações de US$ 152,9 bilhões e importações de US$ 127,6 bilhões, implicando saldo de US$ 25,3 bilhões. Na comparação com igual período de 2008, houve queda de 22,7% nas exportações, de 26,2% nas importações e de 24,3% na corrente de comércio, enquanto o saldo comercial recuou 1,6%. Esses números mais recentes do comércio exterior brasileiro, apesar de evidenciarem uma interrupção momentânea na trajetória de crescimento expressivo das exportações, não inviabilizaram a manutenção da meta de expansão da participação nacional nas exportações mundiais fixada no âmbito da PDP. Note-se que as vendas externas do Brasil mais que triplicaram entre 2002 e 2008, ao passar de US$ 60,4 bilhões para US$ 197,9 bilhões, representando acréscimo de 228%, taxa acima da registrada no comércio mundial, que alcançou 150% no mesmo período comparativo. Isso fez com que a participação brasileira no comércio mundial avançasse de 0,96% para 1,25% neste intervalo de tempo.

Em 2009, a pauta das exportações brasileiras foi composta por 57,2% de produtos industrializados (43,7% de manufaturados e 13,5% de semimanufaturados) e 40,7% de produtos básicos. Relativamente a idêntico período de 2008, as vendas de bens

manufaturados recuaram 27,3% (de US$ 92,6 bilhões para US$ 66,50 bilhões); as de semimanufaturados, 23,4% (de US$ 27 bilhões para US$ 20,5 bilhões); e as de produtos básicos, 14,1% (de US$ 73 bilhões para US$ 61,9 bilhões). Em virtude da menor queda nas exportações de produtos básicos, essa categoria ganhou participação na pauta. A sustentação relativa da demanda mundial por produtos inseridos nessa categoria (*commodities*) e a sua menor suscetibilidade a efeitos de uma valorização cambial ajudam a explicar essa situação. Por seu lado, verifica-se que os efeitos da redução da demanda mundial afetaram mais fortemente o desempenho de bens industrializados, setor mais sensível a variações de emprego e renda.

Evolução do Comércio Exterior Brasileiro – Período 2006-2009

Indicadores	2006	2007	2008	2009
PIB do Brasil (US$ bilhões)	1.072,00	1.295,50	1.569,40	1.268,5 (**)
Exportações Brasileiras (US$ bilhões)	137,50	160,60	197,90	152,25
Exportações de Manufaturados (US$ bilhões)	75,02	83,94	92,68	66,59
Importações Brasileiras (US$ bilhões)	91,40	120,60	173,20	127,63
Corrente de Comércio (US$ bilhões)	229,15	281,26	371,13	279,8
Exportações Mundiais (US$ bilhões)	11.887,00	13.619,00	15.773,70	11.919,00 (**)
Taxa de Participação das Exportações de Manufaturados nas Exportações Brasileiras (%)	54,56	52,27	46,83	43,7
Taxa de Participação das Exportações Brasileiras nas Exportações Mundiais (%)	1,15	1,17	1,25	N.D.
Grau de Abertura da Economia Brasileira (%)	21,35	21,71	23,65	N.D.

(**) Previsão para 2009.
N.D. – Não disponível.
Fonte: SECEX/MDIC, SRFB/MF, BACEN/MF, FMI e OMC.

A desconcentração dos destinos das exportações brasileiras, também, pode ser verificada quando se analisa a participação do valor das exportações brasileiras por blocos econômicos, o que mostra uma contínua desconcentração de destinos entre 2003 e dezembro de 2009, diminuindo a vulnerabilidade externa das exportações brasileiras, tendo em vista que houve ampliação dos principais países compradores dos produtos nacionais. Dentre os mercados de destino das exportações brasileiras, o bloco asiático foi o único a apresentar expansão das vendas, assumindo a liderança entre as principais regiões. De janeiro a dezembro de 2009, as exportações brasileiras à Ásia alcançaram US$ 39,18 bilhões, representando 25,7% do total exportado. Em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante atingiu US$ 37,44 bilhões, verificou-se aumento de 5,9%. As vendas à China, que passaram de US$ 16,4 bilhões para US$ 20,19 bilhões (aumento de 23,1%), foram determinantes para o desempenho positivo em relação a esse bloco. Por sua vez, a queda mais substancial registrou-se nas exportações aos Estados Unidos, que recuaram de US$ 27,42 bilhões para US$ 15,60 bilhões (queda de 43,1%). Os demais decréscimos foram assinalados nas vendas à Europa Oriental (-38,6%), à América Latina e ao Caribe (-31,1%), à União Europeia (-25,8%), à África (-13,5%) e ao Oriente Médio (-5,1%).

Tomando por base o conjunto dos países, o mercado das exportações brasileiras apresenta como principais destinos: China (participação de 13,1% do valor global das exportações), Estados Unidos (10,3%), Argentina (7,9%), Países Baixos (5,4%),

Alemanha (4,1%), Japão (2,8%), Reino Unido (2,5%), Venezuela (2,4%), Bélgica (2,1%) e Índia (2,3%). Os principais destaques nos desempenhos desses mercados foram o fato de a China superar os Estados Unidos e a Argentina, e o crescimento expressivo registrado nas vendas à Índia (209,8%), por conta da exportação de açúcar.

No tocante às importações, sob a ótica de categoria de uso dos produtos, as aquisições de matérias-primas e produtos intermediários lideram a pauta (participação de 46,8% sobre o total das compras), seguido por bens de capital (23,3%), bens de consumo (16,8%) e combustíveis e lubrificantes (13,1%). Comparando os períodos de janeiro-dezembro 2009/08, as seguintes categorias apresentaram quedas nas compras: combustíveis e lubrificantes (-46,1%), matérias-primas e produtos intermediários (-27,3%), bens de capital (-16,4%) e bens de consumo (-3,4%).

De acordo com os mercados de origem, as quedas das importações brasileiras foram generalizadas de janeiro a dezembro de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior: Europa Oriental (-60,1%), Oriente Médio (-49%), África (-45,7%), Ásia (-22,4%), América Latina e Caribe (-19,3%), União Europeia (-18,3%) e Estados Unidos (-20,9%). As quedas que ocorreram nas aquisições oriundas do Oriente Médio e África são consequência da redução dos preços de petróleo, enquanto as decorrentes das oriundas da Europa Oriental resultaram das menores compras de adubos e fertilizantes, e de combustíveis.

É importante assinalar que as principais economias já demonstram sinais de superação da etapa mais aguda da crise, cuja retomada deverá repercutir positivamente no desempenho do comércio mundial. A expectativa é de que o ambiente de recuperação das economias possibilite a retomada gradual das exportações brasileiras, o que já vem sendo observado a partir do segundo semestre de 2009.

Integra, também, a política de comércio exterior do Governo o contínuo apoio às negociações internacionais de acordos comerciais, em temas como acesso a mercados de bens agrícolas e não-agrícolas, regimes de origem preferencial e não-preferencial, compras governamentais, defesa da concorrência e solução de controvérsias. As principais metas para 2010, em relação às negociações internacionais, são o aprofundamento dos Acordos de Complementação Econômica com a Colômbia, Equador, Venezuela e Peru, em virtude dos Tratados de Livre Comércio celebrados pela Colômbia e Peru com os Estados Unidos, e a negociação e conclusão do Acordo de Livre Comércio Brasil/México.

Para estimular a maior participação e engajamento dos empreendedores no comércio internacional, em 2009, foram promovidos oito Encontros de Comércio Exterior (Encomex) em Goiânia/GO, Belém/PA, Vitória/ES, Fortaleza/CE, Foz do Iguaçu/PR, São Paulo/SP, João Pessoa/PB e São José do Rio Preto/SP, mobilizando 8.447 potenciais exportadores de 2.915 empresas. Está prevista a realização de cinco encontros no ano de 2010.

As aplicações de medidas de defesa comercial são instrumentos de Estado para compensar distorções causadas aos produtores nacionais, quando ocorre a entrada de produtos no mercado brasileiro a preços anticompetitivos, o que causa desestruturação do parque industrial interno, além de dificuldades futuras de exportação. As investigações que autorizam a aplicação de medidas de defesa comercial utilizadas pelo Brasil são as seguintes: Direitos *Antidumping*, Medidas de Salvaguarda e Subsídios, e Medidas Compensatórias, reconhecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Em relação à Defesa Comercial, foram iniciadas 18 investigações *antidumping* e encerradas 28, das quais 20 com a aplicação de medidas de defesa comercial. Foi iniciada a revisão da salvaguarda aplicada sobre as importações de cocos secos e encerrada, sem a aplicação de medidas, a investigação

de salvaguardas sobre as importações de mídias óticas. Ao final de dezembro, estavam em curso 19 investigações *antidumping*, uma das quais com aplicação de medida de defesa comercial provisória e uma investigação de salvaguardas. No que se refere ao apoio aos exportadores brasileiros investigados no exterior, foram atendidos 22 setores cujas exportações foram alvo de investigações relativas a *dumping* e salvaguardas em terceiros países.

Dentre os segmentos que foram beneficiados com direitos *antidumping*, vale destacar o de calçados, cujo direito de uma sobretaxa de US$ 12,47 foi estabelecido, em 9 de setembro de 2009, a cada par de sapatos importados da China, tendo em vista que, entre 2003 e 2007, as importações de calçados chineses para o Brasil aumentaram em 549%, enquanto a produção nacional reduziu em 28%. Além das tradicionais ações de investigação e de apoio ao exportador, em 2010, será consolidada a atividade de defesa à indústria, a fim de fornecer adequado suporte à indústria doméstica em face das práticas desleais de comércio de terceiros países que não envolvam necessariamente a aplicação de medidas *antidumping*, compensatórias e de salvaguardas.

Quanto ao desempenho dos instrumentos de informação de comércio exterior, destacam-se: i) o Portal do Exportador, que recebeu 866.866 acessos, de janeiro a dezembro de 2009, confirmando ser um importante instrumento de apoio ao setor exportador ou para aqueles que pretendem se iniciar em comércio exterior; ii) o Fala Exportador, serviço prestado pelo Portal do Exportador para atender dúvidas e questões da comunidade exportadora, atendeu 2.241 consultas, em 2009, com tempo médio de resposta de 2 dias; iii) o site Vitrine do Exportador recebeu em média 300 acessos por dia. Fazem parte do Vitrine Exportador mais de 22 mil empresas exportadoras; iv) o Sistema Alice*web*, ferramenta de disseminação dos dados da Balança Comercial Brasileira, que alcançou o número de 161.012 usuários, com 2.063.481 visitas, em 2009; e v) o Sistema Radar Comercial, que objetiva auxiliar na seleção de mercados e produtos de maior potencial para as exportações, contribuindo para democratizar as informações de comércio exterior, teve média mensal de 22.606 acessos, em 2009, com 53.064 usuários cadastrados.

Nas ações relativas ao desenvolvimento e melhoria dos sistemas informatizados de operações de comércio exterior, os avanços também foram significativos. A entrada no ambiente de produção do sistema *Drawback* Integrado, em maio de 2009, representou a continuidade da modernização desse importante mecanismo de incentivo às exportações brasileiras, já que o regime passou a permitir que as empresas nacionais usufruam, também, da suspensão de tributos nas compras no mercado interno de insumos a serem exportados após processo de industrialização. Como ilustração, registra-se que, no ano de 2009, dos cerca de R$ 152,2 bilhões do montante exportado pelo Brasil, aproximadamente R$ 37,6 bilhões (24,7%) foram exportados ao amparo do regime de *Drawback*. Com a flexibilização das regras do regime, espera-se que, em 2010, a participação do *Drawback* nas exportações brasileiras aumente significativamente.

No primeiro semestre de 2010, será lançado o Siscomex Exportação *Web*, apresentando todas as funcionalidades do sistema atual de exportação e diversas inovações, tais como: desenvolvimento em plataforma *web*, acesso via Internet, transmissão de registros e anuência por lotes, interface amigável, fácil navegação, melhor visualização, filtros de anuência automática e diagnóstica prévio.

Há que se registrar, também, que, no âmbito do projeto Primeira Exportação, foram acompanhadas 60 empresas, das quais nove já exportaram e outras estão em fase de negociação com o exterior; o total de exportações brasileiras alavancadas pelo Programa de Financiamento à Exportação (Proex), considerando as duas modalidades, Financiamento e Equalização, foi de cerca de US$ 4 bilhões. Desse total, cerca de 63% do montante desembolsado no decorrer de 2009 foi destinado às micro, pequenas e médias empresas, e o restante destinado a empresas de maior porte, dentre elas a Embraer, para a venda de

aeronaves brasileiras ao exterior. O Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que tem como finalidade dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação contra riscos comerciais e políticos e extraordinários, garantiu, até outubro de 2009, exportações de bens e serviços brasileiros no montante de US$ 13,1 bilhões, representando crescimento de aproximadamente 50% em relação ao mesmo período de 2008. Os principais setores beneficiados com a cobertura do FGE foram Energia Elétrica, Transporte Metroviário, Petróleo e Gás, Transporte Automotivo de Passageiros e Transporte Aéreo e Administração Pública.

O Banco do Brasil oferece diversificado portfólio de produtos, serviços e programas para o segmento de comércio exterior. Sua atuação é potencializada por uma representativa rede de atendimento interna e externa. No País, são mais de 17 mil pontos de atendimento e 18 Gerências Regionais de Apoio ao Comércio Exterior. No exterior, são 45 dependências em 23 países. Em 2009, o Banco do Brasil negociou US$ 447,1 bilhões em câmbio de exportação, com participação média, no período, de 31,4%. As operações contratadas por meio da Internet (*on-line*) – câmbio pronto e financiamento à exportação na modalidade ACC/ACE – acumularam US$ 2,3 bilhões e 81.679 operações, nesse período. Os desembolsos de pré-pagamento de exportação totalizaram US$ 3,1 bilhões. Por meio do Proex, foram atendidas 400 empresas, realizadas 1.509 operações e desembolsados US$ 278,3 milhões na modalidade financiamento. Na modalidade equalização, foram emitidos US$ 158 milhões. Os desembolsos de BNDES-Exim somaram US$ 1,8 bilhão. Em câmbio de importação foram US$ 34,4 bilhões contratados, com participação média de mercado, no período, de 24,7%. As operações de financiamento à importação somaram US$ 4 bilhões e as contratações *on-line* – câmbio pronto de importação – acumularam US$ 1,4 bilhão, em 50.270 operações.

As Jornadas de Comércio Exterior – uma iniciativa desenhada para impulsionar a inserção de micro e pequenas empresas brasileiras no mercado internacional – já capacitaram 1.500 empresários que atuavam ou que pretendem ingressar no comércio exterior. Durante os 16 seminários, foram disseminadas informações sobre o Proex, o Fundo de Garantia de Operações (FGO) e as soluções eletrônicas desenvolvidas especificamente para o segmento de câmbio e comércio exterior – com destaque para o Brasil *WebTrade*.

f) Micro, Pequenas e Médias Empresas, Arranjos Produtivos Locais e Artesanato Brasileiro

Os principais resultados das políticas setoriais do Governo para micro, pequenas e médias empresas, em 2009, refletem as diretrizes introduzidas pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, que criou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituindo o tratamento diferenciado e favorecido a essas empresas. Cabe destacar que as micro e pequenas empresas (MPEs) fazem parte da PDP como destaque estratégico. A agenda de ação das MPEs foi aprovada pelo Comitê Executivo da PDP e chancelada pelo Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP), e está estruturada em 4 desafios: regulamentar e implementar a Lei Geral das MPEs; aumentar a participação das MPEs nos mercados interno e externo; melhorar a gestão e ampliar a capacidade de inovação das MPEs; e incentivar o associativismo e cooperativismo. Em face do contexto de crise econômica internacional e de seus impactos sobre a atividade produtiva, promoveu-se a atualização e priorização de atividades. A consolidação de novos instrumentos de ação, em consonância aos incentivos fiscais e monetários adotados pelo Governo, possibilitou o combate em curto prazo aos efeitos adversos decorrentes da citada crise.

O Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é a instância responsável pelas questões não-tributárias relativas ao aprimoramento do tratamento diferenciado e privilegiado que deve ser dispensado às MPEs. Em 2009, foram

instalados Fóruns Regionais em 14 Unidades da Federação, constituindo espaços de interlocução entres atores públicos e privados envolvidos no processo de elaboração das políticas públicas para o segmento. Em 2010, dar-se-á continuidade à implantação dos Fóruns, para melhorar a representatividade do setor e promover a disseminação da Lei nos Estados e Municípios.

Destaca-se a edição da Medida Provisória nº 464, de 9 de junho de 2009, convertida na Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que permite a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte. Foram criados o Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), cuja finalidade é garantir o risco de financiamentos e empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e autônomos transportadores rodoviários de carga, e o Fundo Garantidor de Operações (FGO), atuando na cobertura de linhas para capital de giro com taxas 30% menores do que as praticadas no mercado. Desde o lançamento do FGO, em agosto de 2009, foram realizados 22 mil empréstimos.

Está em curso a regulamentação do disposto no art. 65, inciso II, § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006, que trata da redução a zero da alíquota do IPI, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre equipamentos, máquinas, acessórios e peças adquiridas por microempresas (MEs) e empresa de pequeno porte (EPPs) que atuem no setor de inovação tecnológica, bem como a implementação do Custo Efetivo Total (CET) para pessoas jurídicas, principalmente às MEs e EPPs, visando ampliar a competitividade e o fortalecimento da estrutura patrimonial das MPEs.

Foram estimuladas, também em 2009, iniciativas para ampliação da participação de MPEs em pregões e licitações públicas no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, possibilitando, inclusive, acesso às linhas de crédito para esse serviço. No âmbito dessas medidas, o Banco do Brasil aplicou R$ 694 milhões em mais de 37 mil MPEs participantes de licitações públicas. No tocante às ações do Banco do Brasil voltadas às MPEs, cabe destacar, também, as seguintes linhas: i) Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (BB Investimento), no qual, em outubro de 2009, havia 98,9 mil operações, totalizando R$ 4,7 bilhões de recursos aplicados. Para 2010, o Banco pretende ampliar a oferta em crédito para investimentos, a exemplo do lançamento da linha BB Crédito Empresa, que objetiva simplificar e agilizar a disponibilização de financiamentos às micro e pequenas empresas; ii) Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (Capital de Giro), cuja aplicação de recursos em capital de giro, para micro e pequenas empresas, em outubro de 2009, atingiu R$ 36,9 bilhões, com um incremento de R$ 6,3 bilhões nos últimos 12 meses (equivalente a 20,4%); e iii) BB Giro Rápido, que é um financiamento de capital de giro das micro e pequenas empresas com faturamento bruto anual até R$ 2,4 milhões, que, em 2009, passou a ser operacionalizado com *funding* integralmente constituído de recursos de conta própria do Banco do Brasil, com prazo de pagamento ampliado de 18 para 24 meses e redução de encargos financeiros, além de admitir a vinculação de garantia do FGO. Na linha de crédito Recebíveis Cartão a Realizar, que permite a antecipação de vendas futuras com cartões de crédito às empresas do segmento comercial e de prestação de serviços, o prazo de pagamento foi ampliado de 12 para até 24 meses e incluída a concessão de carência de até 90 dias para pagamento da primeira parcela. Para 2010, pretende-se ampliar a oferta em crédito para o segmento de micro e pequenas empresas, com o lançamento de linhas de crédito, a exemplo do BB Giro Recebíveis, que alia a praticidade das linhas de crédito rotativo aos encargos financeiros reduzidos, em função da vinculação de garantia de recebíveis, além da extensão da aceitação da garantia do FGO a outras linhas de crédito.

Por seu turno, o Banco da Amazônia tem priorizado a concessão de financiamentos às atividades produtivas do setor industrial, em especial às microempresas e empresas de pequeno porte. Em 2009, 83% das operações contratadas no setor industrial foram

voltadas para o apoio às MPEs, envolvendo recursos no montante de R$ 213,6 milhões. Ainda no ano passado, deu-se continuidade à implementação do Fundo Mercosul de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas. Esse Fundo servirá como base para a concessão de garantias a empresas envolvidas em ações de integração produtiva entre os países do Mercosul, viabilizando o acesso de pequenas empresas ao crédito bancário e promovendo uma maior integração econômica da região. As ações de capacitação do empresariado de MPEs alcançaram, em 2009, aproximadamente 2 mil empresários/gestores públicos, mediante parcerias com 420 gestores públicos em compras governamentais, com 171 empresários capacitados em gestão empreendedora em Curso-Piloto de Extensão realizado pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB (CDT/UnB), em 10 Unidades da Federação. Será priorizada, em 2010, a promoção de capacitação em gestão, inovação, crédito e compras governamentais, por meio do estabelecimento de parcerias com entidades de renomado conhecimento técnico e gerencial, atuantes junto ao segmento de MPEs.

Arranjo Produtivo Local (APL) é a concentração de agentes (instituições e empreendimentos – empresas, cooperativas e associações urbanas, profissionais liberais e empreendedores informais) localizados em um mesmo território, operando em atividades produtivas correlacionadas e que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem, tendo por objetivo o desenvolvimento econômico e social. Dentre as medidas de apoio ao desenvolvimento produtivo em APLs, realizadas em 2009, é relevante destacar as seguintes: i) no âmbito do Fundo Social do BNDES, foram promovidos *roadshows* para garantir recursos a projetos coletivos não-reembolsáveis em APLs; ii) o Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), que é um sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos, visando incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural de APLs, passou a operar com sete Núcleos Operacionais, sendo que a projeção é colocar em operação mais 4 Núcleos, em 2010; iii) em relação à promoção comercial, foram finalizados o Projeto de Promoção Comercial do APL moveleiro de Bento Gonçalves/RS, que beneficiou aproximadamente 300 empresas em 72 Municípios, e os Projetos de Promoção Comercial para os APLs de Confecção de Moda Feminina de Goiânia/GO, de Couro e Calçados de Goiânia e Goianira/GO, de Quartzito de Pirenópolis/GO e de Lácteos de São Luís de Montes Belos/GO, com a realização de ações diretas para 102 empresas; iv) a realização da 4ª Conferência Brasileira de APLs, que contou com cerca de 900 participantes de todo o País e do exterior, e de 130 palestrantes, debatedores e autoridades; e v) a realização de estudo sobre Indicadores de Desenvolvimento de Aglomerados Produtivos Locais, para que, em seguida, seja implantado um Sistema de Gerenciamento de Ações e Monitoramento de Indicadores.

Desde 2005, o Governo, por intermédio do Banco do Brasil, desenvolve ações de apoio aos APLs. Atualmente, são apoiados 182 APLs, envolvendo mais de 15,5 mil empreendimentos, em 689 Municípios, apresentando R$ 1,2 bilhão de crédito aplicado, por meio da linha do BB Giro APL – crédito para capital de giro com condições diferenciadas e favorecidas.

Outra ação de destaque, em 2009, foi a implementação do Microempreendedor Individual (MEI), figura jurídica criada pela Lei Complementar nº 128, de 2008. A partir de 1º de julho do ano passado, o trabalhador autônomo que atua na economia informal e fatura até R$ 36 mil por ano passou a poder registrar-se como Microempreendedor Individual, o que lhe proporciona vantagens como créditos bancários, participação em compras governamentais e benefícios, como auxílio-doença, auxílio-maternidade e aposentadoria. A formalização do MEI se dá por meio da Internet, no sítio eletrônico Portal do Empreendedor, disponível em 8 Estados e no Distrito Federal. Foram aproximadamente 2,3 milhões de visitas ao Portal desde seu lançamento e mais de 80 mil pessoas já se formalizaram. Em 2010, com a implementação do novo sistema informatizado do MEI, será possível tornar o procedimento mais simples e desburocratizado. A expectativa é de que cerca de um milhão de empreendedores individuais faça a sua formalização pela Internet.

O Plano Nacional de Capacitação para o Setor Artesanal (PNC) contempla a capacitação de coordenadores, técnicos, multiplicadores, artesãos e lideranças do setor artesanal, com o objetivo de formar e ampliar o capital intelectual nas áreas de maior concentração da produção artesanal. Em parceria com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Fundação Universidade de Brasília, foram realizados cursos-pilotos nos Estados da Bahia e Mato Grosso e no Distrito Federal. Como estratégia de aproximação dos artesãos com o mercado consumidor, foram realizadas sete feiras e eventos de comercialização de produtos artesanais, nos quais os artesãos venderam 160.460 peças e faturaram R$ 3,1 milhões. Em 2010, serão articuladas iniciativas para: aprimorar e disseminar o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab), que reúne em único ambiente dados dos artesãos e de suas organizações de todo o País; regulamentar a legislação específica para o setor, mediante disponibilização da base conceitual do artesanato; capacitar coordenadores, técnicos, multiplicadores, artesãos e lideranças do setor, visando formar e ampliar o capital intelectual nas áreas de maior concentração da produção artesanal; e continuar apoiando a realização de feiras e eventos voltados para o segmento, ampliando as oportunidades de comercialização dos produtos artesanais.

g) Comércio e Serviços

No que tange às políticas de comércio e serviços, está em elaboração a Política Nacional de Comércio e Serviços (PNCS), com o objetivo de promover condições para que o setor de comércio e serviços realize todo o seu potencial de geração de empregos e riquezas, de modo a contribuir para o crescimento da economia brasileira. Para tanto, a PNCS terá uma estrutura de governança capaz de potencializar e integrar as ações governamentais e aumentar os níveis de eficiência econômica e de efetividade das políticas públicas relacionadas ao setor. A estrutura terá as seguintes dimensões: Crédito e Financiamento; Marco Regulatório e Desburocratização; Tributos; Trabalho e Emprego; Estatística e Sistematização de Informações; Internacionalização de Empresas; Empreendedorismo/Micro e Pequenas Empresas; Capacitação; Inovação e Responsabilidade Socioambiental; Franquias; e Comércio Eletrônico.

Merece destaque, também, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio das Entidades (Siscoserv), com o intuito de dotar o Brasil de informações fiscais e comerciais, e de estatísticas tempestivas e desagregadas em comércio exterior, bem como permitir a elaboração da Balança Comercial em Serviços, com o desenvolvimento de Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) para esse setor. O Sistema contribuirá para o aprimoramento dos meios para as atividades de fiscalização e de formulação, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas, interligando diversas ações de Governo. Os principais resultados do Siscoserv serão os seguintes: registro das operações de exportações e importações de serviços; aferição e monitoramento da eficácia das políticas públicas voltadas para o setor de serviços; geração de estatísticas desagregadas e atualizadas de comércio exterior de serviços; e divulgação periódica da Balança de Comércio e Serviços.

Dentre as demais realizações de 2009, concernentes ao Complexo de Serviços, no âmbito da PDP, destacam-se: a conclusão da elaboração da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio das Entidades (NBS) e respectivas Notas Explicativas (NEBS); a ampliação da disponibilização de recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) para as empresas exportadoras de serviços; a revisão da alçada do Banco do Brasil, que passará a aprovar operações de financiamento de até US$ 10 milhões para o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação

e audiovisual; a criação de nova linha do Proex, de financiamento à produção exportável para o setor de serviços; e a realização de Encontros Regionais de Exportação de Serviços (*software* e TI), para divulgação dos mecanismos públicos disponíveis de apoio ao comércio exterior de serviços.

h) Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios

O Portal do Empreendedor configura a primeira etapa da concretização da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que consiste em um ambiente unificado capaz de promover a simplificação, desburocratização e racionalização de processos em prol da melhoria do ambiente de negócios das empresas. O principal componente da Redesim é o Cadastro Nacional de Empresas (CNE), que reúne dados de mais de 16 milhões de sociedades nacionais e estrangeiras situadas no País, possibilitando a pesquisa de informações concernentes a sócios e administradores, capital social, endereços, histórico de atos arquivados, filiais, livros mercantis, nomes empresariais e naturezas jurídicas anteriores, dentre outras. O CNE contém informações que permitem identificar vocações regionais, bolsões de pobreza, taxa de mortalidade de empresas, tendências de mercado e outros dados importantes para subsidiar a formulação de políticas públicas e o planejamento das empresas.

Ainda no âmbito da Redesim, o Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (Gerimagem), utilizado por 17 Juntas Comerciais, permite a visualização dos documentos necessários ao processo de abertura, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas. Até outubro de 2009, foi registrado um crescimento da abertura de empresas de 7,8% em relação a 2008, com a constituição de mais de 540 mil novas empresas, preparando o Brasil para um novo ciclo crescimento econômico. Com a certificação digital, que é uma das etapas do Rede, a segunda versão do Gerimagem será ainda mais segura. Seguindo essa linha, para 2010, as Juntas Comerciais farão toda a comunicação do registro mercantil via Internet. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) já foi testado e estima-se que, neste ano, sejam transmitidos cerca de 600 mil livros digitais. Além disso, por meio da estratégia de conquista de mercados e focalização, espera-se diversificar e ampliar a participação do País no comércio mundial de serviços, incrementando ainda mais a base das exportações brasileiras.

i) Polo Industrial de Manaus e Centro de Biotecnologia da Amazônia

O Governo, por intermédio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), contribui para a ampliação da produção econômica da Região Amazônica, por meio de uma política de desenvolvimento regional, com geração de emprego e renda, e atração de capital e tecnologia, expandindo o dinamismo econômico do Polo Industrial de Manaus (PIM), gerando resultados significativos para a região, em consonância com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

A Zona Franca de Manaus (ZFM) compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O Polo Industrial de Manaus é considerado a base de sustentação da ZFM e possui mais de 450 indústrias de alta tecnologia, nas áreas de eletroeletrônica, veículos de duas rodas, produtos ópticos, produtos de informática e indústria química, que geram mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos. O polo agropecuário abriga diversos projetos, dentre os quais se destacam aqueles voltados a atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo e beneficiamento de madeira.

Visando o aumento da taxa de investimento da economia local, foram aprovados 221 projetos industriais e de serviços até novembro de 2009, dos quais 81 se referem a novos projetos de implantação e 140 são concernentes a projetos já existentes de diversificação, ampliação e atualização. A execução desses projetos poderá proporcionar geração de 10.028 novos postos de trabalho, investimentos equivalentes a US$ 2,20 bilhões e exportações num montante de US$ 324 milhões. Em novembro de 2009, o PIM abrigava 501 unidades fabris e 2.014 projetos em acompanhamento, perfazendo investimentos de US$ 7,74 bilhões que geram 92 mil empregos diretos, 400 mil empregos indiretos e R$ 7,95 bilhões em arrecadação de tributos federais e R$ 12,89 bilhões de tributos totais arrecadados. As vendas da produção do PIM para o mercado interno representaram um faturamento de US$ 23,42 bilhões, com destaque à comercialização de motocicletas, televisores, telefones celulares, CDs (*compact disc*) e computadores.

Em sua política de inserção internacional dos produtos fabricados no Polo Industrial de Manaus e Amazônia Ocidental, o Governo planeja, por intermédio da Suframa, em 2010, potencializar as Áreas de Livre Comércio na busca do desenvolvimento integrado de sua área de atuação, por meio do incentivo de políticas de valorização e aperfeiçoamento do capital intelectual e do empreendedorismo. Ressalte-se que as empresas exportadoras que atuam na região amazônica recebem tratamento diferenciado pelo Banco da Amazônia, que proporciona liquidez às suas operações, por meio dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Essas empresas contam com limites de financiamento mais elevados em relação aos demais segmentos dos setores não-rurais, relativamente à aquisição de matérias-primas, insumos, bens ou produtos para a formação ou manutenção de estoque.

No apoio a investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento voltados para a PDP, a Suframa participa da gestão dos recursos procedentes da Lei de Informática. Até novembro de 2009, a Superintendência acompanhou 150 projetos de investimentos aplicados em P&D, equivalentes a R$ 253,49 milhões, alocados, sobretudo, nos setores de eletroeletrônica e informática e na produção da agroindústria, da biotecnologia e de veículos de duas rodas.

Para incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira, o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) desenvolve produtos e processos na área de biotecnologia, permite o gerenciamento de redes nacionais de laboratórios de pesquisa e assegura a prestação de serviços altamente especializados a empresas e institutos de pesquisa da região. O CBA, única instituição do Estado do Amazonas que obteve o credenciamento pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, para ser fiel depositário de amostras de componente do patrimônio genético, obteve como principais resultados, em 2009, a realização de 1.575 análises na prestação de serviços tecnológicos a entidades e firmas de pesquisa, e o desenvolvimento de seis projetos nas áreas de bioterápicos, cosméticos, alimentos, energia e flores tropicais. Em 2010, continuarão a ser implementados os trabalhos de institucionalização do CBA. Também no campo tecnológico, o Banco da Amazônia apoia financeiramente, desde 1999, iniciativas voltadas para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica da região, com recursos do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e do seu próprio orçamento. Hoje, o Banco é parceiro de 54 instituições e universidades sediadas na região, envolvendo 365 projetos de pesquisa e recursos de cerca de R$ 24,9 milhões.

2. Agronegócio

No contexto de grave crise financeira internacional, a safra 2008/2009 consolidou o profissionalismo do produtor brasileiro e atestou a capacidade do Governo de agir com rapidez para apoiar a comercialização agrícola, garantindo a oferta de alimentos à

população e a geração de excedentes para o mercado externo. Mesmo com os reflexos dessa crise e os problemas climáticos no Sul do País, a produção de grãos foi a segunda melhor da história, alcançando 135 milhões de toneladas. Por sua vez, projeções de desempenho do agronegócio no mercado externo revelam a resistência do setor à crise mundial e a crescente importância das exportações agropecuárias para a economia brasileira. Enquanto em 2008 o setor representou 37% das exportações totais do País, em 2009, essa participação se aproximou de 50% do total.

Com as medidas do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010, o Governo estimulou a continuidade da trajetória ascendente do agronegócio. O Plano trouxe aumento dos recursos disponibilizados para o crédito, reformulação do Proger Rural e reforço do orçamento para a subvenção ao prêmio do seguro rural, e para o apoio à comercialização. Além disso, houve medidas especiais para as cooperativas agrícolas, pesqueiras e agroindustriais. Para 2010, a estimativa é de elevação da produtividade agropecuária e condições mais favoráveis de mercado, com recuperação da renda rural. A melhoria da tecnologia aplicada nos cultivos e o clima mais favorável deverão possibilitar o alcance de uma safra de 142 milhões de toneladas de grãos e cereais.

Por sua vez, a superação da crise por um grande número de países deverá proporcionar o paulatino reaquecimento do mercado agrícola internacional. Já em 2009, a China se transformou no maior comprador de produtos do agronegócio brasileiro e a expectativa é de que a demanda chinesa continue subindo em ritmo acelerado, especialmente por produtos como a carne de frango, que teve as portas abertas ao Brasil recentemente. Outro mercado de grande potencial de crescimento, a Índia, vem se tornando importante parceiro comercial. Em 2009, aquele país se tornou o segundo destino mais importante para o açúcar brasileiro, superado apenas pela Rússia.

Nesse sentido, as ações governamentais que têm possibilitado a melhoria da sanidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros são essenciais para a conquista de novos mercados e a ampliação das exportações, especialmente de carnes, cujas exigências dos países importadores demandam constante aprimoramento do setor produtivo e governamental, notadamente quanto a medidas de rastreabilidade dos produtos. Além disso, a competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro passa a ser cada vez mais dependente, também, de percepções externas relativas à sustentabilidade ambiental e social da produção agropecuária, apresentando novos desafios de modernização e adaptação do setor produtivo e governamental.

a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização

a.1) Crédito Rural

Apoiar de forma mais incisiva o médio produtor, a agricultura sustentável e o cooperativismo – essas são as metas do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010. Considerando a agricultura empresarial e a familiar em conjunto, foram disponibilizados R$ 107,5 bilhões para o financiamento da safra, 37,8% acima do observado na safra anterior. Do total, R$ 66,2 bilhões foram destinados a custeio e comercialização destes, R$ 54,2 bilhões oferecidos a taxas controladas de juros. A agricultura empresarial foi contemplada com R$ 92,5 bilhões e a agricultura familiar com R$ 15,0 bilhões, ou seja, acréscimos de 42,3% e 15,4%, respectivamente, sobre os valores disponibilizados na safra 2008/2009. Para operações de financiamento para investimento agropecuário, a alocação de recursos foi de R$ 14,0 bilhões, 37,2% acima do observado na safra anterior.

A carteira de crédito rural do Banco do Brasil é a primeira no ranking das instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com participação de 60,5%, representando 23,8% da carteira total de crédito dessa instituição oficial de crédito. Na safra 2008/2009, o Banco do Brasil destinou R$ 30,5 bilhões ao crédito rural, distribuídos em mais de 1,1 milhão de operações de investimento, custeio e comercialização. Para a safra 2009/2010, o Banco estima aplicar R$ 39,5 bilhões, o que representará um incremento de 30% em relação à safra 2008/2009. O total de recursos a serem disponibilizados pela instituição corresponde a 36,7% do Plano Safra 2009/2010, que totaliza R$ 107,5 bilhões. Serão destinados à agricultura de mercado R$ 30,1 bilhões e R$ 9,4 bilhões à agricultura familiar, o que representa crescimento de 30% em relação ao total aplicado na safra 2008/2009.

Registra-se, ainda em 2009, o lançamento das linhas de crédito Procap-Agro e Procap-Produção, destinadas às cooperativas agropecuárias, para financiar capital de giro, saneamento financeiro e integralização de cotas-partes do capital social, com recursos do BNDES. No Procap-Agro a taxa de juros é de 6,75% ao ano, com prazo de até seis anos, e o valor máximo de financiamento é R$ 50 milhões. No Procap-Produção, os encargos financeiros são TJLP mais 4% ao ano, o prazo é de até 120 meses e o financiamento é limitado ao valor do patrimônio líquido da cooperativa ou até R$ 200 milhões, o que for menor.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural), com direcionamento voltado ao produtor de médio porte e taxa de juros de 6,25% a.a., contou com recursos programados para custeio/comercialização de R$ 3,46 bilhões. Para investimento, a programação de recursos foi estabelecida em R$ 1,0 bilhão (Proger BB e Proger BNDES). Além de contar com mais recursos, o programa foi contemplado com maior limite de renda para fins de enquadramento do produtor beneficiário, passando de R$ 250 mil para R$ 500 mil e, também, com aumento dos limites de financiamento para custeio e investimento.

a.2) Apoio à Comercialização

A política governamental de apoio à comercialização continua visando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Para a comercialização de arroz, algodão, café, feijão leite de vaca, milho, sisal, trigo e vinho, utilizando-se dos instrumentos públicos (Aquisição do Governo Federal – AGF, Contratos de Opção, Prêmio ao Escoamento de Produto – PEP, Prêmios de Risco para o Lançamento de Opções Privadas – PROP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – Pepro), foram disponibilizados R$ 774,6 milhões. A totalidade das operações por meio do Pepro alcançaram R$ 615,5 milhões, referentes à negociação de 2,1 milhões de toneladas de produtos, e as operações de PEP corresponderam a R$ 627,6 milhões, envolvendo 6,8 milhões de toneladas de produtos.

Os estoques públicos adquiridos com a utilização do Programa Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) alcançaram 5,43 milhões de toneladas de produtos agrícolas, com desembolso de R$ 2,88 bilhões. No período, foram alienadas 235,9 mil toneladas, sendo 10,7 mil toneladas mediante leilão eletrônico, 111,4 mil toneladas com a concessão de subsídio às regiões desabastecidas e 113,7 mil toneladas por meio do programa Vendas em Balcão. A política de formação de estoques públicos prevê, em 2010, a aquisição de 3,5 milhões toneladas de produtos agrícolas, o que demandará desembolsos para compra e manutenção dos estoques de R$ 2,3 bilhões.

Evolução do Crédito Rural e do Volume da Safra em Grãos

Brasil: Financiamento Rural Total e Produção de Grãos – Safras 2002/2003 a 2009/2010

Safras	Financiamento Rural [1] (R$ milhões)	Produção de grãos (mil toneladas)
2002/2003	30.037,1	123.168,0
2003/2004	39.567,4	119.114,2
2004/2005	47.582,1	114.695,0
2005/2006	50.361,5	122.530,8
2006/2007	57.157,6	131.750,6
2007/2008	74.090,6	144.137,3
2008/2009	74.405,2	135.134,0
2009/2010 [2]	107.500,0	141.346,7

Fonte: Financiamento Rural – Grupo de Acompanhamento de Crédito Rural – GACR/MAPA; Produção – Conab.
(1) Recursos aplicados (incluído Pronaf).

a.3) Apoio à Cafeicultura

Em 2009, foram intensificadas as liberações de linhas de crédito para o financiamento ao produtor, com a alocação de R$ 1,8 bilhão, oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Além disso, foram aprovadas medidas com o objetivo de dar sustentação aos preços do café, melhorar a renda do produtor e equilibrar a oferta e demanda, destacando-se: i) reajuste dos preços mínimos para os cafés arábica e robusta; ii) redução da taxa de juros do Funcafé, de 7,5% para 6,75% a.a., para todas as linhas de financiamento; iii) ampliação da Linha Especial de Crédito (LEC) para indústrias e beneficiadores, de R$ 15 milhões para R$ 20 milhões; iv) concessão dos financiamentos de estocagem e financiamentos para aquisição de café (FAC), com base no preço mínimo vigente do café; v) leilões de contratos de opção de venda para três milhões de sacas de 60 kg de café arábica; vi) aplicação de R$ 300 milhões diretamente na Aquisição do Governo Federal (AGF) para café; vii) linha de crédito de R$ 100 milhões do Funcafé para cooperativas de crédito refinanciarem dívidas de cafeicultores que comprovarem incapacidade de pagamento; viii) pagamento em produto das parcelas das operações de crédito de dação em pagamento, com recursos do Funcafé, cujo débito estimado em R$ 1,1 bilhão foi prorrogado até 2020; ix) pagamento do financiamento de estocagem da safra 2008/2009, em sacas de café de 60 kg, com base no preço mínimo vigente, que equivale a aproximadamente R$ 697 milhões; x) renegociação de financiamentos vinculados à CPR; e xi) prorrogação por quatro anos dos financiamentos de custeio e colheita da safra 2008/2009, vencidas entre 16 de setembro de 2009 e 31 de março de 2010, que totalizam R$ 860 milhões.

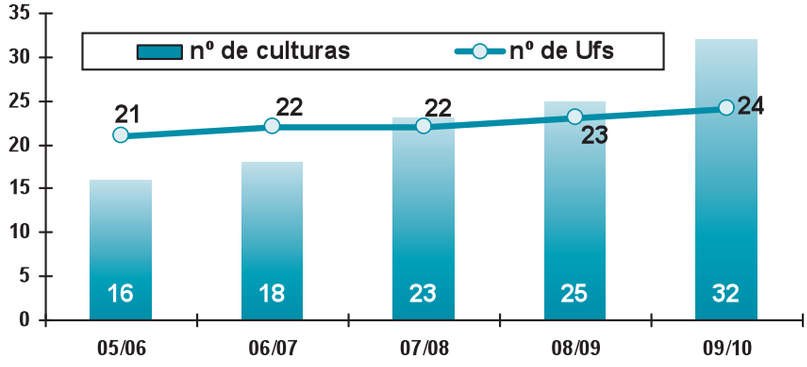
Em 2010, serão priorizadas as ações de desenvolvimento de pesquisas agronômicas de café, levantamento de safra, estoques privados e custos de produção, qualificação da mão de obra, promoção dos Cafés do Brasil, internamente e no exterior, além do planejamento e execução dos financiamentos ao setor cafeeiro, por meio da liberação de recursos para operações de crédito de custeio, colheita, estocagem, FAC, CPR, entre outros instrumentos de política agrícola.

b) Gerenciamento de Riscos Climáticos

b.1) Zoneamento Agroclimático

A Rede Meteorológica dispõe de 940 estações, das quais 540 automáticas e 400 convencionais, além de 12 estações de radio sondagem. As ações de gestão e minimização de risco foram fortalecidas, com a introdução de novas tecnologias, que contribuem para a diminuição de perdas de safras. Nesse sentido, o Zoneamento Agropecuário de Risco Climático indica as épocas mais adequadas de plantio para as principais culturas, de forma a minimizar os riscos de perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos nas fases mais sensíveis das lavouras. Os estudos de zoneamentos agrícolas de risco climático já contemplam um total de 32 culturas, sendo 14 de ciclo anual (abacaxi, algodão, arroz, amendoim, canola, cevada, feijão phaseolus e feijão caupi, girassol, mandioca, milho, soja, sorgo e trigo) e 18 permanentes (ameixa, banana, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, coco, dendê, eucalipto, maçã, mamão, mamona, maracujá, nectarina, pêra, pêssego, pinus e uva), alcançando 24 Unidades da Federação. Para o ano de 2010, está prevista a divulgação adicional de estudos de zoneamento para as culturas de açaí, citrus, gergelim, palma forrageira, pimenta-do-reino, pupunha e milheto, além de todas as outras já divulgadas anualmente.

Evolução do Zoneamento Agrícola de Risco Climático – Safras 2005/2006 a 2009/2010



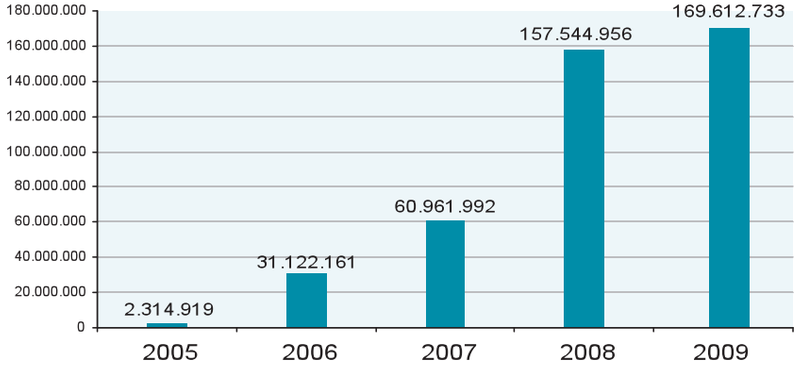
Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

b.2) Seguro Rural

A política de subvenção ao prêmio do seguro rural objetiva o aumento da base do seguro agrícola, ampliando o mercado de seguros agrícolas e diminuindo o risco de perda. Por meio dessa política, promove-se a busca pela universalização do acesso ao seguro rural privado, a indução do uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário, com repercussão na adimplência do setor agropecuário junto aos bancos e outros agentes de financiamento da produção. O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural passou a beneficiar 76 culturas na modalidade agrícola, além das modalidades pecuária, florestal e aquícola. Para as culturas que apresentam maior exposição ao risco climático, os percentuais de subvenção foram elevados, em 2009, situando o apoio governamental na faixa de 30 a 70% do valor do prêmio do seguro rural. O limite financeiro passou a ser de R$ 96 mil na modalidade agrícola e R$ 32 mil para as modalidades pecuária, florestal e aquícola.

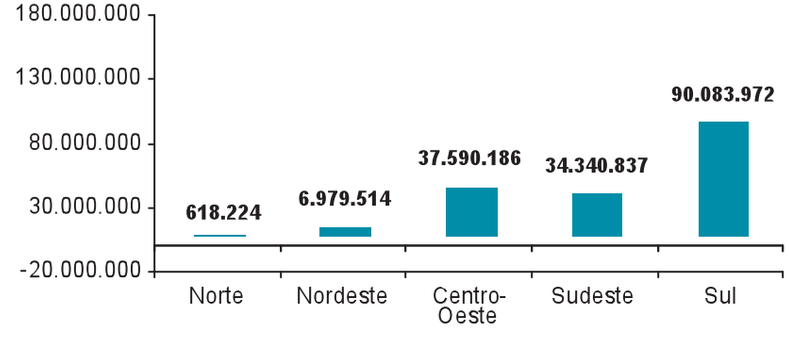
Com vistas ao aprimoramento dos mecanismos de apoio ao seguro rural, o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 374, de 2008, de autoria do Poder Executivo, propõe a criação de um Fundo de Catástrofe, para dar garantia às operações de seguro rural contra os efeitos climáticos considerados catastróficos. Espera-se que, em 2010, seja concluída a tramitação desse PLC no Congresso Nacional. Ainda neste exercício, diante da boa receptividade do seguro rural junto aos produtores, serão mantidos os percentuais de subvenção e os limites financeiros para o triênio 2010/2012.

Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – por Região, em 2009
Valor Subvencionado (em R$)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nos financiamentos de custeio agropecuário, concedidos em 2009, o Banco do Brasil incentivou a utilização de mecanismos mitigadores de risco, tais como: Seguro Agrícola, Proagro e proteção de preços em bolsas de mercadorias e futuros. Da carteira de custeio agrícola contratada entre os meses de junho e dezembro de 2009 (safra 2009/2010), 66,5% das operações contam com o BB Seguro Agrícola ou com o Proagro. Por sua vez, a utilização do Mercado de Futuros e de Opções possibilita aos produtores a proteção em relação às oscilações de preços das *commodities* agropecuárias. Em 2009, foram contratadas 34.678 apólices de BB Seguro Agrícola, o que permitiu segurar aos produtores rurais R$ 4,5 bilhões contra intempéries climáticas, utilizando R$ 100 milhões da subvenção autorizada pelo Governo, equivalente a 62% do valor total disponibilizado ao mercado segurador – R$ 160 milhões. Além disso, em 2009, o Banco do Brasil intermediou 13.311 contratos em bolsas de mercadorias e futuros. Para 2010, estimam-se incrementos significativos nos resultados de proteção de preço, com a regulamentação da subvenção ao prêmio de opções, conforme previsto na Lei nº 11.775, de 2008.

c) Defesa Agropecuária

O rigor e a eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental para a segurança alimentar da população e os ganhos de competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional, pois, à medida que os serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal e de fiscalização de insumos pecuários e agrícolas são realizados de forma sistêmica na cadeia produtiva, pragas e doenças prejudiciais à produção são controladas e asseguradas a conformidade e a inocuidade dos produtos destinados ao consumo humano e industrial.

Participação Brasileira na Produção e Comércio Mundial de Produtos Agropecuários

Produto	Produção				Exportação			
	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	Posição Internacional 2008	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	Posição Internacional 2008
Carne Bovina	15,7	15,9	15,5	2	27,8	28,9	24,0	1
Carne de Aves	14,0	14,7	14,9	3	37,3	38,9	38,0	1
Carne de Suínos	2,9	3,2	3,1	4	12,2	14,1	10,2	4
Açúcar	18,6	19,1	19,4	1	34,3	40,7	37,9	1
Café	30,9	35,0	31,8	1	26,5	28,8	28,4	1
Suco de Laranja	61,3	53,2	55,8	1	86,3	83,9	85,0	1
Soja em Grãos	24,9	27,6	27,0	2	32,9	31,9	39,0	2
Farelo de Soja	15,7	15,7	16,1	4	23,6	21,8	24,8	2
Óleo de Soja	16,4	16,4	16,9	4	23,3	22,0	21,1	2
Algodão	5,7	6,1	5,1	5	3,5	5,8	9,2	2
Milho	7,2	7,4	6,4	3	11,5	7,9	9,4	3
Arroz	1,8	1,9	1,9	9	0,8	1,8	1,6	11

Fonte: *United States Department of Agriculture (USDA).*

c.1) Ações de Saúde Animal

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece o *status* de livre de febre aftosa com vacinação, para 15 Estados brasileiros. Não há ocorrência de febre aftosa no País desde abril de 2006. A doença encontra-se oficialmente erradicada em 16 Unidades da Federação e parcialmente em outras duas. As áreas livres de aftosa, compreendidas em 5 milhões de km^2, detêm uma população de aproximadamente 180 milhões de bovinos e 25 milhões de suínos. As vacinações semestrais contra a doença demandaram uma produção de 460 milhões de doses da vacina, para a imunização de 190 milhões de bovinos. Na busca da meta da erradicação da doença em todo o País, foram efetuadas avaliações que permitiram a classificação dos Estados em diferentes níveis de risco para a febre aftosa. Na área ainda não reconhecida como livre da doença, Estados como Alagoas,

Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e parte do Estado do Pará são classificados nacionalmente como de risco médio, reunindo as condições básicas para seguirem os passos seguintes visando ao reconhecimento como zona livre de febre aftosa.

Em relação à avicultura, ao longo de 2009, foram intensificadas as ações de controle das doenças na produção desse setor, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da *Influenza* aviária e da doença de *Newcastle*, inclusive com a classificação por categorias dos serviços veterinários estaduais. Com relação ao Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica, houve ampliação da zona livre da doença, com a inclusão do Estado de Rondônia. Dessa forma, a zona livre já alcança 50% do território nacional e concentra cerca de 54% das propriedades que detêm 81% do rebanho suíno nacional e 93% da indústria de produtos suínos no Brasil.

A Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), vulgarmente conhecida como "doença da vaca louca", continua sendo exótica para o Brasil. Tendo sido concluída a análise de risco da EEB no Brasil, os resultados serão submetidos à apreciação da OIE, com vistas à reclassificação do País como de "risco negligenciável" para EEB, possibilitando a abertura de mercados para produtos de origem bovina. Para 2010, as perspectivas são o fortalecimento dos sistemas de combate a doenças que afetam a produção nacional, com ênfase na erradicação da febre aftosa, na ampliação das áreas livres da doença de *Newcastle* e de peste suína clássica, e na prevenção da Influenza aviária.

c.2) Ações de Sanidade Vegetal

Ampliaram-se, em 2009, as ações para controle e erradicação de pragas dos vegetais. Em que pese as detecções da mosca-negra dos citros no Estado de São Paulo e da mancha-negra dos citros no Estado de Goiás, as ações da defesa agropecuária na área de sanidade vegetal permitiram a manutenção de diversas áreas livres de pragas no País. Algumas ações no controle de pragas merecem destaque: i) a nova instrução normativa sobre a praga *greening* dos citros proporcionou maior efetividade às ações dos órgãos de defesa agropecuária para conter o seu avanço; ii) a erradicação do foco de *Cycdia pomonella*, em Bom Jesus/RS e a expectativa de sua total erradicação, até 2012; iii) a disponibilização para os produtores de 31 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa; e iv) a implementação do processo de reconhecimento de áreas livres de Moko da bananeira. Com o aprimoramento do Sistema de Certificação Fitossanitário, que permite a rastreabilidade dos produtos vegetais, o Brasil atendeu aos rígidos critérios internacionais dos nossos principais parceiros comerciais.

A partir de 2010, todo esse sistema passará a ser informatizado e incluirá os cerca de 20 mil engenheiros agrônomos habilitados para a emissão do Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) em todo o País. Também, neste exercício, será ampliado o combate à ferrugem asiática da soja, adotando-se o vazio fitossanitário e a caracterização de áreas livres de pragas no território nacional. Entre as ações previstas, incluem-se, ainda, o estabelecimento do sistema de manejo de risco da área livre de sigatoka negra na cultura de banana, com ampliação das áreas livres dessa praga e do sistema de manejo de risco para mosca-das-frutas em cultivos de cucurbitáceas. Para alcance desses objetivos, as principais medidas previstas são: i) incremento na alocação de recursos humanos, materiais e financeiros; ii) melhoria da rede laboratorial; e iii) revisão e adequação da legislação vigente, mediante apresentação de proposta de normativas e de anteprojeto de lei de defesa sanitária vegetal.

c.3) Qualidade de Insumos e Produtos Agropecuários

A oferta de alimentos seguros para os mercados interno e externo depende da correta aplicação e do cumprimento das boas práticas de produção, das normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e das avaliações de risco e identificação das características dos produtos. O sistema de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal, e de fiscalização de insumos pecuários e agrícolas ampliou a quantidade de produtos fiscalizados no mercado interno, em 2009, superando os resultados de 2008. Tal resultado decorre dos ajustes dos procedimentos de fiscalização, bem como de alguns padrões oficiais de classificação, que possibilitaram a ampliação do leque de produtos vegetais fiscalizados. O índice de conformidade, que é o percentual de amostras de produtos vegetais coletadas em conformidade com a legislação, apresentou um significativo aumento em 2009, passando de 73% para 82%.

Ampliaram-se as ações de fiscalização dos insumos pecuários – produtos destinados à alimentação animal –, como medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal. Além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação, a fiscalização teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos insumos pecuários disponibilizados no comércio, incluindo aqueles de maior importância para a execução dos programas nacionais de controle e erradicação de algumas doenças animais, como a febre aftosa, brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, além de diversas doenças aviárias. Cabe destacar, ainda, o monitoramento da presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Com o objetivo de melhor atender às demandas quanto à qualidade e inocuidade dos insumos pecuários e adequá-los aos constantes avanços tecnológicos, foram atualizadas diversas normas, em 2009, destacando-se o decreto que estabelece a obrigatoriedade da inspeção e fiscalização de alimentos para animais e as normas higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação de alimentos para animais. Foram, ainda, aprovados o regulamento que proíbe o uso da violeta genciana em alimentos para animais e o regulamento que define os critérios para produção, comercialização e uso de vacinas contra leishmaniose visceral canina. Tendo em vista o grande número de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar humana e a crescente demanda por alimentos seguros, foram introduzidos programas para controlar e viabilizar a rastreabilidade dos produtos em todos os segmentos da cadeia alimentar, incluindo o uso racional e adequado de medicamentos veterinários e a inocuidade dos alimentos para animais, os quais constituem um elo importante da cadeia produtiva.

c.4) Sistema Laboratorial e Vigilância Internacional

Em 2009, foram realizadas, por meio dos laboratórios federais e da rede credenciada pública e privada, 23,1 milhões de análises laboratoriais de produtos de origem animal e vegetal. Em 2010, será consolidada a ampliação da rede federal de laboratórios de biossegurança, com a adequação de quatro unidades. A ampliação enfatizará o atendimento aos programas de prevenção de *Influenza* aviária, de erradicação da febre aftosa, da peste suína clássica e da doença de *Newcastle*, que ensejam as principais barreiras não-tarifárias ao comércio internacional de animais e seus produtos. Na área físico-química de produtos de origem vegetal, está prevista a ampliação dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) dos Estados do Pará, de Pernambuco, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. No caso específico dos organismos geneticamente modificados (OGM), haverá a consolidação da estrutura dos laboratórios dos Estados de Goiás, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, possibilitando a ampliação dos

escopos para a detecção e quantificação de algodão transgênico e de OGM em alimentos para animais. Há que ressaltar que a vigilância agropecuária internacional atualizou e promoveu a modernização dos procedimentos de fiscalização das importações e exportações de animais vivos, de produtos de origem animal e vegetal, e de insumos agropecuários, com a atualização do Manual de Procedimentos Operacionais do Vigiagro, visando à simplificação dos procedimentos e à garantia da segurança nas importações e exportações de produtos e insumos agropecuários.

c.5) Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia

Um esforço importante da defesa agropecuária está relacionado à geração de tecnologia e novas metodologias de controle sanitário e fitossanitário, de verificação de conformidades em insumos agropecuários e na certificação zoofitossanitária. Para aprimorar as ações de defesa agropecuária, nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal, e dos insumos agropecuários, o Governo, por meio do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), está realizando uma série de pesquisas por intermédio de diversos centros de tecnologia nacionais. Durante três anos, serão aplicados cerca de R$ 110 milhões para o apoio a 376 projetos, que proporcionarão maior suporte técnico e científico à defesa agropecuária no Brasil. Essa ação visa incentivar a participação da comunidade científica em temas de interesse do agronegócio, assim como aproximar as universidades e institutos de pesquisa dos reais desafios para o crescimento sustentável da agricultura e da pecuária brasileiras.

d) Fomento e Organização da Produção

No último exercício, os sistemas de produção sustentáveis foram intensificados e fortalecidos, com ênfase na expansão do sistema agropecuário de produção integrada, além da recuperação de áreas degradadas no Bioma Amazônia, tendo inclusive sido firmadas parcerias entre o Governo e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Houve avanços na Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Gestão Sustentável de Microbacias, com: i) a implantação de cinco projetos-piloto de gestão de microbacias (MS, PR, RS, SC, e SP); ii) a mobilização de 340 instituições públicas e privadas; iii) a formação de 14 comitês técnicos gestores, com a participação de 31 Municípios; iv) o desenvolvimento de 22 unidades comparativas; v) a difusão tecnológica para 2.040 pessoas; e vi) a promoção de ações integradas com a "Operação Arco Verde" e com os Territórios da Cidadania, para a implantação de projetos de apoio à produção sustentável.

O projeto de reconhecimento de produtos notórios do agronegócio como Indicação Geográfica, apoiou o desenvolvimento de 45 projetos de fomento, em pelo menos 20 Estados. Foram desenvolvidos trabalhos de organização e capacitação direta da base de produtores, delimitação de áreas geográficas, elaboração de regulamentos de uso, orientação sobre sanidade e qualidade dos produtos, além da organização de estratégias de controle pós-registro dos produtos como Indicação Geográfica. Em 2010, as ações terão maior abrangência, passando a fomentar também outros sinais distintivos para os produtos agropecuários, além de Indicação Geográfica, como as Marcas Coletivas e as Marcas de Certificação, com a consequente ampliação do rol de produtos a serem trabalhados.

O desenvolvimento tecnológico da agropecuária tem permitido redirecionar os rumos de prioridades para a biotecnologia agropecuária e para a agricultura de precisão. Em 2009, foram reconhecidas 160 novas variedades, totalizando 1.477 cultivares protegidas por direitos de propriedade intelectual no País, com crescente atração de investimentos do setor privado.

e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio

e.1) Negociações Internacionais Multilaterais

A Organização Mundial do Comércio autorizou o Brasil a retaliar os Estados Unidos (EUA) no contexto do contencioso sobre subsídios ao algodão, até um montante de US$ 441 milhões anuais sobre as exportações daquele país para o Brasil, e poderão vigorar enquanto os EUA mantiverem a atual situação de descumprimento das regras multilaterais de comércio. O Governo, por intermédio da Câmara de Comércio Exterior (Camex), está finalizando a definição da lista dos bens a serem objeto de retaliação, a vigorar em 2010.

Por sua vez, o Brasil e a União Europeia negociaram as condições de compensação pela adesão da Romênia e Bulgária ao Bloco comunitário. Avaliou-se o impacto que a medida poderia ter no comércio de produtos do agronegócio brasileiro, em especial quanto à carne bovina, carne de aves e açúcar. No caso específico do açúcar, houve incremento da cota para o Brasil de 300 mil toneladas anuais, com a cobrança apenas da tarifa intracota de 98 euros por tonelada.

No que se refere às negociações de temas sanitários e fitossanitários, destacam-se os resultados obtidos nas negociações com a União Europeia, Mercosul, Rússia, Argentina, EUA, México, China, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Filipinas, Vietnã, Argélia, Angola, Egito, África do Sul, Peru, Colômbia, Chile e Itália, que resultaram na ampliação do acesso a mercados para produtos agropecuários brasileiros, tais como as carnes bovina, suína e de aves *in natura*, com ou sem osso, carnes termoprocessadas, produtos lácteos, animais vivos e gelatina. Além disso, ampliou o mencionado acesso à exportação de alguns Estados constantes da área livre de febre aftosa com vacinação e consolidou o *status* sanitário do Estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação, garantindo maior inserção no mercado internacional.

O Governo, por intermédio do MAPA, participou ativamente da negociação dos acordos firmados entre o Mercosul e Israel, Índia e SACU (União Aduaneira da África do Sul). O acordo com a Índia entrou em vigor, em junho de 2009, e atualmente está em fase de aprofundamento. O acordo Mercosul-SACU, assinado nesse ano de 2009, será analisado pelo Congresso, e o acordo com Israel, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados no mês de novembro de 2009, aguarda aprovação do Senado. Caso aprovado, será o primeiro acordo de livre comércio extrarregional do Mercosul.

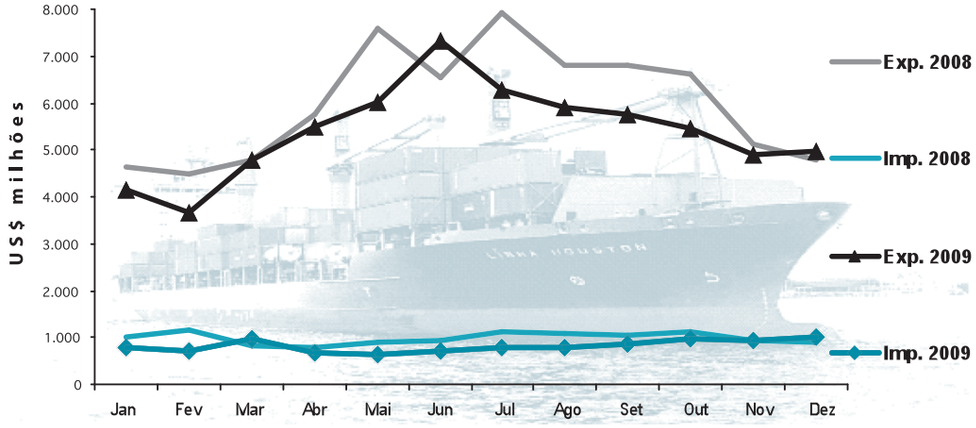
e.2) Promoção Comercial do Agronegócio

A crise econômica internacional trouxe, como grande desafio, a busca de novos mercados compradores para os produtos do agronegócio brasileiro, tendo em vista o encolhimento da demanda nos países desenvolvidos. Nesse contexto, o Governo atuou rapidamente no sentido de reunir os representantes dos principais setores exportadores do agronegócio nacional, com vistas a apresentar e discutir possíveis cenários e propostas de ações, como resposta à então iminente contração do mercado global. Foram realizadas missões comerciais para os Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Indonésia, Hong Kong, Rússia, Vietnã, Taiwan, Arábia Saudita e China.

Para o ano de 2010, o calendário preliminar de ações de promoção internacional do agronegócio prevê trabalhos nos seguintes mercados: Emirados Árabes Unidos, Catar, Kuait, China, Cingapura, Venezuela, Colômbia, Japão, Coreia do Sul, África do Sul, Angola, Taiwan, Marrocos, Egito, Líbia, Panamá, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Canadá, Estados Unidos e Arábia Saudita.

e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio

Balança Comercial do Agronegócio
Evolução Mensal das Exportações e Importações: 2008 e 2009



Fonte: Elaborado pelo MAPA, a partir de dados do MDIC.

Em 2009, as exportações do agronegócio somaram US$ 64,75 bilhões, com queda de 9,8%, em relação ao mesmo período de 2008. A queda do valor exportado resultou, principalmente, da redução dos preços das principais mercadorias exportadas pelo Brasil. O índice de preços das exportações do agronegócio apresentou redução de 9,4%, enquanto o *quantum* exportado manteve-se praticamente constante (-0,4%). O valor das importações, também, apresentou redução de 16,9% no período, totalizando US$ 9,82 bilhões. O saldo comercial do agronegócio contraiu-se, de US$ 59,98 bilhões para US$ 54,93 bilhões. Alguns setores apresentaram aumento do valor exportado, a saber: complexo sucroalcooleiro (23,4%), fumo e seus produtos (10,7%), animais vivos (12,8%), produtos hortícolas (34,3%), produtos apícolas (47,8%). Os demais setores apresentaram retração no valor exportado.

Balança Comercial do Agronegócio
Exportações, Importações e Saldos – US$ mil

Setores	Janeiro – Dezembro/2009			Janeiro – Dezembro/2008			Var. %	
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.
Produtos de Origem Animal	15.269.242	1.506.119	13.763.123	19.535.392	1.564.291	17.971.101	-21,8	-3,7
Carnes	11.787.227	265.904	11.521.323	14.545.484	266.186	14.279.298	-19,0	-0,1
Couros, Produtos de Couro e Peleteria	2.041.066	156.304	1.884.762	3.140.208	257.725	2.882.484	-35,0	-39,4
Demais Produtos de Origem Animal	536.794	115.627	421.167	573.287	146.707	426.580	-6,4	-21,2
Animais Vivos	471.141	26.364	444.776	417.582	32.182	385.400	12,8	-18,1
Pescados	194.664	675.114	-480.449	269.286	648.323	-379.037	-27,7	4,1
Lácteos	167.478	266.794	-99.316	541.590	213.159	328.431	-69,1	25,2
Produtos Apícolas	70.872	12	70.860	47.956	9	47.947	47,8	26,5
Produtos de Origem Vegetal	49.486.390	8.316.871	41.169.519	52.271.075	10.255.903	42.015.171	-5,3	-18,9
Complexo Soja	17.239.708	72.651	17.167.057	17.980.184	106.851	17.873.333	-4,1	-32,0
Complexo Sucroalcooleiro	9.715.971	2.363	9.713.608	7.873.074	831	7.872.244	23,4	184,5
Produtos Florestais	7.222.872	1.735.185	5.487.687	9.326.149	2.554.385	6.771.764	-22,6	-32,1
Café	4.278.940	16.383	4.262.557	4.763.069	8.380	4.754.689	-10,2	95,5
Fumo e Seus Produtos	3.046.032	67.222	2.978.810	2.752.032	49.300	2.702.733	10,7	36,4
Cereais, Farinhas e Preparações	1.818.559	2.558.008	-739.449	2.206.966	3.225.570	-1.018.604	-17,6	-20,7
Sucos de Fruta	1.751.828	16.358	1.735.470	2.151.783	15.162	2.136.621	-18,6	7,9
Fibras e Produtos Têxteis	1.260.340	755.187	505.153	1.587.384	969.097	618.287	-20,6	-22,1
Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	871.153	460.542	410.611	1.033.135	444.917	588.218	-15,7	3,5
Demais Produtos de Origem Vegetal	659.402	413.239	246.163	798.550	419.713	378.836	-17,4	-1,5
Produtos Alimentícios Diversos	411.106	245.204	165.901	447.134	233.567	213.566	-8,1	5,0
Cacau e Seus Produtos	352.338	274.433	77.905	400.636	215.749	184.887	-12,1	27,2
Bebidas	234.191	350.723	-116.532	273.194	329.617	-56.423	-14,3	6,4
Chá, Mate e Especiarias	191.511	32.856	158.655	208.232	36.480	171.752	-8,0	-9,9
Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	161.327	585.146	-423.819	120.117	743.829	-623.712	34,3	-21,3
Produtos Oleaginosos (Exclui Soja)	137.022	572.154	-435.132	166.221	707.179	-540.958	-17,6	-19,1
Rações Para Animais	102.566	139.259	-36.694	147.611	181.174	-33.562	-30,5	-23,1
Plantas Vivas e Produtos de Floricultura	31.525	19.956	11.568	35.604	14.105	21.499	-11,5	41,5
Total	**64.755.631**	**9.822.990**	**54.932.642**	**71.806.467**	**11.820.195**	**59.986.273**	**-9,8**	**-16,9**

Fonte: Elaborado pelo MAPA, a partir de dados do MDIC.

Em 2009, as exportações brasileiras do agronegócio apresentaram crescimento para a Ásia (16,7%), Oriente Médio (14,4%), e África (3,1%). A Ásia deslocou a União Europeia como principal destino das exportações do agronegócio, passando de uma participação de 23,5%, em 2008, para 30,4%, em 2009. Com uma redução de 20,2% nas exportações para a União Europeia, o bloco teve sua participação no destino das exportações reduzida de 33,1% para 29,3%.

Exportações do Agronegócio por Blocos Econômicos – US$ mil

Blocos	Janeiro – Dezembro		Var %	Participação	
	2009	2008	2009/2008	2009	2008
Ásia (Excl. Oriente Médio)	19.662.730	16.852.027	16,7	30,4	23,5
Ue 27	18.983.602	23.775.502	-20,2	29,3	33,1
Oriente Médio	5.858.621	5.122.980	14,4	9,0	7,1
Nafta	5.497.433	7.215.475	-23,8	8,5	10,0
África (Excl. Oriente Médio)	4.961.599	4.811.855	3,1	7,7	6,7
Europa Oriental	3.841.942	5.469.506	-29,8	5,9	7,6
Aladi (Excl. Mercosul)	3.130.665	4.334.638	-27,8	4,8	6,0
Mercosul	1.634.012	2.013.529	-18,8	2,5	2,8
Demais da Europa Ocidental	741.904	824.372	-10,0	1,1	1,1
Oceania	201.774	411.423	-51,0	0,3	0,6
Demais da América	109.456	254.288	-57,0	0,2	0,4

Fonte: Elaborado pela Sri/MAPA, a partir de dados da Secex/MDIC.

Na análise por país, verificou-se aumento das vendas para a China (12,4%), Índia (442,6%), Hong Kong (5,2%), Arábia Saudita (5,1%), Coreia do Sul (28,0%), Emirados Árabes Unidos (49,8%) e Irã (20,0%).

Exportações do Agronegócio por Países – US$ mil

Países	Janeiro – Dezembro		Var %	Participação	
	2009	2008	2009/2008	2009	2008
China	8.915.881	7.930.975	12,4	13,8	11,0
Países Baixos	4.964.835	6.531.259	-24,0	7,7	9,1
Estados Unidos	4.549.640	6.249.474	-27,2	7,0	8,7
Rússia	2.785.478	4.187.630	-33,5	4,3	5,8
Alemanha	2.775.714	3.107.992	-10,7	4,3	4,3
Bélgica	2.273.530	2.551.187	-10,9	3,5	3,6
Índia	1.792.863	330.394	442,6	2,8	0,5
Itália	1.792.492	2.752.984	-34,9	2,8	3,8
Japão	1.783.924	2.441.931	-26,9	2,8	3,4
França	1.770.136	2.139.174	-17,3	2,7	3,0
Reino Unido	1.715.107	1.946.958	-11,9	2,6	2,7
Hong Kong	1.708.728	1.623.616	5,2	2,6	2,3
Venezuela	1.582.794	2.426.212	-34,8	2,4	3,4
Espanha	1.573.379	2.270.987	-30,7	2,4	3,2
Arábia Saudita	1.504.874	1.431.746	5,1	2,3	2,0
Coreia, Rep. Sul	1.304.519	1.018.974	28,0	2,0	1,4
Emir. Árabes Un.	1.144.236	763.890	49,8	1,8	1,1
Irã, Rep. Isl. Do	1.112.675	927.438	20,0	1,7	1,3
Argentina	982.164	1.317.292	-25,4	1,5	1,8
Tailândia	809.900	905.347	-10,5	1,3	1,3
Demais Países	17.912.763	18.951.007	-5,5	27,7	26,4
Total	64.755.631	71.806.467	-9,8	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela SRI/MAPA, a partir de dados da Secex/MDIC.

f) Pesquisa Agropecuária

Para que a agricultura brasileira possa responder aos desafios relacionados à crescente demanda por alimentos, com preservação ambiental e as mudanças climáticas, necessitará contar com crescente oferta de tecnologias. Para fins de pesquisa agropecuária, foram alocados no Orçamento Geral da União R$ 1,7 bilhões, em 2009, representando um incremento de 23% em relação a 2008. A pesquisa agropecuária manteve, no último exercício, uma carteira de 590 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, concluídos ou em execução, cujos principais resultados são: i) cultivar de mandioca lançada para a Amazônia – aipim-manteiga –, constituindo-se em opção de desenvolvimento agroindustrial para a região; ii) programa de melhoramento de feijoeiro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com indicação de seis novas cultivares já registradas e três em fase de registro, além do desenvolvimento de nove linhagens promissoras para futuras indicações; iii) programa de melhoramento de arroz, pelo qual foram lançadas as cultivares BRS Apinajé, direcionadas aos agricultores familiares do Pará, e BRS Jaçanã de arroz irrigado tropical, para os Estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul, com maior resistência à brusone, bem assim duas cultivares de terras altas em licenciamento (BRS Monarca e BRS Pepita) e três cultivares em fase de lançamento (BRS Tropical, para várzeas, BRS Serra Dourada, para o Estado de Goiás, e uma cultivar de arroz irrigado resistente a imidazolinona, a ser nomeada); iv) programa de melhoramento de feijão caupi, que lançou, nos últimos três anos, oito cultivares – BRS Novaera, BRS Xiquexique, BRS Tumucumaque, BRS Cauamé, BRS Pajaú, BRS Potengi, BRS Juruá e BRS Itaim –, para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com características superiores de arquitetura adequada à colheita mecanizada, resistência aos principais estresse abióticos, alto valor culinário e adequadas para consumo do grão *in natura* ou processado; v) desenvolvida metodologia com a ferramenta SIG (Sistema de Informações Geográficas), determinando a distribuição espacial de importante doença do milho, a ferrugem tropical (*Physopella zeae*), em função dos cenários de mudanças climáticas; vi) desenvolvimento do capim BRS Piatã, que é apropriado para solos de média fertilidade, tolera solos mal drenados, produz forragem de boa qualidade e acumulação de folhas, possui colmos finos, o que resulta em um melhor aproveitamento pelo animal, é resistente ao ataque de cigarrinhas-das-pastagens e destaca-se pelo elevado valor nutritivo e alta taxa de crescimento e rebrota; vii) clone de Caju Embrapa 51, que foi lançado para o plantio comercial, em cultivo de sequeiro, no Estado do Ceará; e viii) produção comunitária de sementes para segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e cidadania, cujo processo permite o acesso a uma diversidade varietal de sementes, a preservação de sementes tradicionais altamente adaptadas às condições locais, e de alto valor sociocultural para as comunidades.

Em 2010, serão executados, aproximadamente, 600 projetos, com perspectiva de conclusão de aproximadamente 250, resultando na geração e transferência de novos produtos tecnológicos relacionados à caracterização e manejo de agroecossistemas, biologia avançada, defesa agropecuária, mudanças climáticas globais, recursos genéticos, desenvolvimento agropecuário e agroindustrial para a inserção social, entre outros.

Em 2009, o Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa (PAC Embrapa) foi contemplado com R$ 245,7 milhões, dos quais R$ 123 milhões direcionados às ações em custeio e investimento, R$ 120,4 milhões às Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) e R$ 2,3 milhões para custear as ações de monitoramento das obras do PAC. Em 2010, está prevista a alocação de R$ 220,7 milhões para a conclusão do PAC Embrapa, quando serão implantadas novas linhas de pesquisa e concluído o desenvolvimento de produtos tecnológicos, que constituem as 88 metas voltadas à área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Será finalizada a contratação dos novos profissionais, sendo 752 pesquisadores e 459 analistas e assistentes. Está projetada, também para este exercício, a finalização da ampliação da capacidade operacional da Embrapa, com a

criação de três novas unidades de pesquisa em áreas de fronteira agrícola, nos Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, e a implantação da unidade de estudos macroestratégicos, em Brasília. No campo internacional, os objetivos são o fortalecimento dos laboratórios virtuais nos Estados Unidos e na Europa, e a finalização da instalação do laboratório virtual na Coreia do Sul.

Na área internacional, no que diz respeito à cooperação tecnológica com países de economia avançada, bem como ao processo de transferência tecnológica a países da América Latina e África, destacam-se os seguintes resultados, em 2009: i) presença de 10 cientistas seniores em laboratórios de excelência nos Estados Unidos e Europa Ocidental (Labex), com a finalidade de realizar pesquisas estratégicas, monitorar o desenvolvimento científico e tecnológico e articular projetos conjuntos de pesquisa. Essa presença objetiva garantir a competitividade futura da agricultura brasileira, pela incorporação de conhecimentos novos ao setor; ii) abertura do Labex Coreia, com a assinatura do Convênio com o Instituto de Pesquisa Agropecuária da Coreia; iii) presença de 7 pesquisadores na África e Venezuela, com a missão de transferir tecnologia para o desenvolvimento agrícola para países da região; iv) elaboração e implementação de projetos de cooperação para países em desenvolvimento, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), nas áreas de produção de alimentos básicos, agroenergia e conservação de recursos naturais; v) execução do Projeto Agrofuturo, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, visando fortalecer a infraestrutura e treinamento na Embrapa; vi) planejamento de projetos estruturantes de cooperação com países da África, com cooperação da ABC e terceiros países: França, Japão e Estados Unidos da América; e vii) realização do evento "*Innovation Marketplace*", para identificar demandas e articular projetos de apoio a países africanos.

Em 2010, está prevista a consolidação do Labex Ásia, do qual faz parte o Labex Coreia, com a presença física de pesquisadores seniores naquele importante polo de geração de conhecimentos; a implementação de projetos de cooperação tripartites na África, com a participação da Embrapa, ABC, França, Japão, Estados Unidos; e a ampliação de apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico para países da América Latina e a implantação de escritório da Embrapa para a América Latina.

g) Agroenergia

g.1) Complexo Sucroalcooleiro

Em 2009, destaca-se a publicação da proposta de Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar, encaminhada ao Congresso Nacional, por meio do Projeto de Lei nº 6.077. Ele tem por objetivo identificar áreas mais aptas à expansão sustentável do cultivo da cana-de-açúcar, excluindo os biomas sensíveis, as áreas de vegetação nativa e aquelas onde ainda não é possível a mecanização da colheita, esta importante para evitar a queima da palha. Paralelamente, foi encaminhado projeto de lei estabelecendo vedações à instalação de usinas de açúcar e etanol nas áreas não recomendadas pelo zoneamento e definindo cronograma para eliminar a queima da cana-de-açúcar nas áreas mecanizáveis.

O Zoneamento Agroecológico é considerado instrumento fundamental para a sustentabilidade do complexo sulcroalcooleiro e para orientar políticas públicas direcionadas ao setor. No esforço desenvolvido pelo Brasil junto a outros países com potencial para o cultivo da cana-de-açúcar, o Governo brasileiro enviou técnicos especializados para ministrarem curso sobre o alcance e a importância desse zoneamento para a expansão sustentável dos biocombustíveis. Esse curso foi oferecido *in loco* para técnicos dos governos da África do Sul, Angola, Bitsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e do Zimbábue.

Em decorrência da crise financeira do setor, foi reativado, em 2009, o sistema de financiamento à estocagem de álcool, com recursos do BNDES e do Banco do Brasil, no valor de R$ 2,3 bilhões. Foi dada continuidade, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao acompanhamento brasileiro da safra de cana-de-açúcar, feito nas regiões produtoras do País, por meio de visitas de técnicos em praticamente todas as usinas. Merece destaque, também, a realização do segundo *Ethanol Week*, curso destinado a estrangeiros, do qual participaram 48 representantes de 20 países. O curso foi realizado em Ribeirão Preto/SP, com a colaboração da Universidade Federal de São Carlos.

Atualmente, existem 437 usinas de açúcar e etanol em produção no País, que empregam mais de um milhão de trabalhadores. Em 2009, o setor sulcroalcooleiro gerou cerca de U$ 9,7 bilhões, sendo US$ 8,4 bilhões com açúcar e US$ 1,3 bilhão com etanol. Em 2010, além das medidas de apoio ao setor, incluindo os levantamentos de safra, será aperfeiçoada a política de estocagem de etanol, importante instrumento para proporcionar um estoque regular desse combustível de fontes renováveis, evitando oscilações bruscas nos preços aos consumidores entre os períodos de safra e entressafra.

g.2) Biodiesel

Em 2009, o setor de biodiesel foi apoiado com um conjunto de ações de difusão de conhecimento e tecnologia na produção de oleaginosas. São exemplos desse apoio o Circuito de Dias de Campo da Cultura do Pinhão Manso; o I Congresso Brasileiro de Pesquisa em Pinhão Manso; o Congresso de Plantas Oleaginosas, Óleos, Gorduras e Biodiesel; o Treinamento sobre a Produção de Dendê; a Capacitação Técnica no Cultivo Sustentável da Mamona; e o Workshop sobre Aproveitamento da Glicerina Originada na Produção de Biodiesel na Produção de Alimentação Animal.

A Embrapa Agroenergia vem investindo em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I), sobretudo com pinhão manso e inajá, visando diversificar as oleaginosas passíveis de aproveitamento na fabricação de biodiesel e difundir novas tecnologias, principalmente aos pequenos e médios produtores, na busca do aumento da produtividade e da competitividade do biodiesel. Os avanços tecnológicos no campo agronômico são fundamentais, uma vez que as matérias-primas respondem por aproximadamente 80% do custo de produção de biodiesel. Assim, o suporte da P,D&I à cadeia produtiva do biodiesel é indispensável para a sua consolidação, pois o Brasil já é um dos principais produtores mundiais desse combustível de fontes renováveis e utiliza, desde julho de 2009, a mistura obrigatória de 4% de biodiesel ao diesel mineral (denominado B4), tendo antecipado em três anos, para janeiro de 2010, a mistura obrigatória de 5% (B5).

3. Turismo

A escolha da cidade do Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 2009, como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 traçou inédito e promissor cenário para o turismo brasileiro. Essa escolha veio somar-se àquela de outubro de 2007, que trouxe para o nosso País a realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014. A realização desses eventos esportivos de alcance mundial, com forte divulgação em todos os continentes, traz excelentes oportunidades. Do Governo serão requeridos esforços, que vão desde o planejamento de investimentos públicos e o estabelecimento de parcerias, até a coordenação de serviços a serem prestados.

Os eventos de 2014 e 2016 trarão a atenção de todos os continentes. Deve-se tratar da imagem de um novo Brasil que se quer consolidar, fundamental para a atração de turistas potenciais, interessados em visitar o País durante e depois da Copa do Mundo, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Os investimentos voltados a esses eventos ocorrerão em diversas cidades e

regiões brasileiras, tanto na infraestrutura urbana, quanto na oferta de serviços turísticos, na qualificação profissional, além dos investimentos em infraestrutura turística, hoteleira e aeroportuária.

Nesse contexto, a promoção do Brasil como destino turístico no exterior adquire grande importância. Um dos esforços recentes dá-se na promoção do segmento de negócios e eventos, que atrai visitantes de outros países. A ação do Governo, por intermédio do Ministério do Turismo (MTur), priorizou tal modalidade de turismo, favorecendo a consolidação do País entre os 10 destinos mais importantes desse segmento. Em maio de 2009, em Berlim, durante a *International Tourism Exchange* (ITB), o *World Travel and Tourism Council* (WTTC) divulgou a Conta Satélite do Turismo (*Tourism Satellite Accounting* – TSA) para 2009. O estudo, elaborado pela *Oxford Economics*, quantifica os diversos aspectos de viagens e turismo de 181 países. O Brasil, que em 2008 era a 14ª maior economia de turismo, saltou para a 13ª posição, em 2009. O País ocupa o primeiro lugar entre as 19 economias de turismo da América Latina. Na criação de empregos diretos na atividade turística, em termos absolutos, o Brasil ocupa hoje a quinta posição mundial.

Quanto ao mercado interno, um estudo realizado pelo Instituto Vox Populi aponta o crescimento do mercado nacional e a intenção do turista brasileiro em conhecer o seu País. A pesquisa apontou aumento de 83% no número de pessoas que fizeram ao menos uma viagem pelo Brasil nos últimos dois anos. Ao mesmo tempo, houve uma ampliação da base de consumo do turismo interno – mais pessoas estão consumindo ou pretendem usufruir dos benefícios do turismo nos próximos meses.

a) Captação de Financiamentos e Promoção de Investimentos

Em termos de financiamento ao setor, somente no segundo semestre de 2009, foram contratadas 1.719 operações da linha Proger Turismo Investimento, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), operacionalizada pela Caixa Econômica Federal, totalizando R$ 117,3 milhões. Desde a criação do Ministério do Turismo, em 2003, foram aplicados no setor cerca de R$ 477,7 milhões. Outro passo importante foi dado por meio da ampliação do volume de recursos e do alcance das linhas de crédito operadas com recursos do FAT, na modalidade Giro Setorial. A linha entrou em operação em julho de 2009, oferecendo capital de giro para as empresas da cadeia produtiva do turismo. Em 2009, foram contratadas 269 operações de capital de giro, no montante de R$ 50,4 milhões.

b) Infraestrutura Turística

Em 2009, foi investido R$ 1,5 bilhão em infraestrutura do turismo. Os recursos foram aplicados na melhoria e recuperação dos destinos turísticos, com ações direcionadas à sinalização turística, recuperação de mercados, museus, casas de cultura, centros de artesanato, centros de convenções ou eventos, centros de informações turísticas, saneamento básico, reurbanização de orlas marítimas, fluviais e urbanas, melhoria de acessibilidade, bem como apoio a escolas de qualificação de mão de obra nos setores de hotelaria, gastronomia e turismo. Esses investimentos concentram-se principalmente no desenvolvimento do turismo nas regiões dos 65 destinos indutores, constante do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007/2010, bem como na melhoria da infraestrutura turística nas sedes da Copa do Mundo de 2014.

c) Regionalização e Ordenamento Turístico

Uma das principais ações desenvolvidas por meio do Macroprograma de Regionalização do Turismo, em 2009, foi a conclusão do segundo diagnóstico do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico – Relatório Brasil 2009. O estudo permite estabelecer um método criterioso de análise e mensuração de resultados que são utilizados para levantar, de forma participativa, as reais necessidades dos destinos, a fim de planejar ações e investimentos e monitorar, ano a ano, os resultados obtidos. A apresentação desse segundo relatório inova ao trazer para empresários do setor do turismo, gestores públicos, governanças locais e cidadãos brasileiros indicadores referentes às dimensões e variáveis do estudo relevantes para o desenvolvimento turístico. Ou seja, foi consolidada uma série histórica de dados sobre diversos aspectos do turismo brasileiro, o que viabiliza melhor direcionamento para os investimentos.

d) Prodetur

Entre os principais resultados obtidos pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional), em 2009, está a preparação técnica das propostas de financiamento dos Estados do Ceará e de Pernambuco. Atualmente, nesse programa, estão sendo analisadas 27 propostas para desenvolvimento do turismo de Estados e Municípios. Os recursos de financiamento demandados totalizam mais de US$ 1,47 bilhão.

A proposta de financiamento do Governo foi negociada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e deverá ser encaminhada, em 2010, ao Senado Federal para autorização de sua contratação. A partir dessa contratação, será intensificado o apoio prestado aos Estados e Municípios na preparação de propostas de financiamento. A realização de estudos e pesquisas financiadas com esses recursos servirá de subsídio para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (Pdits). O Governo, além do auxílio técnico na elaboração das propostas de financiamento, aportará recursos de contrapartida.

e) Programa Turismo Sustentável e Infância

O Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) tem como objetivos a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo. Em 2009, as ações do TSI concentraram-se em campanhas de comunicação, como a divulgação do Disque Denúncia Nacional e um filme com o slogan: "Bem vindo ao Brasil, faça como os brasileiros. Denuncie a exploração sexual de crianças e adolescentes. Disque 100", além da realização de seminários de sensibilização e encontros. Dentre as ações de sensibilização, destacam-se os seminários em parceria com a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (Fenaprf). Deve ser registrada, ainda, a realização do I Encontro Nacional Jovem Cidadão, com a participação de jovens de todos os Estados, que teve como objeto a promoção de conceitos de cidadania, democracia, turismo e desenvolvimento sustentável. Os Projetos de Inclusão Social com Capacitação Profissional de adolescentes e jovens entre 16 e 26 anos foram implementados em 13 cidades, alcançando 805 jovens, sendo que 35% destes jovens encontram-se empregados formalmente. Em 2009, as participações internacionais do Turismo Sustentável e Infância aconteceram nas reuniões do Comitê Executivo *Task Force for the Protection on the Children in Tourism*, promovidas pela Organização Mundial do Turismo (OMT), em Berlim (março) e Londres (novembro).

f) Viaja Mais Melhor Idade

O Programa Viaja Mais Melhor Idade oferece 37 destinos brasileiros e 1.918 meios de hospedagem, cadastrados em 426 Municípios de todos os Estados. Trata-se de promover e valorizar a cultura e a experiência de viajar, e assim melhorar a qualidade de vida na terceira idade. Mais de 4 mil agentes de viagem foram treinados, em 2009, para recepcionar o público-alvo e 1.582 agências estão credenciadas para comercializar aproximadamente 500 pacotes com produtos e serviços exclusivos para o turista da terceira idade. O Programa fechou 2009 com 180 mil pacotes vendidos.

g) Promoção Internacional

A Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) encerrou 2009 com avanços representativos na promoção do Brasil como destino turístico para o mundo. Além de atrair mais turistas estrangeiros, as ações foram focadas na construção de uma imagem positiva do País no exterior, hoje reconhecido pela credibilidade e solidez de sua economia. As estratégias, também, estiveram alinhadas com o compromisso de enfrentar os desafios do futuro, consolidar o turismo receptivo internacional e contribuir para a geração de renda, empregos e desenvolvimento do Brasil.

Os desembarques internacionais apurados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), após os efeitos da recente crise internacional, registraram uma recuperação. Os dados de outubro e novembro de 2009 apontam uma retomada consistente, com aumentos nos desembarques internacionais de 13% e 8%, respectivamente. Esta situação mais favorável também se manifesta no mercado de câmbio: em novembro de 2009 registrou-se uma entrada de divisas com turistas estrangeiros de US$ 469 milhões, superior em 8,9% ao registrado no mesmo mês de 2008.

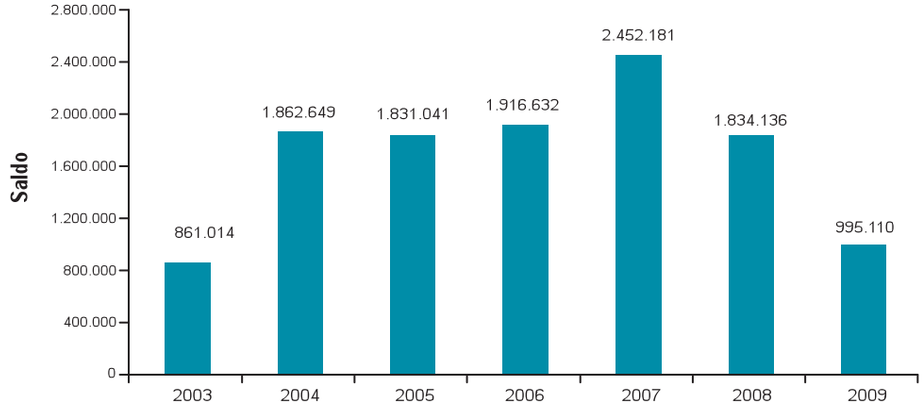
4. Trabalho e Emprego

a) Evolução no Mercado de Trabalho Formal

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o nível de emprego formal celetista vem apresentando, nos últimos anos, um desempenho amplamente favorável, apesar dos efeitos nocivos da crise financeira internacional, que vêm sendo diluídos ao longo dos meses de 2009. Em 2009, foram gerados cerca de 995.110 empregos celetistas, desempenho bastante satisfatório, tendo em vista o cenário econômico internacional.

O comportamento favorável do emprego formal no ano de 2009 reflete o acerto das políticas econômicas adotadas no País, conjugado ao desempenho das políticas públicas de emprego, e reforça o processo de recuperação da atividade econômica, com efeitos positivos sobre o dinamismo do mercado de trabalho formal. Desde 2003, vem se consolidando um quadro positivo no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos dos empregos gerados.

Evolução do Emprego Formal - Período 2003-2009



Fonte: Rais; Caged-MTE.

A leitura dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) mostra que, de 2003 a 2009, foram criados 11,8 milhões de empregos celetistas e estatutários, com média anual de aproximadamente 1,7 milhão de empregos. Com o saldo acumulado do Caged em 2009, perfaz-se a criação de cerca de 11,8 milhões de empregos formais, desde 2003.

Entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006, segundo a RAIS, foram gerados, em média, 134.820 empregos por mês. Essa média se elevou para 178.597 empregos por mês entre 2007 e 2008, resultado superior em 32,5% ao registrado de 2003 a 2006. De acordo com a PNAD, os números de 2008 apontam uma expansão do setor formal da economia, segundo o critério de contribuição à Previdência Social, considerando os militares, uma vez que os empregos formais passaram de 50,6% em 2007 para 52,1% em 2008, sendo o segundo ano consecutivo em que a proporção de empregos formais supera a dos informais.

A taxa de desemprego no Brasil, calculada pelo IBGE, apresentou declínio entre 2007 e 2008, ao passar de 8,1% para 7,1%, atingindo o menor patamar da década. No recorte por gênero, verifica-se que a taxa de desocupação entre as mulheres registrou uma queda de 1,2 ponto percentual, ao passar de 10,8% em 2007, para 9,6% em 2008, tendo havido a redução de 0,9 ponto percentual para os homens (de 6,1% em 2007, para 5,2% em 2008).

b) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda

O Governo, além de implementar medidas destinadas à elevação da renda do trabalho, em especial a da política de ganhos reais do salário mínimo, tem adotado políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda. Nesse contexto, vale destacar a execução dos Programas de Geração de Emprego e Renda (Proger), financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e operados pelas instituições financeiras oficiais federais, segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do FAT (Codefat). O Proger tem sido um eficaz instrumento de desenvolvimento econômico-social e combate ao desemprego, mediante um conjunto de linhas de crédito de elevado cunho social, com encargos financeiros reduzidos e prazos favorecidos, destinadas ao apoio de atividades produtivas que visem à geração ou manutenção de postos de trabalho e renda. O público do Proger contempla setores que tradicionalmente não têm acesso ou têm dificuldades em obter crédito do sistema financeiro formal, tanto na área urbana quanto na área rural (micro e pequenas empresas, empreendedores formais e informais,

cooperativas e associações de trabalhadores). Em 2009, até o mês de agosto, foram mais de 500 mil novas operações totalizando mais de R$ 2,7 bilhões de recursos aplicados. Somados aos financiamentos concedidos em 2007 e 2008, foram efetuadas mais de 4 milhões de operações de crédito por meio do Proger, com desembolsos da ordem de R$ 38,7 bilhões.

Considerando a crise internacional, que gerou escassez do crédito e consequente redução da atividade econômica, o Codefat e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) envidaram os esforços no sentido de incrementar a contribuição do FAT para o financiamento de investimentos produtivos, focados na manutenção e geração de emprego. Nesse contexto, no ano de 2009, merecem destaque as seguintes ações do Codefat: i) autorização para a linha de crédito FAT Giro Setorial, destinada a financiar capital de giro às empresas de comércio de veículos usados, e a reativação da linha de crédito para financiamento do setor de turismo; ii) criação da linha de crédito especial FAT Moto-Frete, cujos recursos são destinados a financiar aquisição de motoneta ou motocicleta a serem utilizadas como instrumento para realização de trabalhos de transporte de mercadorias e documentos; iii) criação da linha de crédito especial FAT Taxista, cujos recursos são destinados a financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; e IV) desoneração do *spread* bancário nas operações com recursos do FAT garantidas pelo Fundo de Aval do Proger (Funproger), reduzindo assim os encargos financeiros e estimulando o investimento em atividades produtivas.

Quanto ao uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Governo definiu duas ações importantes no enfrentamento da crise internacional, que teve seu marco inicial em setembro de 2008 e se estendeu a meados de 2009: i) a rede de proteção social, responsável pelo amortecimento dos efeitos da crise; e ii) o aumento da oferta de crédito, como diretriz de política de investimentos anticíclicos que foi fundamental para combater a crise.

Para o FGTS, a rede de proteção social equivale aos saques, pelos trabalhadores, dos valores depositados nas contas vinculadas, especialmente por motivo de desemprego, aposentadoria, desastres naturais e enfermidades. Os saques desde setembro de 2008 foram de R$ 63,34 bilhões. Em 2009, foram R$ 47,82 bilhões sacados. A esses números são acrescidos R$ 4,0 bilhões direcionados pelo Conselho Curador do FGTS para subsidiar as famílias de baixa renda na aquisição da moradia própria. Acerca do aumento da oferta de crédito, o Conselho Curador do FGTS, atento a essa diretriz governamental, aumentou em 109,32% o orçamento de investimento do FGTS, passando de R$ 22,4 bilhões em 2008 para R$ 57,4 bilhões em 2009.

Porém, mais importante que os valores orçamentários, foram os recursos efetivamente desembolsados pelo FGTS que ingressaram na economia brasileira, criando a oportunidade de novos negócios, movimentando o consumo e consequentemente gerando emprego e renda. Foram mais de R$ 92 bilhões aplicados desde o início da crise. Somente em 2009, foram aplicados R$ 68,52 bilhões, sendo R$ 47,82 bilhões em saques, R$ 14,63 bilhões em desembolsos de programas, R$ 2,89 bilhões destinados a descontos para famílias de baixa renda e R$ 3,18 bilhões aplicados pelo Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS).

Importante ressaltar que o FI-FGTS, já desembolsou R$ 12,48 bilhões desde sua criação, no segundo semestre de 2008, até dezembro de 2009. Além disso, existem R$ 2,46 bilhões em projetos aprovados e mais R$ 17,01 bilhões de projetos em análise, que poderão se tornar investimentos na infraestrutura nacional.

Assim como em 2009, no ano de 2010 o FGTS espera fomentar a geração de emprego e renda, por meio de suas aplicações tradicionais de crédito direcionado e via instrumentos de mercado. Para esse fim, foi aprovado, em outubro de 2009, um

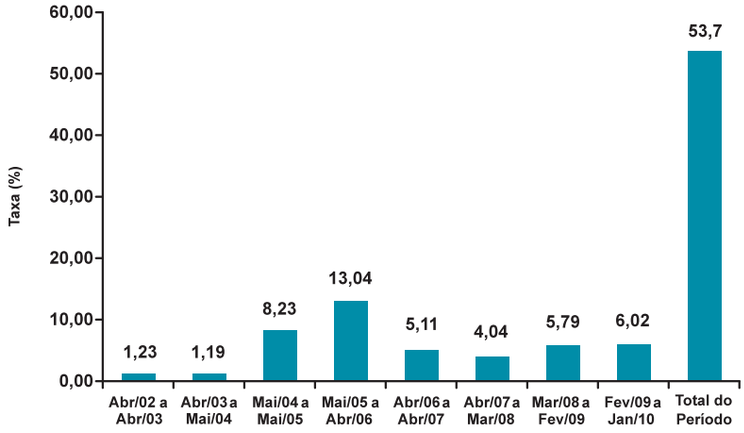
orçamento de R$ 31,5 bilhões, com expectativa de geração de 2,05 milhões de postos de trabalho, caso seja aplicado em sua totalidade.

Uma mudança importante ocorreu na forma de cálculo dos recursos do FGTS aplicáveis no FI-FGTS, trazida pela Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que possibilita que se aplique até 80% do patrimônio líquido do Fundo, registrado em 31 de dezembro do exercício anterior àquele em que se der a autorização para integralização das cotas. Isso significa dizer que, ao invés dos R$ 17,1 bilhões autorizados pela Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, em novembro de 2009, poderiam ser integralizados ao FI-FGTS R$ 22,32 bilhões, recurso indispensável para a continuidade deste que tem demonstrado ser um extraordinário instrumento de geração de desenvolvimento no País.

c) Valorização do Salário Mínimo

Ao passar de R$ 200,00, em finais de 2002, para o atual valor de R$ 510,00, o salário mínimo teve seu valor nominal acrescido, no período, muito acima da variação de preços que então se verificou, comprovando a determinação inflexível do Governo de recuperar e elevar o seu poder de compra, conforme gráfico abaixo. Utilizando como deflator o INPC/IBGE, o salário mínimo teve um crescimento real de aproximadamente 53,7% entre abril de 2003 e 1º de janeiro de 2010, data em que passou a ter vigência o seu valor atual, alcançando no período os mais elevados patamares médios anuais de aumento real, desde novembro de 1985. Há que se registrar, todavia, que, no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2010, esse ganho real do salário mínimo alcançou 72,9%.

Aumentos Reais do Salário Mínimo – Período: Abril/2003 a Janeiro/2010



Fonte: MTE - Deflacionado pelo INPC do IBGE

O atual valor já contempla a nova política para o salário mínimo, que estabelece que, entre os anos de 2008 e 2011, os reajustes seriam definidos pela reposição da inflação (INPC/IBGE), acrescido da taxa de crescimento real do PIB de dois anos antes, com antecipação gradual da data base até que chegue a janeiro, em 2010. Assim, neste ano, a data base já foi em janeiro. Essa política de valorização pretende, gradualmente, recompor o valor real do salário mínimo no País, com a preservação automática do seu poder de compra, conforme determina o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal. Sua vigência será até 2023, sendo realizadas, a cada ciclo de quatro anos, revisões das medidas adotadas com o intuito de avaliar os resultados da política implementada.

Outro reflexo da política de valorização do salário mínimo foi a sua contribuição para manter o nível de consumo no mercado interno, devido ao aumento do poder de compra dos trabalhadores, mesmo diante de um cenário econômico recessivo decorrente da crise internacional.

d) Grarantia dos Direitos dos Trabalhadores

A redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador representou a prioridade da intervenção do Governo, por meio da auditoria trabalhista, em 2009. Com o objetivo de reduzir os índices de acidentes e de letalidade relacionados ao trabalho – um dos eixos da agenda do trabalho decente no Brasil –, as atividades econômicas com maior registro de riscos dessa natureza integraram o planejamento governamental e foram alvo de fiscalização sistemática no decorrer do último ano.

Em 2009, a inspeção trabalhista executou 158.065 ações fiscais relacionadas à segurança e saúde no trabalho. Os auditores fiscais do trabalho identificaram 5.000 situações de risco grave e iminente à vida de trabalhadores, o que levou à adoção de medidas preventivas de embargos e interdições até que essas situações fossem regularizadas. As atividades econômicas alvo da fiscalização foram selecionadas com base em dados estatísticos, como a quantidade de comunicações de acidentes de trabalho (CAT), documento encaminhado pelas empresas ao Ministério da Previdência Social, e nas informações prestadas por sindicatos em fóruns de diálogo social, como a Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), instância em funcionamento em todas as Superintendências Regionais do MTE.

Na área de normatização em segurança e saúde no trabalho, dando continuidade ao processo tripartite de revisão das normas regulamentadoras, o MTE publicou alterações nas normas nº 1 (disposições gerais sobre segurança e saúde nos ambientes de trabalho) e nº 6 (equipamento de proteção individual – EPI), visando a melhoria de sua aplicação e a maior proteção dos trabalhadores. Além disso, o MTE publicou para consulta pública os novos textos das normas regulamentadoras nº 20 (Líquidos Combustíveis e Inflamáveis) e nº 12 (Máquinas e Equipamentos).

Teve início, em 2009, a certificação, pelo Inmetro, de equipamentos de proteção individual. Essa certificação aumentará a credibilidade e elevará a qualidade desses equipamentos. Além disso, o MTE regulamentou o processo de avaliação de conformidade de EPIs, estabelecendo requisitos obrigatórios dos equipamentos e definindo o processo administrativo para a suspensão e o cancelamento do certificado de aprovação dos mesmos.

Em 2010, prevê-se a atualização da mencionada norma regulamentadora nº 12, do MTE. Essa norma versa sobre a operação de máquinas e equipamentos e perpassa diversos setores de atividade, em especial a indústria. A operação de máquinas e equipamentos é responsável por parte significativa dos acidentes graves e fatais relacionados ao trabalho. A versão atual data de 1983 e está desatualizada em relação aos avanços tecnológicos e de processos de trabalho que ocorreram nas últimas duas décadas. A revisão ocorre no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), em um processo tripartite que envolve trabalhadores, empregadores e representantes de governo.

Em outra frente, a auditoria trabalhista atuou para incluir no mercado de trabalho formal milhares de trabalhadores, em 2009. Entre janeiro e dezembro, mais de meio milhão de trabalhadores (588.680) foram registrados sob ação fiscal, o que representou 38,3% do total de empregos gerados no período, segundo o Caged. Trata-se de contingente de trabalhadores encontrados pela fiscalização

laborando sem carteira assinada e que, após a ação fiscal, tiveram seu vínculo de emprego formalizado. A atuação da fiscalização do trabalho contribuiu, também no ano passado, para a regularidade do recolhimento ao FGTS, protegendo o patrimônio do trabalhador. A inspeção verificou a arrecadação ao FGTS em 224.954 empresas, de janeiro a dezembro. A presença fiscal nas empresas resultou em cerca de R$ 1,47 bilhão entre valores notificados e recolhidos sob ação fiscal. O número de notificações de débito emitidas foi de 13.880. Em 2010, o MTE colocará em prática nova metodologia de execução da política de inspeção do trabalho. O novo modelo organiza a intervenção em projetos por atividade econômica ou tema, executados por equipes de auditores, de forma descentralizada. A metodologia enfatiza a identificação das irregularidades trabalhistas das atividades econômicas que serão objeto da intervenção fiscal (diagnóstico) e a prévia definição das estratégias de atuação mais adequadas para o enfrentamento da situação-problema observada.

O aumento da participação dos jovens no mercado de trabalho, via fiscalização do cumprimento de cotas legais para aprendizes nas empresas, manteve-se como objetivo da auditoria trabalhista, em 2009. Até dezembro, 68.926 aprendizes foram inseridos pela ação da fiscalização no mercado de trabalho, número que supera em 26% o resultado obtido no mesmo período do ano anterior (55.637). O quadro que se segue apresenta a evolução do resultado da inspeção do trabalho na inserção de aprendizes no mercado de trabalho.

Tabela - Aprendizes Inseridos Mediante Ação Fiscal

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
18.146	25.215	29.605	44.049	52.676	55.637	68.926

Fonte: SFIT/SIT/MTE.

No âmbito dos esforços em favor da erradicação do trabalho infantil, o MTE organizou operações fiscais com objeto em setores de atividade econômica incluídos na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, anexa ao Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, considerada um marco na proteção de crianças e adolescentes. Os setores selecionados – indústria da transformação, comércio, indústria da construção, agricultura, pecuária e exploração florestal – abrigam quantitativo significativo de crianças laborando na condição de empregados, o que é o foco da intervenção da auditoria trabalhista. Essa nova diretriz enquadra-se nos compromissos assumidos pelo Governo com organismos internacionais de erradicar o trabalho infantil em suas piores formas, até 2015.

O número de crianças e adolescentes afastadas do trabalho em decorrência de ações fiscais alcançou 4.807, em 2009. Oportuno mencionar que todas foram encaminhadas à rede de proteção social para, entre outras iniciativas, serem incluídas em programas de transferência de renda. A quantidade de ações fiscais relacionadas ao trabalho infantil foi de 1.208 no período. O número de crianças e adolescentes encontrados pela fiscalização registra decréscimos sucessivos nos últimos anos, em linha com os resultados apurados pela PNAD. Deve ser registrado que, ainda em 2009, o MTE coordenou, no âmbito da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), a revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Em 2010, serão intensificadas as operações de fiscalização, focadas nas atividades presentes na referida Lista.

No que tange à política de erradicação do trabalho análogo a de escravo, o grupo especial de fiscalização móvel e os grupos rurais estaduais do MTE sustentaram, em 2009, a repressão firme a esse delito. Nesse ano, a auditoria trabalhista realizou 141

operações específicas de combate ao trabalho escravo, compreendendo 324 estabelecimentos fiscalizados e resultando no resgate de 3.571 trabalhadores da condição análoga a de escravo. Do total de libertados, cerca de 72% receberam três parcelas, no valor de um salário mínimo, do seguro-desemprego na modalidade especial criada para esse segmento. As indenizações pagas pelos empregadores aos trabalhadores foram da ordem de R$ 5,6 milhões, no período. De 2003 até 2009, 30.461 trabalhadores foram resgatados da condição análoga a de escravo, em decorrência das operações do MTE.

A maior presença fiscal no campo pode ser medida pela ampliação dos vínculos trabalhistas formalizados. Entre janeiro e novembro de 2009, a auditoria trabalhista registrou, sob ação fiscal, 91.614 trabalhadores rurais. Essa presença estimula o cumprimento voluntário da legislação trabalhista e contribui para inibir a prática de submeter trabalhadores à condição análoga a de escravo. As ações rotineiras da auditoria no meio rural constituem, portanto, atuação preventiva no combate a esse tipo de prática. O Cadastro de Empregadores Infratores, outro instrumento inibidor da prática, registra em sua última atualização, em 31 de dezembro de 2009, 164 nomes de pessoas físicas e jurídicas flagradas pela fiscalização submetendo trabalhadores à condição análoga a de escravo. O cadastro é fonte de consulta de bancos públicos e privados na análise de concessão de financiamento, bem como de empresas e entidades signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, criado e monitorado pelo Instituto Ethos, pela Repórter Brasil e pela OIT.

A fiscalização do cumprimento da cota de pessoas com deficiência continuará sendo uma prioridade para o Governo, em 2010. Em 2009, a fiscalização trabalhista inseriu no mercado de trabalho mais 26.403 pessoas com deficiência. De 2005 a 2008, foram inseridos mediante ação fiscal um total de 107.325 trabalhadores. O projeto piloto de incentivo à aprendizagem de pessoas com deficiência é um dos eixos da estratégia do Governo, por intermédio do MTE, para elevar a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho. Integrante da Agenda Social do Governo, o projeto, cuja execução será intensificada, em 2010, objetiva ampliar a participação de pessoas com deficiência em programas de capacitação profissional. Cabe ressaltar que a falta de capacitação profissional adequada é o principal argumento evocado por empregadores para a não integralização das cotas para pessoas com deficiência.

e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho

O diálogo social é um foco constante do Governo, e, ao longo de 2009, foram realizados diversos encontros, reuniões e debates a respeito da legislação trabalhista, com o intuito de procurar a modernização dos marcos legais como, por exemplo, o trabalho efetuado por meio de terceirização. Foi estabelecida, a partir de 1º de janeiro de 2009, a obrigatoriedade da utilização do Sistema Mediador para o registro das convenções e acordos coletivos de trabalho e seus respectivos termos aditivos. Os dados do Sistema revelam que foram registrados, até o dia 18 de novembro de 2009, o total de 30.233 instrumentos coletivos, que decorreram de negociações coletivas, e estabelecem condições de trabalho além daquelas previstas em lei. Foram realizadas 25.165 reuniões de mediação em todo o território nacional, com o alcance de 9.466.665 trabalhadores das categorias envolvidas.

Em face da atribuição de registrar as empresas de trabalho temporário, para que tenham autorização para funcionar e celebrar contratos temporários, foi lançado o Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário (Sirett), a partir de 1º de dezembro de 2009, que permitirá o pedido via Internet e dará maior celeridade aos procedimentos administrativos. Outra atividade de grande importância para os trabalhadores é a implantação do Sistema de Homologação de Rescisões de Contrato de Trabalho (Homolognet), previsto para estar disponível ainda no primeiro semestre de 2010. Esse sistema terá a atribuição de controlar

todas as fases da rescisão do contrato de trabalho, desde a elaboração do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho até a homologação da rescisão contratual, quando devida. A sua primeira versão tratará de todas as rescisões de contrato de trabalho sujeitas à homologação pelas unidades do MTE. Nas versões subsequentes, ele deverá tratar das demais rescisões contratuais dos trabalhadores, inclusive daqueles com menos de um ano de serviço, que não estão obrigados à homologação. Como o cálculo da rescisão será realizado pelo sistema, tanto o empregador quanto o trabalhador terão segurança jurídica sobre a sua exatidão.

Deve-se destacar também que, em 2009, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.463, estabelecendo limites para o valor das anuidades dos conselhos de fiscalização de profissões. Esses conselhos possuem importante papel na sociedade, por zelar pelo cumprimento de exigências legais no exercício de diversas profissões.

f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem Inclusão Social

A qualificação social e profissional é entendida como um direito do cidadão e, como tal, os beneficiários do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) são estimulados a refletir sobre sua importância no mundo em que estão inseridos, para que possam conhecer e avaliar o novo mercado de trabalho e as novas formas de organização social. Nesse contexto, o PNQ pretende contribuir para ampliar as oportunidades de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, especialmente daqueles que apresentem maior vulnerabilidade socioeconômica.

No âmbito do PNQ, os Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) são instrumentos que articulam as ações de qualificação social e profissional a demandas efetivas de vários setores de atividade econômica, identificadas por meio de negociação coletiva com representantes de trabalhadores, empresários e movimentos sociais. Em 2009, foi iniciado o desenvolvimento de dez PlanSeQs, para a qualificação de 215,5 mil trabalhadores, sendo que desses, 179,7 mil são beneficiários do Programa Bolsa Família, que estão se preparando para vagas no setor da construção civil e do turismo no âmbito do Programa Próximo Passo. Esse programa será detalhado no Capítulo III desta Mensagem. Como resultado, até novembro de 2009, 45 mil trabalhadores foram beneficiados no âmbito desse programa. Para execução em 2010, foram publicados 28 editais de Chamada Pública de Parcerias, visando à qualificação de 106,4 mil trabalhadores nos setores de comércio, serviço, trabalho doméstico, turismo, siderurgia, construção civil, entre outros, além de um projeto voltado especificamente para a qualificação de 25 mil trabalhadores afrodescendentes.

Os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), executados de forma articulada, por meio de convênios plurianuais, às ações de intermediação de mão de obra, habilitação do seguro-desemprego e informações sobre mercado de trabalho, têm sido executados em todo o Brasil, com a qualificação, em 2009, de 50 mil trabalhadores, resultado de convênios/aditivos firmados ainda em 2008. Em 2009, foram assinados 64 convênios/aditivos, cujos convenentes estão em procedimento de licitação, visando à contratação das entidades executoras dos cursos que serão realizados no exercício de 2010, sendo que outros 26 novos convênios estão em tramitação. A meta desses convênios é a qualificação de 70 mil trabalhadores, em todo o Brasil. A carga horária média dos cursos de qualificação foi elevada continuamente, passando de 62,4 horas em 2002, para 200 horas em 2009, com ganhos de qualidade pedagógica expressivos, devidos, em grande medida, ao estabelecimento de conteúdos mínimos para os cursos. No triênio 2003-2005, o PNQ promoveu a qualificação de 409.227 trabalhadores; em 2006, foram qualificados 137.884 trabalhadores; em 2007 esse quantitativo chegou a 134.118 e, no biênio 2008/2009 a meta é qualificar 268 mil trabalhadores. Dessa meta, 95 mil trabalhadores concluíram os cursos até 30 de outubro de 2009, sendo 50 mil em cursos de PlanTeQs e 45 mil de PlanSeQs.

Outra ação no âmbito da qualificação é a certificação profissional, que visa aumentar a inserção e a mobilidade dos trabalhadores, por meio da avaliação e certificação dos conhecimentos, habilidades e atitudes profissionais desenvolvidos em processos formais ou informais de aprendizagem. Nesse sentido, a Comissão Interministerial de Certificação Profissional (CICP) aprovou, em setembro de 2009, a versão final para a criação do Sistema Nacional de Certificação Profissional (SNCP). Independentemente do Sistema, alguns projetos, no âmbito do PNQ estão em desenvolvimento, visando à certificação profissional de trabalhadores, inclusive no setor da construção civil e do turismo, em razão das oportunidades geradas pelo PAC e pelos eventos esportivos futuros (Copa/Olimpíadas). A meta mínima proposta é a certificação de quatro mil trabalhadores. O foco da certificação profissional como ação do PNQ será o reconhecimento de saberes adquiridos ao longo da vida, permitindo aos profissionais que adquiriram seus conhecimentos, na prática, que tenham a chance de obter uma certificação comprobatória de suas habilidades. A certificação de competências transversais na área do turismo também será objeto da proposta. Para 2010, visando coibir a sobreposição e a fragmentação de ações de qualificação, a dispersão de recursos e a perda de escala no atendimento a trabalhadores, incentivar-se-á a articulação de ações de qualificação social e profissional com a educação técnica e a educação de jovens e adultos. Dessa forma, aprofundar a parceria com as secretarias estaduais e municipais de trabalho e com a representação de trabalhadores e empresários será vital para a identificação de ocupações demandadas e de conteúdos necessários às ações de qualificação, de modo a garantir a efetividade social, a qualidade pedagógica e a inserção no mundo do trabalho. Além disso, será necessário ampliar as ações implementadas pelo Governo e estudar formas de aumentar a capacidade de regulação para ações executadas por outros Entes da Federação, instituições paraestatais e o setor privado, inclusive universidades públicas, redes federal e estadual de educação profissional e o Sistema "S". Também será estimulada a certificação e a orientação profissional, bem como a integração com o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, em especial na qualificação dos beneficiários do programa seguro-desemprego.

Parte constitutiva de praticamente todos os sistemas de emprego no mundo, a ação de orientação profissional e intermediação de mão de obra é realizada no Brasil utilizando-se recursos do FAT, em parcerias do Governo Federal com Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, para a instalação e manutenção da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Nos postos do Sine são recebidas as inscrições dos trabalhadores e realizada a captação de vagas das empresas empregadoras, o que possibilita a inserção do trabalhador no mercado. De janeiro a novembro de 2009, a intermediação de mão de obra no âmbito do Sine foi responsável por (re)colocar no mercado de trabalho 966.600 trabalhadores. Considerando o acumulado de janeiro de 2007 a novembro de 2009, foram 3.015.756 trabalhadores (re)colocados, com uma média anual de 1,034 milhão de trabalhadores, resultado superior ao período de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, quando foram (re)colocados no mercado de trabalho em média 876 mil trabalhadores. A maior eficiência da ação de orientação profissional e intermediação de mão de obra é atribuída ao aumento da capilaridade da rede de atendimento, além do reflexo do comportamento favorável do mercado de trabalho no período.

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), importante documento para o reconhecimento da vida funcional do trabalhador e seu acesso a direitos previdenciários e trabalhistas, vem sendo continuamente modernizada. O atual modelo, lançado em 2008, contém código de barras com o número do PIS impresso, e é emitido com base em sistema informatizado, propiciando maior segurança. Desde então, o novo modelo do documento já foi lançado em quatorze Unidades da Federação. Até outubro de 2009, foram emitidas 4.428.645 CTPSs, correspondendo à realização de aproximadamente 77% da meta prevista para o exercício. Para 2010, a meta é a emissão de 5.733.348 CTPSs, sendo que a expectativa é implementar o novo modelo em todos os Estados.

Outra ação relevante, em 2009, foi o Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT), que, na forma de cartão magnético, passa a integrar a CTPS informatizada, com o objetivo de modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações, e viabilizar a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo pretende atualizar informações dos trabalhadores com mais agilidade, para aperfeiçoar a sistemática de pagamento de benefícios, economizando recursos. A iniciativa se encontra em fase piloto, no Distrito Federal, para posteriormente ser estendida aos demais Estados.

Visando à proteção temporária do trabalhador, quer por desemprego sem justa causa, quer por resgate do trabalhador em trabalho análogo à escravidão, ou por interrupção de sua atividade produtiva (caso dos pescadores artesanais), bem como pela interrupção da atividade de seu empregador (bolsa qualificação), o seguro-desemprego é importante benefício de manutenção de renda. De janeiro a novembro de 2009, foram beneficiados 5.934 milhões de trabalhadores formais, 280.920 pescadores artesanais, 2.141 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão e 9.191 empregados domésticos. Ainda receberam seguro-desemprego na modalidade bolsa-qualificação 19.506 trabalhadores com contratos de trabalho suspensos. O comportamento dessa modalidade foi fortemente influenciado pelo contexto de crise nos primeiros meses do último ano, sendo que o dado de janeiro a novembro de 2009 corresponde a um aumento de 159% em relação ao total do ano de 2008. Ao todo, foram despendidos com o seguro-desemprego, de janeiro a outubro, mais de R$ 17,4 bilhões, cumprindo o propósito do programa, ou seja, amparar temporária e financeiramente o trabalhador brasileiro.

O abono salarial é outro benefício importante, pago com recursos do FAT. Podem receber esse benefício todos os trabalhadores empregados que contribuem para o PIS/PASEP e cuja remuneração média mensal, no período trabalhado no ano anterior, tenha sido de até dois salários mínimos. Desde 2003, o número de benefícios pagos vem crescendo. Em 2009, até o dia 24 de novembro, 14.946.136 trabalhadores haviam recebido o Abono Salarial, com o dispêndio de R$ 6,79 bilhões.

No contexto do aprimoramento e da expansão das políticas prioritárias, vale destacar a previsão de implantação, em 2010, de novo sistema informatizado para a gestão das ações de emprego desenvolvidas pelo MTE e seus parceiros. O novo sistema terá base *web*, barateando o custo de sua expansão, e garantirá facilidades ao trabalhador e ao empregador, tais como o preenchimento do formulário de dispensa do seguro-desemprego via *web*, para empresas com certificação digital, e a possibilidade de inscrição de trabalhadores e registro de vagas no Sine, via Internet. Haverá base de dados única, nacional e integrada, possibilitando intermediação de mão de obra interestadual e redução da duplicação de esforços entre unidades de atendimento. Espera-se, com o novo sistema, um significativo avanço na capilaridade da política pública de emprego e sua aproximação do cidadão.

Em relação aos trabalhadores migrantes, em 2009, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.655, propondo uma nova Lei de Migrações. Está prevista nesse Projeto a criação do Conselho Nacional de Migração, em substituição ao atual Conselho Nacional de Imigração (CNIg), sendo responsável pela formulação das políticas de imigração e emigração de brasileiros ao exterior. Em 2009, o CNIg atuou na verificação dos impactos da crise financeira internacional em relação aos fluxos migratórios brasileiros, seja de vinda de estrangeiros ao Brasil, seja em relação à emigração e retorno de brasileiros do exterior. Em abril de 2009, o Conselho propôs uma série de medidas, que foram aprovadas, e seguem em processo de implementação, destacando-se a criação de Grupo Bilateral Brasil-Japão sobre emprego; a regulamentação das agências privadas de emprego de brasileiros para trabalho no exterior; a criação de núcleos de recepção no Brasil de brasileiros

retornados do exterior; o projeto "Casa do Trabalhador Brasileiro" no exterior; e a possibilidade de saque de contas inativas do FGTS por quem esteja no exterior.

g) Estímulo à Economia Solidária

Em 2009, deu-se continuidade à execução do Programa Economia Solidária, em atendimento às principais demandas que emergiram na Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006, possibilitando o fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), por meio do acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e a organização de processos de produção e comercialização. Em 2010, serão 532 agentes trabalhando em comunidades pobres rurais e urbanas nas 27 Unidades da Federação, abrangendo quilombolas, indígenas, desempregados dos grandes centros urbanos, entre outros. Esses agentes apoiam e acompanham mais de 680 empreendimentos econômicos solidários, que atingem mais de 45 mil trabalhadores. Até o mês de abril de 2010, serão pesquisadas e registradas informações de 30 mil EESs, 1.200 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento e mais de 300 políticas públicas de economia solidária. Cabe ressaltar que essas informações serão disponibilizadas no Atlas da Economia Solidária no Brasil, a ser divulgado em 2010.

Deu-se continuidade, também, à Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização da Economia Solidária, com programas de rádio, filmes e documentários, cartilhas, cartazes, folhetos e manual de formação de formadores e educadores. Já foi iniciada a veiculação de material de mídia da campanha (vídeo e programa de rádio), o que amplia o conhecimento e a adesão da sociedade às práticas de comércio justo e solidário e ao consumo consciente, com a valorização dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários. No último ano, foram formados mais 300 gestores governamentais das esferas federal, estadual e municipal, sendo 100 servidores federais do MTE, do BNDES, da Finep e de outros ministérios e órgãos públicos federais, os quais vêm desenvolvendo políticas públicas de economia solidária. No mesmo ano, foi iniciado um novo PlanSeQ da Economia Solidária (PlanSeQ Ecosol) para a qualificação de mais 5.300 trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários, incluindo novos segmentos como a piscicultura, agricultura ecológica e agentes do comércio justo e solidário. Foram, também, implantados e iniciadas as atividades dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFESs), sendo quatro regionais (Nordeste, Centro Oeste, Norte e Sudeste) e mais um Centro Nacional de Formação, que proporcionaram a capacitação de cerca de 2 mil formadores e de gestores públicos que atuam com EESs em todas as Unidades da Federação. Em 2010, pretende-se proporcionar a consolidação dos atuais 6 CFESs, proporcionando a multiplicação de formadores e de gestores públicos que atuam com Empreendimentos Econômicos Solidários.

Houve, também, uma significativa ampliação no número de incubadoras universitárias de economia solidária. Até 2009, foram apoiadas 76 incubadoras de base autogestionária, recém-criados ou em vias de criação, apoiadas pelo Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), beneficiando cerca de 600 EESs. No decorrer do referido exercício, foram apoiados novos projetos no âmbito do programa, beneficiando mais 67 programas e projetos das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

No ano passado, foram implementados Núcleos Estaduais de Assistência Técnica (Neates) nos Estados do Rio Grande do Norte, São Paulo e Rio Grande do Sul. Para 2010, outros 9 Núcleos deverão ser implementados.

O Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários visa disponibilizar recursos financeiros para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, que assumam os princípios da economia solidária. Em 2009, manteve-se o apoio a 33 Projetos

Produtivos Solidários, com investimento total de cerca de R$ 3 milhões na Região Nordeste e no norte de Minas Gerais. Destes, 9 projetos estão sendo implantados em áreas de abrangência dos Territórios da Cidadania nos Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí.

Em 2009, foram ampliados e implementados novos Bancos Comunitários, com o apoio do Governo, por intermédio do MTE, tendo sido criados cinco novos Bancos Comunitários na Cidade de São Paulo. Assim, o "Projeto de Apoio a Bancos Comunitários", desenvolvido em parceria com o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia, já criou e apoiou mais de 45 bancos Comunitários, de 2005 a 2009. Em 2010, pretende-se instituir o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, que visa organizar a comercialização e a certificação dos produtos e serviços da economia solidária. Além disso, serão envidados esforços para aprovar no Congresso Nacional o projeto de lei que regulamenta as cooperativas de trabalho, o que dará segurança jurídica a essa forma de organização, possibilitará a formalização de inúmeros empreendimentos econômicos solidários e criará o Programa Nacional de Fomento ao Cooperativismo de Trabalho. Pretende-se, também, realizar a II Conferência Nacional de Economia Solidária, consolidando esse importante espaço de discussão e participação social na construção da política pública de economia solidária.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

a) Sistema Financeiro Nacional

O Banco Central do Brasil (BCB) continua executando uma programação para uma efetiva regulação e supervisão do Sistema Financeiro Nacional (SFN), com vistas a garantir a sua solidez, eficiência, confiabilidade e a defesa dos direitos dos cidadãos. As principais ações de regulação e supervisão do SFN, executadas pelo BCB no período 2009/2010, são: i) o desenvolvimento de metodologia de acompanhamento da estabilidade financeira do Sistema, ante os pontos críticos observados no decorrer da crise econômica internacional; ii) o aperfeiçoamento da metodologia de acompanhamento dos mercados; iii) a adequação do processo de supervisão à implementação da Convenção de Basileia II; e iv) o aperfeiçoamento do processo de gestão da informação, incluindo a revisão/racionalização das informações coletadas das entidades supervisionadas.

Durante a crise financeira internacional, a supervisão a cargo do BCB esteve atenta aos impactos no SFN, realizando o monitoramento das condições de liquidez de cada instituição e produzindo informações tempestivas, que subsidiaram a tomada de decisão por parte da sua Diretoria Colegiada. Além disso, com as alterações normativas adotadas nesse contexto, foi necessário verificar a sua adequada aplicação. A aplicação do conceito de supervisão contínua ao longo do tempo, com a consequente construção de um canal de comunicação eficaz entre o BCB e a alta administração das instituições, foi fundamental para o sucesso desse esforço de gestão durante a referida crise.

Especificamente no que se refere às cooperativas de crédito, deve-se destacar a sanção da Lei Complementar nº 130, de 2009, que representa um grande avanço para a solidez do sistema cooperativista. A nova lei apresenta questões de organização do setor, consistentes com princípios cooperativistas de transparência, expondo as boas práticas de governança, cogestão temporária, possibilidade de diretoria contratada, entre outros. Além disso, eleva ao *status* de lei vários comandos presentes em disciplinamento administrativo, conferindo maior segurança jurídica.

O segmento de administradoras de consórcios passou por significativa transformação, em 2009. No dia 6 de fevereiro, entrou em vigor a Lei nº 11.795, que fora publicada em 2008, porém com vigência após 120 dias de sua publicação, trazendo maior segurança para os consorciados e para as administradoras. Além da possibilidade de formação de grupos de consórcio referenciados em serviços de qualquer natureza, a nova lei permite o uso dos créditos pelo consorciado para quitação de financiamento de sua própria titularidade.

Em julho de 2009, foi editada a Resolução nº 3.757, do BCB, que promoveu aperfeiçoamento na regulamentação aplicável às agências de fomento. O novo documento normativo ampliou o escopo operacional dessas agências, autorizando a participação acionária, direta ou indireta, no País, em instituições não financeiras, para a prática de operações de arrendamento mercantil e câmbio, mediante alocação de capital complementar, para o financiamento de capital de giro dissociado de capital fixo.

Com relação às tarifas de serviços bancários, o BCB, em 2009, deu continuidade às ações visando garantir o cumprimento das normas relativas a essas tarifas, bem como a adoção de práticas adequadas na contratação de produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras. Os procedimentos de supervisão foram atualizados em razão de alterações normativas sobre o tema, a exemplo da proibição da cobrança de tarifa de renovação de cadastro para clientes pessoa física. Para melhorar o acompanhamento da estabilidade do sistema financeiro, foram desenvolvidas novas ferramentas e metodologias, que permitirão ao BCB acompanhar a sua evolução, bem como adotar, à época devida, as medidas corretivas que se fizerem necessárias. Um novo Sistema de Monitoramento de Mercados (SMM) foi implantado, com o objetivo de prover maior segurança e eficiência no monitoramento dos riscos de mercado e de liquidez a que as instituições financeiras estão expostas.

b) Acesso aos Serviços Bancários

O Programa de Inclusão Bancária tem propiciado o acesso crescente de famílias de baixa renda ao sistema bancário. Em outubro de 2009, a quantidade de contas correntes simplificadas criadas alcançava 10 milhões, sendo 5,7 milhões ativas, com saldo médio de R$ 63,55, enquanto o total de contas poupanças simplificadas atingiu 200 mil, sendo 15,3 mil contas ativas, com saldo médio de R$ 79,40. As contas correntes simplificadas, no período de novembro de 2008 a outubro de 2009, tiveram um incremento de 2,2%, ou de R$ 9,8 milhões para R$ 10 milhões. O número de contas de poupança simplificadas tiveram, no mesmo período, um decréscimo de 33,5%, ou de 301 mil para as mencionadas 200 mil.

A inclusão da população de baixa renda nos serviços bancários deverá ter um grande avanço, em 2010, com o incentivo à inserção financeira das famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, mediante acesso a serviços financeiros oferecidos pela Caixa Econômica Federal ou outras instituições financeiras, principalmente pela possibilidade do pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família por meio das contas correntes simplificadas.

O Banco Popular, subsidiária do Banco do Brasil, promove o acesso aos serviços bancários por meio da conta simplificada e mantém, atualmente, cerca de 1,45 milhão dessas contas, que podem ser movimentadas em sua rede de 3.452 pontos de atendimento, localizados em 1.605 Municípios, permitindo à população de baixa renda o acesso aos serviços financeiros tradicionais, tais como crédito popular e produtivo orientado, e cartão de débito.

O Banco da Amazônia, no âmbito do Programa de Inclusão Bancária, concede crédito à população de baixa renda por meio de operações de microcrédito. Essa modalidade de crédito tem sido utilizada na aquisição de bens de consumo e pequenos equipamentos, tendo beneficiado, de 2003 a 2009, a mais de 57 mil amazônidas, com o valor de R$ 32,1 milhões. Somente em 2009, o total de financiamentos para esse segmento atingiu mais de R$ 1 milhão.

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) abriu 133.303 contas-correntes simplificadas em 2009, apresentando um total de 517.814, com público prioritário do Crediamigo, programa de microcrédito produtivo orientado, e os aposentados e pensionistas do INSS, que utilizam essas contas para recebimento de seus proventos.

Por sua vez, as operações de crédito consignado em folha de pagamento representam a forma mais simplificada e barata de acesso ao crédito pessoal pelos trabalhadores e aposentados, alcançando, em novembro de 2009, um saldo total de R$ 105,2 bilhões, sendo R$ 91,7 bilhões para funcionários públicos, ativos e inativos, e aposentados e pensionistas do INSS. Assim, o crédito consignado representava naquele mês 59,4% do total do crédito pessoal, com taxa de juros média de 22,6% ao ano, em nível bastante inferior às taxas das demais modalidades desse tipo de crédito, em torno de 59,5% ao ano.

c) Microcrédito e Microfinanças

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em 2005, objetiva contribuir para a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, sendo os recursos provenientes do FAT e dos 2% das exigibilidades sobre depósitos à vista captados pelas instituições financeiras. Em 2009, por meio do CMN, foi viabilizada a ampliação da concessão de operações de microcrédito, com a elevação dos valores máximos de operações de microcrédito passíveis de serem financiadas pelo FAT. Também, aumentou o somatório máximo de operações de microcrédito que pode ser mantido pelas pessoas físicas para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial e pelas microempresas beneficiárias de operações de microcrédito.

No âmbito do PNMPO, o Crediamigo, do Banco do Nordeste do Brasil, em 2009, apresentou carteira ativa de R$ 501,6 milhões, com 528,8 mil operações, valor médio de R$ 948,75 e taxa de juros média de 2,17% ao mês, com um desembolso total de R$ 1,5 bilhão. No acumulado de 2003 a 2009, o Crediamigo liberou um total de R$ 5,4 bilhões. Em 2010, a meta do Crediamigo é realizar 1,4 milhão de operações, com um valor desembolsado de R$ 2,0 bilhões, atingindo 725 mil clientes ativos.

No âmbito do PMPO, foi criado o Programa "Amazônia Florescer", que tem como base uma filosofia de "finanças de proximidade" contando com diversas unidades de microfinanças. Por meio desse programa já foi viabilizada a concessão de crédito para mais de 9 mil pequenos empreendedores alavancarem seus negócios, no valor de R$ 6,9 milhões, com média de R$ 773,57 por beneficiário. Em 2010 programa-se a continuidade da operação desse programas e o aumento do valor do microcrédito concedido.

Para viabilizar a concessão das operações de microcrédito produtivo orientado, o mencionado Banco Popular do Brasil (BPB) tem firmado várias parcerias estratégicas, destacando-se os convênios com organizações não governamentais e cooperativas de crédito solidário. Na linha do Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares, o BPB, em 2009, apresentou R$ 1,9 milhão de recursos aprovados para as entidades de microfinanças, cujo modelo de negócios contempla linha de crédito conjugada com atendimento em microfinanças e conveniência bancária. Na concessão de crédito à população de baixa renda, a

oferta de microcrédito pelo BPB, em 2009, foi de aproximadamente R$ 22,5 milhões. Desde a criação do Banco, em 2004, foram concedidos R$ 469 milhões, por meio de 3,6 milhões de contratos, com valor médio das operações de crédito de R$ 131,00. Com isso, o BPB atingiu um quantitativo maior de pessoas das camadas menos favorecidas da população brasileira, contribuindo para a popularização das microfinanças no Brasil.

d) Crédito Oficial

Visando fomentar a expansão do crédito, será dada continuidade, em 2010, ao processo de interlocução entre bancos oficiais a fim de garantir: redução, pelo sistema financeiro oficial, das taxas operacionais referentes às operações de crédito realizadas com MPEs; diminuição das taxas de juros dos Programas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE/BNB); simplificação normativa; ampliação da abrangência do Cartão BNDES; disseminação do Programa de Capitalização das Cooperativas de Crédito (Procapcred); e consolidação dos fundos garantidores de risco. Deve ser destacada, no ano passado, a edição da já citada Medida Provisória nº 464, convertida na Lei nº 12.087, de novembro de 2009, que permite a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte. Foram criados o mencionado Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), cuja finalidade é garantir o risco de financiamentos e empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e autônomos transportadores rodoviários de carga, e o já referido Fundo Garantidor de Operações (FGO), atuando na cobertura de linhas para capital de giro com taxas 30% menores que as praticadas no mercado.

No tocante ao FGO, o Banco do Brasil, na condição de agente financeiro, registrou, em 2009, mais de 100 mil operações garantidas pelo Fundo, cujo valor já contratado soma aproximadamente R$ 3,0 bilhões. Existem ainda mais de 24 mil operações em acolhimento e análise, totalizando cerca de R$ 930 milhões. O FGO pode garantir até 80% do valor das operações – de investimento ou capital de giro – contratadas como micro e pequenas empresas (faturamento de até R$ 2,4 milhões/ano, no conceito da Lei Geral das MPE), médias empresas (com faturamento de até R$ 15 milhões/ano) e Microempreendedores Individuais – MEI (faturamento de até R$ 36 mil/ano). As operações com microempresas e empresas de pequeno porte respondem por 86% da carteira garantida pelo Fundo. O limite de garantia é de R$ 500 mil nas operações de investimento e de até R$ 150 mil, no caso de empréstimos de capital de giro. O valor médio das operações realizadas pelo Banco do Brasil com vínculo do Fundo é de R$ 30 mil e o percentual médio de garantia tem-se verificado em 73%. O FGO vem contribuindo para a redução das taxas de juros para o segmento MPE. Na linha de crédito BB Capital de Giro Mix Pasep, por exemplo, a taxa pode chegar a TR + 1,33% ao mês, redução de 28,1% em relação à taxa sem FGO. Destaca-se, ainda em 2009, o lançamento de linha ao amparo do Programa Especial de Crédito do BNDES (BNDES Capital de Giro PEC), beneficiando empresas dos ramos industrial, de comércio e serviços, inclusive habilitadas pelo PAC; o apoio à manutenção do emprego e renda no setor de revenda automotiva, por intermédio do repasse de recursos do FAT, com a linha FAT Giro Setorial; e a promoção das exportações pela disponibilização de linha de giro adaptada ao fluxo de caixa, permitindo às empresas exportadores o financiamento do seu ciclo produto, com a incidência de alíquota zero de IOF, por meio da linha BB Giro Empresa Flex – Exportação.

Entre as ações estratégicas programadas para 2010, destacam-se a oferta de linha de crédito que contempla o adiantamento dos créditos de empresas fornecedoras juntos às diversas esferas governamentais – federal, estadual e municipal –, com desenvolvimento de sistema automatizado; e a facilitação do acesso remoto das micros e pequenas empresas ao crédito e ao gerenciamento do seu fluxo de caixa, por intermédio da Internet, com taxas diferenciadas e simplificação de procedimentos.

Em relação às cooperativas de crédito, o Banco do Brasil disponibiliza, entre outras soluções, o Serviço de Integração à Compe/SPB. Essa prestação de serviço envolve 330 cooperativas de crédito, 340 mil cooperados e 28 mil Cartões Ourocard Cooperativo. Para incrementar a prestação do Serviço de Integração à Compe/SPB foi disponibilizado o Portal de Negócios Cooperativas de Crédito – nova infraestrutura tecnológica capaz de suportar inovações no ambiente virtual. Além de permitir o fluxo de produtos e serviços especializados com maior agilidade e transparência, o Portal pretende conferir proximidade e especialização no relacionamento com o segmento. O Portal permitirá às cooperativas, também, a redução dos custos operacionais e a facilitação da gestão dos negócios realizados no âmbito do Banco, com a disponibilização de transações passíveis de efetivação e acompanhamento *online*.

6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca

a) Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura

A política adotada pelo Governo para a garantia de que este setor seja um dos instrumentos para o desenvolvimento sustentável do País teve mais um avanço estrutural, em 2009, com a sanção da Lei nº 11.958, que criou o Ministério da Pesca e Aquicultura, exatamente em 29 de junho – Dia do Pescador. Também foi nesse dia que passou a vigorar a Nova Lei da Pesca e Aquicultura, substituindo a lei vigente há mais de 40 anos e que já não atendia às necessidades do setor. Entre os importantes avanços dessa nova legislação estão as regras para o exercício da pesca em prol do desenvolvimento sustentável; o reconhecimento dos pescadores e aquicultores como produtores rurais e beneficiários da política agrícola; e das mulheres como trabalhadoras da pesca.

O Brasil produz, atualmente, mais de um milhão de toneladas/ano de pescado, gerando um PIB pesqueiro de R$ 5 bilhões, ocupando 850 mil profissionais entre pescadores e aquicultores e gerando 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. Para que o País possa vir a se tornar um dos maiores produtores mundiais de pescado, estão sendo promovidas mudanças em toda a cadeia produtiva, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura. O grande desafio é garantir o aumento e a regularidade de oferta, a qualidade e renda aos pescadores e aquicultores, a qualidade do produto e o preço acessível aos consumidores.

A definição de programas estruturantes e diretrizes para organização da cadeia produtiva é resultado do processo democrático proporcionado por meio das 27 Conferências Estaduais e da 3ª Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca, realizada em novembro de 2009, em Brasília, com a participação de mais de 2 mil delegados.

Em termos de estruturação do setor, no ano de 2009, foi criada a Embrapa Aquicultura e Pesca, com sede a ser inaugurada no Estado de Tocantins, visando intensificar as ações de fomento em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação em aquicultura e pesca e aumentar a qualidade do pescado e a segurança do consumidor. Além de desenvolver pesquisas e tecnologia, o novo órgão terá responsabilidade de coordenar a estruturação de um Programa Nacional de Pesquisa em Aquicultura e Pesca. Oficinas de trabalho serão realizadas a fim de definir as diretrizes e metas do Programa, bem como pesquisas de melhoramento genético em parceria com instituições de pesquisa, prevendo investimento de R$ 5 milhões.

Como parte das ações para o fortalecimento da infraestrutura e logística do setor, estão sendo reformados ou construídos 20 Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs). Desses, estão em operação os Terminais de Laguna/SC, Vitória/ES, Cananeia e Santos/

SP. Outros sete já estão em fase de construção e aparelhamento, com inauguração prevista para 2010: Cabedelo/PB, Natal/RN, Belém/PA, Santana/AP, Manaus/AM, Beberibe e Camocim/CE. Em projeto e licenciamento, ainda há os TPPs do Rio de Janeiro, Angra dos Reis/RJ, Ilhéus/BA, Salvador/BA, Aracajú/SE, Recife/PE, Bragança/PA, Santarém/PA e Porto Velho/RO. Ao todo, os investimentos em projetos, equipamentos e obras no ano de 2009, foram de R$ 16 milhões.

Em 2009, também, foram iniciadas as obras do Centro Integrado da Pesca Artesanal (Cipar) de Niterói/RJ, com investimento de mais de R$ 6 milhões e estimativa de produção de 34 mil toneladas ano. Outros 13 Cipar foram implantados, em 2009, envolvendo investimentos no valor de R$ 15,4 milhões. Para 2010, está prevista a implantação de mais 27 Cipar, com uma previsão de investimento de cerca de R$ 85 milhões. Ainda, no último exercício, foram entregues 103 fábricas de gelo nas cinco regiões do País, totalizando investimentos de mais de R$ 35 milhões. Em 2010, a previsão de instalação é de mais 50 fábricas, com um investimento de R$16 milhões. As linhas de investimentos, custeio e comercialização, concedidas em 2009, alcançaram o volume de mais de R$ 110,6 milhões. O ProFrota Pesqueiro, linha de financiamento de R$ 4 milhões com prazo de 18 anos para pagar e carência de até 3 anos, foi reestruturado e o respectivo Projeto de Lei será encaminhado, em 2010, para o Congresso Nacional. O programa será ampliado para viabilizar a oferta de crédito e o desenvolvimento do setor. Já o Programa de Revitalização da Frota Artesanal disponibiliza para os pescadores artesanais o financiamento de projetos de investimento entre R$ 7 mil e R$ 100 mil, com taxa de juros de 2% ao ano, prazo de pagamento de dez anos com carência de até três anos.

Com o objetivo de promover a equalização do preço do óleo diesel marítimo para a frota nacional ao preço efetivamente praticado no mercado internacional, a subvenção econômica federal equivale a até 25% do preço de faturamento do óleo diesel na refinaria, sem a incidência do ICMS. No ano de 2009, foram credenciados 2.188 beneficiários, em 13 Estados, sendo aplicados nesse subsídio recursos da ordem de R$ 25 milhões, num total de 80 milhões de litros de óleo diesel.

A busca de atividades alternativas ao extrativismo na Amazônia, com a preservação do meio ambiente e geração de renda para a população, motivou o Governo a desenvolver o projeto Amazônia Aquicultura e Pesca – Plano de Desenvolvimento Sustentável. O objetivo é estimular a produção em cativeiro de peixes da região e ordenar a pesca, de forma a equilibrar a captura das espécies nativas. O plano será uma alternativa às atividades que hoje são responsáveis pelo desmatamento da região.

b) Incentivo ao Consumo do Pescado

Usar estratégias articuladas, ações educativas e de divulgação são objetivos para estimular o aumento, qualificação e diversificação do consumo de pescado no Brasil. Criada para orientar os consumidores sobre como adquirir um pescado de qualidade e os benefícios de consumir pescados, a Semana do Peixe, em 2009, registrou aumento de 40% nas vendas de pescado nos supermercados. Ainda, com o objetivo de viabilizar o consumo de pescado, foram entregues a prefeituras e colônias de pescadores, em todo o País, em 2009, 85 caminhões frigoríficos, com investimentos de mais R$ 17 milhões.

A organização do setor para fortalecer e apoiar quem sobrevive da pesca e da aquicultura foi possível por meio da emissão comprovada das carteiras profissionais. Em 2009, mais de 800 mil trabalhadores retiraram seu documento. Desses 365 mil receberam o Seguro Defeso.

c) Ordenamento, Monitoramento e Controle da Atividade Pesqueira

Para inibir a pesca predatória, 5 lanchas patrulha, foram entregues pelo Governo Federal aos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará e Pará para a fiscalização da pesca,com um investimento de mais de R$ 5,6 milhões. Em 2010, o trabalho de fiscalização será reforçado, estando prevista a aquisição de mais 23 lanchas patrulha. Neste exercício, também será realizado o censo pesqueiro, em parceria com FAO e o apoio do IBGE, viabilizando assim um importante instrumento para o planejamento das ações para o setor.

O Governo concede, gratuitamente, títulos de cessão de áreas dos reservatórios, rios e mares para que famílias possam produzir peixe em cativeiro, aumentar a renda e melhorar de vida. Além dos parques de Itaipu/PR e Castanhão/CE, implantados em 2008, foram regulamentados, em 2009, os parques aquícolas nos reservatórios de Tucuruí/PA, Ilha Solteira/SP, Furnas e Três Marias/MG. Outros reservatórios serão demarcados em 2010, nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Pernambuco e Bahia.

d) Política Internacional da Pesca

O Brasil produz cerca de 55 mil toneladas de pescado provenientes da pesca oceânica. O bonito listrado, a albacora-lage e o dourado são as principais espécies capturadas pelas embarcações brasileiras em alto-mar. A consolidação da inserção brasileira no âmbito internacional da Pesca e Aquicultura se deu com a realização, no Brasil, da reunião internacional da Iccat (Comissão para a Conservação do Atum no Atlântico), em novembro de 2009. Nessa ocasião, o País foi reeleito Presidente da Comissão.

A missão brasileira à Noruega, realizada em 2009, proporcionou acordos de cooperação tecnológica, intercâmbio acadêmico e pesquisa, com o objetivo de promover o desenvolvimento da pesca e aquicultura. As cooperações foram firmadas com o Instituto Norueguês de Pesquisa de Alimentos, Pesca e Aquicultura, o Instituto de Pesquisas Marinhas da Noruega e o Instituto Nacional de Veterinária. Destaque, também no último exercício, para o início da cooperação técnica com a Autoridade Nacional Palestina, nos campos de pesca, educação, saúde e agricultura.

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

a) Agricultura Familiar

Com o objetivo de dotar o País de informações oficiais sobre a agricultura familiar, em consonância com a Lei nº 11.326, de 2006, o Governo, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do IBGE, tornou possível a delimitação conceitual dos estabelecimentos agropecuários desse segmento, com os dados do Censo Agropecuário de 2006 e os conceitos da citada lei. Com as informações do Censo, será possível melhor planejar as políticas para o setor da agricultura familiar, comunidades tradicionais e reforma agrária, além das políticas transversais de gênero e raça.

Os resultados do Censo Agropecuário de 2006, apresentados em 2009, mostram que a área média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 hectares (ha) e a dos não familiares de 309,18 ha. Do total de estabelecimentos agropecuários, 84,4% (4,4 milhões de estabelecimentos) são familiares, ocupando 24,3% da área total desses estabelecimentos. Apesar de ocupar apenas 24,3% da área total, a agricultura familiar é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção (VBP), gerando R$ 54 bilhões anuais, e ocupando

12,3 milhões de pessoas (74,4% do pessoal ocupado). O Censo Agropecuário mostrou que a agricultura familiar é responsável por boa parte da produção de alimentos básicos para a população brasileira, conforme apresentado no quadro que se segue.

Percentual de Alimentos Produzidos pela Agricultura Familiar

Produto	%
Mandioca	87
Feijão	70
Milho	46
Café	38
Arroz	34
Trigo	21
Soja	16
Leite	58
Aves	50
Suínos	59
Bovinos	30

Fonte: Censo Agropecuário 2009 – IBGE.

A produção da agricultura familiar, aqui entendida como pequenos agricultores, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais (indígenas, pescadores artesanais, comunidades de fundo de pasto, quilombolas, entre outras), garantindo a segurança e soberania alimentar, foi de fundamental importância para minimizar o impacto da crise internacional e da alta dos preços dos alimentos ocorrida no final de 2008 e início de 2009.

Em 2009, milhares de agricultores familiares foram beneficiados com o aumento de recursos para o financiamento da produção, destacando-se que no Plano Safra 2009/2010 os recursos previstos para a Agricultura Familiar alcançaram o montante de R$ 15 bilhões. Além disso, de setembro de 2008 a dezembro de 2009, 19.402 tratores e motocultivadores de até 78 CV foram financiados e entregues aos agricultores de todo o País, por meio do Programa Mais Alimentos.

a.1) Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) amparou na safra de 2008/2009 653 mil contratos, alcançando o valor segurado de R$ 7 bilhões. Até novembro de 2009, foram registradas no sistema Proagro despesas no valor de R$ 536 milhões e, no mesmo período, o programa ressarciu aos beneficiários o montante de R$ 522 milhões, referentes a coberturas, perícias e remuneração do agente. O programa beneficiou, principalmente, os pequenos produtores agrícolas enquadrados no conceito de agricultura familiar, atendidos pelo Proagro Mais, com 585 mil contratos.

a.2) Crédito Rural – Aplicações Obrigatórias

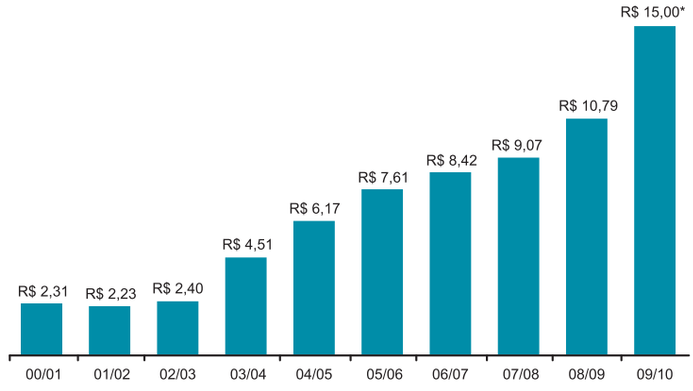
No período de cumprimento das exigibilidades do crédito rural 2008/2009, foram registradas pelas instituições financeiras aplicações obrigatórias de R$ 34 bilhões, oriundos dos depósitos à vista e R$ 38 bilhões de depósitos de poupança rural. Além

desses recursos, foram aplicados em crédito rural cerca de R$ 3 bilhões, originários das deficiências de aplicação do período 2007/2008, que haviam sido recolhidos ao Banco Central e foram repassados às instituições financeiras.

a.3) Ampliação do Crédito

O volume de recursos emprestados nas linhas do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano safra de 2008/2009, foi ampliado em mais de R$ 1,7 bilhão em relação ao que foi aplicado na safra passada. O crescimento percentual do volume aplicado foi de 18,9%. No gráfico que se segue é apresentada a evolução do volume de recursos emprestados aos agricultores familiares no Pronaf, em cada ano safra, e o volume disponibilizado para 2009/2010, em bilhões.

Utilização dos Recursos do Pronaf pelos Agricultores Familiares (R$ bilhões)



Fonte: MDA. * Recursos disponibilizados para o Programa na safra 2009/2010.

A linha Pronaf Mais Alimentos foi o destaque do ano safra 2008/2009. Foram ampliados os produtos/produtores beneficiados e incluída a armazenagem e o transporte, entre os itens financiados. Atualmente, o Pronaf Mais Alimentos financia a produção, a armazenagem e o transporte de açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. O Mais Alimentos permite, ainda, o financiamento de preparo e conservação do solo, máquinas e implementos agrícolas para a produção, armazenagem e transporte dos produtos, o que permite ao agricultor uma maior apropriação da renda gerada. No primeiro ano safra de operacionalização, o Mais Alimentos possibilitou o financiamento de R$ 1,18 bilhão, com a venda de 22.986 máquinas e equipamentos.

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) foi ampliado e hoje garante as operações de custeio e investimento realizadas no âmbito do Pronaf. O PGPAF garante até R$ 5 mil por agricultor, em caso de queda nos preços na hora da comercialização. São contemplados no programa 35 produtos: babaçu, açaí, borracha natural extrativa, pequi e piaçava, algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha-do-brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café-conillon, café-arábica, inhame, cará, castanha-de-caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo.

Sabendo que a ampliação da oferta de crédito, também, resulta em maior exposição do agricultor ao risco financeiro, foi criado o Pronaf Sustentável, em 2009. O objetivo do Pronaf Sustentável é conjugar o planejamento, a orientação, a coordenação e o monitoramento, resultando na implantação dos financiamentos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária com enfoque sistêmico, com atenção à geração de renda e à adequação ambiental das unidades familiares de produção.

Em 2009, o crédito rural do Pronaf ajudou os agricultores familiares do País a enfrentarem as piores adversidades climáticas dos últimos anos. As Regiões Norte e Nordeste sofreram com o excesso de chuvas, causando prejuízos não só à agropecuária familiar, mas também às moradias e a toda a infraestrutura produtiva existente em muitas localidades. Ao mesmo tempo, a Região Sul, principal produtora de grãos e de animais de pequeno porte, sofreu com a seca, o que frustrou a safra agrícola e reduziu a oferta de alimentos para a pecuária (aves e suínos).

O Sul do País não foi afetado somente pela estiagem. O excesso hídrico castigou o Estado de Santa Catarina, no final de 2008, gerando prejuízos econômicos e sociais nunca vistos antes naquela Unidade da Federação. Para superar esses desastres, foram criadas condições específicas para o atendimento do público atingido pelo efeito nefasto do clima. Com a "Linha Especial de Crédito de Investimento para Reconstrução e Revitalização", criada em 2009, o crédito rural do Pronaf atendeu aos agricultores daquele Estado, disponibilizando R$ 100 milhões, com taxa de 2% a.a. para financiamentos de até R$100 mil, permitindo a reconstrução da infraestrutura produtiva arruinada pelas chuvas.

Poucos meses após as chuvas castigarem Santa Catarina, a Região Sul (inclusive o próprio Estado de Santa Catarina) sofreu com a estiagem, ao mesmo tempo em que as Regiões Norte e Nordeste eram afetadas pelas chuvas em excesso. Para atender os agricultores familiares dessas três regiões, foi criada a "Linha Emergencial" para estiagem ou enchentes, com taxas de 0,5% a.a. para investimentos localizados, cuja disponibilização foi de R$ 385 milhões.

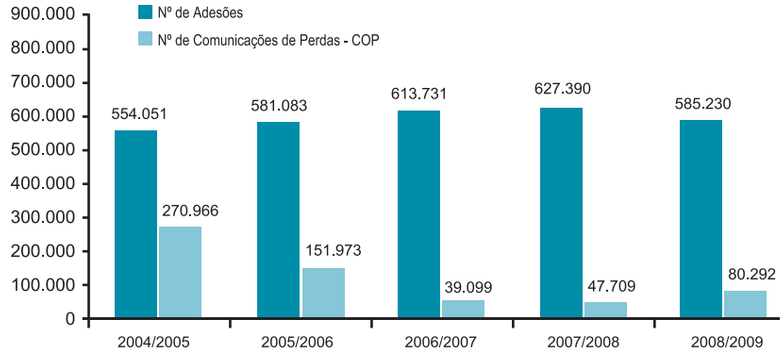
a.4) Seguro da Agricultura Familiar

O Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) foi criado pelo Governo, em 2004, para que os agricultores pudessem plantar com maior segurança, estimulando assim a produção de alimentos e a geração de trabalho e renda. O Seguro oferece garantia de renda (cobertura de 100% do financiamento, mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado, até o limite de R$ 2.500,00) e a adesão é automática para os agricultores que contratam financiamento de custeio agrícola Pronaf de culturas seguráveis. O prêmio é estimado em cerca de 8% a 10% para culturas como milho, feijão, soja e trigo. O agricultor paga 2% do valor enquadrado e o restante do prêmio é subsidiado pelo Governo.

O Seaf tem sido um importante instrumento para administrar situações de perdas agrícolas por eventos climáticos, evitando a configuração de crises sociais no campo. No início da operação desse Seguro, houve ocorrência de forte estiagem, atingindo grande número de Municípios. Na safra 2008/2009 voltaram a ocorrer eventos climáticos em diversas localidades, atingindo as lavouras e gerando perdas. Nesses locais, o Seguro foi de fundamental importância para que as perdas agrícolas não gerassem graves problemas sociais nas comunidades atingidas, evitando êxodo rural para a periferia das cidades e evitando que os agricultores ficassem submetidos a situações de extrema pobreza e privação.

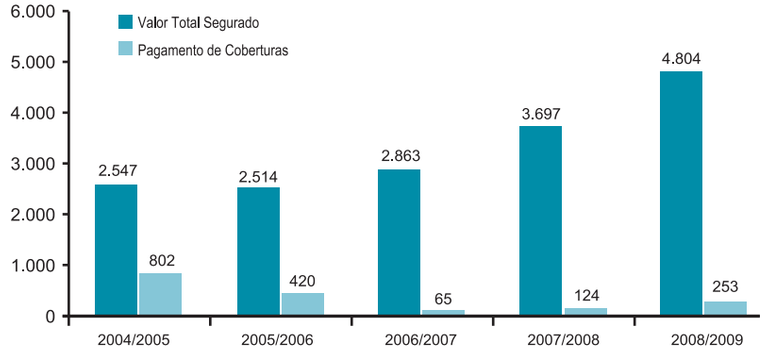
No primeiro ano de operação do Seaf, foram segurados 554 mil empreendimentos agrícolas. Esse número cresceu, atingindo 585 mil empreendimentos na safra 2008/2009. O crescimento mais expressivo ocorreu no valor segurado, como se pode verificar nos gráficos que se seguem, saltando de R$ 2,5 bilhões para R$ 4,8 bilhões. Na última safra, mais de 49 mil famílias receberam indenização do Seaf, com um valor de aproximadamente R$ 253 milhões.

Seguro da Agricultura Familiar – Adesões e Comunicações de Perdas



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Seguro da Agricultura Familiar – Valor Segurado e Indenizações (R$ milhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Dentre os principais avanços alcançados pelo Seaf, no ano passado, estão o desenvolvimento de ações integradas com o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando à gestão de riscos na agricultura familiar e a promoção do uso de tecnologias adequadas, como a adoção de medidas preventivas contra eventos agroclimáticos adversos. Essas medidas reduzem a sinistralidade e os dispêndios com pagamentos de cobertura, conferindo ao Seaf indicadores de eficiência e sustentabilidade compatíveis com a realidade do mercado internacional de seguro agrícola. Ao mesmo tempo, as referidas medidas têm sido importantes para evitar a ocorrência de perdas, proporcionando maior estabilidade para a produção e a renda dos agricultores.

a.5) Garantia-Safra

O Fundo Garantia-Safra é um seguro de renda para situações de catástrofe provocadas por seca ou excesso de chuvas, que provoquem perdas superiores a 50% nas lavouras de milho, feijão, algodão, arroz e mandioca de agricultores familiares de Municípios situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O Fundo garante o pagamento de R$ 550,00 para cada família prejudicada. No ano de 2009, 553.225 agricultores de 714 Municípios dos Estados do Nordeste e da região semiárida de Minas Gerais participaram do Fundo Garantia-Safra. Nesse mesmo ano, 383.903 agricultores familiares da região de atuação da Sudene receberam o benefício de R$ 550,00 que o Garantia-Safra assegura. Ainda em 2009, o Fundo passou por transformações destinadas ao seu aprimoramento, como a extensão da cobertura para eventos de perdas de safra ligados ao excesso de chuva e o aperfeiçoamento dos procedimentos de verificação de perdas, para que o seguro chegue com mais rapidez aos agricultores. Para a safra 2009/2010, foram disponibilizadas 694.852 cotas de participação e as adesões estão em andamento, com elevada procura e aceitação por parte dos agricultores familiares, municipalidades e governos estaduais.

a.6) Assistência Técnica e Extensão Rural

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um serviço essencial para que as políticas públicas cheguem às comunidades e propriedades rurais. Durante o ano de 2009, o Governo realizou um conjunto de atividades com o objetivo de ampliar e qualificar esse serviço, destacando-se o apoio às instituições de ATER credenciadas; a formação de agentes de desenvolvimento rural e agricultores familiares; as ações de inovação tecnológica adequadas às especificidades dos diversos biomas; a articulação com a pesquisa agropecuária para disponibilização de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar; a parceria com o CNPq, visando fomentar a extensão tecnológica; a articulação do "Pacto Federativo para a redução das desigualdades no Nordeste e na Amazônia Legal", que visa ampliar a oferta de ATER nos Territórios da Cidadania; a participação na operação "Arco Verde", apoiando a disponibilização de tecnologias de produção e gestão para os agentes de ATER, agricultores e suas organizações, e a formação de agentes e agricultores em políticas públicas.

As organizações de ATER credenciadas pelo MDA são agora 548, abrangendo mais de 23.000 técnicos de todos os Estados. O orçamento de ATER para a agricultura familiar chegou, em 2009, a mais de R$ 246 milhões, permitindo atendimento a 1,6 milhão de famílias em ações de capacitação e orientação para a produção, processamento e comercialização dos produtos, e apoio para o acesso ao crédito, seguro e outras políticas públicas.

No contexto do pacto federativo, por meio da articulação com os governos de 16 Estados e suas respectivas entidades de ATER, estão sendo repassados mais de R$ 133 milhões, no biênio 2009/2010, mediante contrapartida dos Estados, os quais deverão contratar e lotar, nos Municípios dos Territórios da Cidadania, cerca de 3.200 técnicos para atendimento direto aos agricultores familiares, permitindo o acesso às políticas de crédito, comercialização, habitação, alfabetização, novas tecnologias, dentre outras.

As ações do Programa Mais Alimentos foram fortalecidas consideravelmente com a ação da ATER. O Governo, por meio do MDA e da Embrapa, viabilizou e ampliou as ações para disponibilizar tecnologias para a agricultura familiar, inaugurando, em 2009, uma nova etapa na integração da ATER com a pesquisa. Foram realizadas mais de 1.662 ações de disponibilização de tecnologias e instaladas 458 Unidades Demonstrativas em comunidades rurais, as quais foram usadas como "sala de aula" para a capacitação

de 337.617 beneficiários diretos, entre extensionistas rurais e agricultores familiares. Essas ações são apoiadas pela distribuição de 81 mil exemplares de publicações, que tratam especificamente das tecnologias disponibilizadas. As organizações de ATER são responsáveis pela elaboração e acompanhamento dos projetos de investimento do Programa Mais Alimentos, buscando a utilização da linha de crédito para aquisição das máquinas, equipamentos, manejo de solo e água etc.

Os processos de Formação dos Agentes de ATER concentraram-se no apoio ao Programa Territórios da Cidadania, por meio do Projeto Cultivando Saberes, e no apoio à implementação do Pronaf Sustentável. As ações de formação realizadas diretamente pelo MDA focaram no desenvolvimento rural sustentável, no uso de métodos e ferramentas que promovem a participação, na produção de alimentos limpos e na preservação do meio ambiente. Por meio de convênios com as entidades estaduais de ATER, foram repassados, no último exercício, recursos para a capacitação de cerca de 20 mil agentes de ATER e 360 mil agricultores familiares.

O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, que é um compromisso assumido no âmbito da Convenção Quadro para Controle do Tabaco, ratificada pelo Brasil em 2005, investiu recursos em projetos de extensão rural, capacitação e pesquisa, atendendo a 20 mil famílias de agricultores familiares fumicultoras das Regiões Sul e Nordeste do Brasil. Outra ação importante refere-se ao Programa de Prevenção das Gripes Aviária, Suína e Equina, implementado a partir da realização de cursos de Formação de Formadores de Agentes de ATER para 89 médicos veterinários. O programa contempla, ainda, a capacitação e multiplicação para aproximadamente 1.400 técnicos de campo vinculados às entidades estaduais de ATER e a distribuição de um milhão de cartilhas sobre o tema para agricultores familiares.

Outra ação de destaque, em 2009, foi a realização de uma chamada de Projetos de ATER Indígena, que disponibilizou aproximadamente R$ 2,5 milhões, por meio de 17 projetos aprovados, permitindo uma abordagem diferenciada dessas atividades para os povos indígenas.

Por ocasião do Plano Safra da Agricultura Familiar, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.665, de 2009, que institucionaliza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, atendendo a uma demanda dos setores governamentais e não governamentais que prestam serviços nessa área. Esse Projeto de Lei foi aprovado e já foi sancionado, resultando na Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que, entre outras medidas, institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater).

a.7) Apoio à Comercialização

Em 2009, o Governo investiu cerca de R$ 624 milhões, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no fomento à comercialização de produtos da agricultura familiar, consolidando esse programa como uma ação estratégica de segurança alimentar e de geração de renda para a agricultura familiar.

Em 2009 houve uma importante conquista no campo da comercialização dos produtos da agricultura familiar brasileira, por meio da Lei nº 11.947, que instituiu a compra obrigatória de, no mínimo, 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar, com os recursos recebidos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, conforme detalhamento constante do Capítulo III

desta Mensagem. No referido período, foram realizadas diversas atividades com vistas à divulgação da Lei, de forma que no ano 2010 as compras se efetivem. A estimativa é de que cerca de 250 mil famílias comercializem sua produção para a alimentação escolar, atendendo a um mercado que representa cerca de R$ 600 milhões.

a.8) Fomento à Diversificação Econômica da Agricultura Familiar

O Governo tem estimulado os agricultores familiares e seus empreendimentos a diversificarem suas atividades produtivas, ampliando as possibilidades de renda, trabalho e valorização da produção. Nesse sentido, quase R$ 11 milhões foram utilizados em projetos inovadores que promovem a diversificação das economias rurais. Produtos e mercados diferenciados como o de orgânicos, da biodiversidade, da agroindústria familiar e de atividades não agrícolas, como o turismo e artesanato, são os objetos dessa linha de ação.

Iniciativas inovadoras como a VI Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada pela segunda vez na Cidade do Rio de Janeiro, são uma pequena amostra do que vem ocorrendo no meio rural. Nessa Feira, foram comercializados aproximadamente R$ 4 milhões, com a presença de mais de 600 expositores, representando todas as Unidades da Federação. Produtos diversificados e de alta qualidade têm garantido uma cesta de alimentos variada e de baixo custo para a população, contribuindo, inclusive, para a estabilidade dos preços da cesta básica nacional.

Também em 2009, foi iniciado o trabalho de implantação de duas cadeias de produtos da sociobiodiversidade – castanha-do-brasil e babaçu –, com a organização desses setores e concessão de subvenções para venda dos produtos por parte das populações extrativistas. Ambas fazem parte do Plano Nacional de Produtos da Sociobiodiversidade.

a.9) Biodiesel e Agricultura Familiar

A agricultura familiar vem sendo fortalecida com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). O cultivo de matérias-primas para a produção de biodiesel cria oportunidades de trabalho, gera mais renda no campo, estimula a inclusão social em todas as regiões do País e possibilita novas alternativas de desenvolvimento do meio rural. Em 2009, com o aprendizado adquirido por todos os atores desde o início do Programa, vários avanços puderam ser percebidos. Atualmente, existem 32 empresas com o Selo Combustível Social, estimulando e fortalecendo aproximadamente 54.000 famílias produtoras de oleaginosas em todo o território nacional. Dessas empresas, 3 receberam o Selo em 2009.

Na Região Nordeste, especialmente no Semiárido, a Petrobras já começou a realizar contratos com vigência de cinco anos e com parâmetros de preços mínimos vinculados ao Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). Além disso, essa empresa tem prestado assistência técnica de qualidade, com a contratação de mais de 700 técnicos.

Na Região Norte, agricultores familiares, Governo, movimentos sociais e empresas apostam no fortalecimento da cadeia produtiva do óleo de dendê como alternativa estratégica para a diversificação de matérias-primas para o biodiesel, geração de energia para comunidades isoladas, recuperação de áreas degradadas, regularização fundiária e geração de renda. Como exemplo de avanço, tem-se a iniciativa de ação conjunta dos Programas Biodiesel e Terra Legal, e a inclusão do dendê em linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental, que faz parte do Pronaf. A criação do Pronaf

Dendê estabelece limite de crédito de R$ 65 mil por agricultor, sendo R$ 6.500,00 por hectare. Também em 2009, o Governo investiu perto de R$ 7 milhões de reais em projetos de apoio à organização produtiva, transferência de tecnologia e produção de sementes e mudas em todo o País. Desse total, quase R$ 4 milhões foram destinados a agricultores familiares e técnicos dos 34 Territórios da Cidadania, com ações do Programa de Biodiesel.

a.10) Políticas para Mulheres

O Governo vem implantando políticas de igualdade, que promovem os direitos econômicos e o exercício pleno da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais, privilegiando a noção de "família" no planejamento das políticas públicas e ações governamentais direcionadas à agricultura familiar. Essa institucionalidade e a participação social requalificaram os programas existentes e impulsionaram a criação de novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais. Nesse sentido, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) assegura às mulheres rurais, de forma gratuita, acesso a documentos civis e trabalhistas e promove ações educativas, atendendo acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas e ribeirinhas. Em 2009, no período de janeiro a dezembro, por meio do PNDTR, foram realizados 741 mutirões de documentação em mais de 764 Municípios e emitidos mais de 403 mil de documentos, que asseguram para mais de 177 mil mulheres do meio rural as condições básicas para acessar as políticas públicas governamentais. Nesse exercício, o Programa começou a implantar 22 unidades móveis de atendimento, conhecidas como "Expresso Cidadã", que são ônibus adaptados com equipamentos para ampliar e agilizar a rede de serviços de emissão de documentos civis e trabalhistas.

Com o objetivo de viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais vem fortalecendo, por meio da difusão dos princípios da economia solidária e feminista, organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. O programa reforça a integração das políticas do Governo e estabelece a parceria e o controle social com as representantes da sociedade civil. Atualmente, estão identificados 9.402 grupos produtivos de mulheres articulados às Redes e Movimentos Sociais, dos quais 3.129 estão nos Territórios da Cidadania. Foram capacitadas em políticas públicas mais de 167 mulheres de grupos produtivos, distribuídas nos 27 Estados e em 44 Territórios da Cidadania. Também foram realizadas 3 Feiras da Economia Feminista e Solidária, em Recife/PE, Natal/RN e Salvador/BA, das quais participaram 293 grupos produtivos de mulheres.

As organizações e movimentos de mulheres passaram a contar com representantes no Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Atualmente, projetos de assistência técnica são selecionados por meio de chamadas públicas de ATER para mulheres e foram realizadas capacitações de mulheres rurais e extensionistas sobre essa política. Também foi criada a Rede ATER para Mulheres, que articula representantes de instituições governamentais e organizações de mulheres que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural. Em 2009, foram 41 projetos, que beneficiaram 28 mil mulheres, em 13 Estados, com investimento de R$ 4 milhões.

Para buscar maior participação das mulheres no Pronaf e garantir a sua inclusão na gestão do crédito familiar, vários instrumentos foram redirecionados ou criados para que os financiamentos fossem dirigidos às mulheres rurais. Os resultados já podem ser verificados na evolução do número e no montante de recursos, discriminados por sexo. Considerando a série histórica, de 2003 a 2008 foram celebrados 35.697 contratos, representando um volume de mais de R$ 247,2 milhões emprestados.

a.11) Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Quilombolas

O Governo tem somado esforços na tarefa de promover a inclusão social e econômica das comunidades quilombolas. Nesse contexto, vem desenvolvendo ações voltadas ao apoio a projetos de capacitação, assistência técnica e extensão rural; ao apoio a comercialização da produção quilombola; e ao fortalecimento institucional das comunidades para a elaboração de projetos e regularização fundiária dos territórios quilombolas. Com o objetivo de promover o etnodesenvolvimento dessas comunidades, visando melhorar as condições de vida e fortalecer a sua organização, valorizando experiências históricas e culturais, a integração sustentável com o meio ambiente e o respeito aos valores e aspirações locais, foram aplicados, em 2009, R$ 7,4 milhões, beneficiando 168 comunidades.

O Governo tem articulado a execução de outras ações em relação às comunidades quilombolas, como o apoio à participação dessas comunidades na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária; o estímulo à pesquisa no tema das comunidades negras rurais, por meio do Prêmio Territórios Quilombolas; a promoção do desenvolvimento do pensamento crítico a respeito do tema; e a capacitação dos quilombolas para acessar o Programa de Aquisição de Alimentos.

a.12) Articulação Internacional

Consolidar e ampliar a inserção da agricultura familiar e da reforma agrária na política externa brasileira e apoiar o fortalecimento da inserção internacional do País foram os objetivos centrais da ação internacional do Governo no âmbito da temática rural. Essa temática se fez presente na agenda de cooperação técnica internacional e também no relacionamento com as agências das Nações Unidas. Participou-se de inúmeras atividades de cooperação técnica com países africanos e com os parceiros do Mercosul e da América Central, com o objetivo de apoiar a formulação de políticas públicas para o setor e melhorar e aumentar a produção de alimentos nesses países. O Brasil participou, também, do processo de reforma da FAO, sobretudo da reestruturação do Comitê de Segurança Alimentar, como espaço multilateral da governança global da segurança alimentar.

O Governo atuou, em 2009, na integração regional do Mercosul, por meio da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf). Os principais avanços foram a aprovação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (FAF), o início da implementação do registro comum da agricultura familiar na região, a realização do curso de formação de jovens rurais do Mercosul e a aprovação do programa regional de políticas de igualdade de gênero na agricultura familiar. Para o exercício de 2010, pretende-se avançar no relacionamento externo com a cooperação técnica em políticas de agricultura familiar e reforma agrária, especialmente com países africanos e, também, a Índia e China. Serão acompanhadas, ainda, as atividades e a agenda de trabalho da FAO relacionadas à agricultura familiar, reforma agrária, segurança alimentar e combate à fome. No âmbito do Mercosul, pretende-se, também, buscar a aprovação e operacionalização do FAF, que deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional, e avançar no desenvolvimento de um selo da agricultura familiar do Mercado Comum. Nas negociações internacionais de comércio buscar-se-á um tratamento adequado e diferenciado aos produtos da agricultura familiar e de segurança alimentar e, ainda, condições para a manutenção e ampliação das políticas para a agricultura familiar e a reforma agrária, necessárias ao desenvolvimento do País.

a.13) Arca das Letras

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras promove o acesso ao livro e incentiva a leitura no meio rural, por meio da implantação de bibliotecas, da formação de agentes de leitura e da distribuição de acervos adequados à diversidade cultural das

comunidades rurais, conforme detalhamento constante do Capítulo III desta Mensagem. Em 2009, o programa implantou 1.327 bibliotecas, em 461 Municípios de 23 Estados, e capacitou 2.154 agentes de leitura, promovendo o acesso de mais de 143 mil famílias aos 252,6 mil livros distribuídos. Foram realizados, ainda, 30 encontros de avaliação do programa em Municípios dos Territórios da Cidadania, em parceria com a Missão Criança.

Programa Arca das Letras – 2009

Municípios	Bibliotecas	Famílias	Livros
461	1.327	143.309	252.630

Fonte: Sistema Arca das Letras.

b) Reforma Agrária

b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária

Em 2009, foram assentadas 55.421 famílias e criados 297 projetos de assentamentos, sendo que no período de 2003/2009, o Governo implantou aproximadamente 62% do total de assentamentos realizados nos 39 anos de história do Incra. Para atingir esses resultados, foram ampliados os recursos destinados à obtenção de terras, totalizando R$ 7 bilhões em sete anos. Somente em 2009, foram destinados R$ 742,8 milhões na obtenção de terras, por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais. No período de 2003 a 2009, foram incorporados à reforma agrária mais de 47,7 milhões de hectares, com a criação de 3.386 projetos de assentamento, sendo 4,6 milhões de hectares somente em 2009.

b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos

Nos últimos anos, foram ampliados e intensificados os investimentos em ações de qualificação dos projetos de assentamento. O Governo retomou e ampliou significativamente o serviço de assistência técnica aos assentados e ampliou os recursos destinados aos créditos para a instalação das famílias. Trata-se de ação essencial para garantir qualidade de vida e condições sustentáveis de produção aos assentados. Em 2009, 270 mil famílias assentadas estão sendo beneficiadas com serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental na Reforma Agrária (ATES), sendo aplicados mais de R$ 110 milhões, contratados cerca de 2.818 profissionais, responsáveis pelo acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental a mais de 3.700 projetos de assentamento em todo o País. No ano de 2010, há uma previsão de ampliação do número de famílias atendidas com a ATES, bem como do orçamento previsto para essas atividades.

Também em 2009, foi priorizada a realização de capacitações dos técnicos responsáveis pela elaboração de mais de 6.900 Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) e Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRA). Esses planos definem as diretrizes e ações que serão trabalhadas nos projetos de assentamento, visando o seu pleno desenvolvimento e sustentabilidade. Existem diversas etapas para a implantação de assentamentos, as quais são necessárias para estruturar os projetos destinados a receber as famílias assentadas, criando condições adequadas para a instalação e o desenvolvimento dos beneficiários da reforma agrária. Destaca-se como ação fundamental nesse processo a aplicação do Crédito Instalação, que atualmente apresenta nove modalidades para financiamento de atividades, como o apoio inicial para a estruturação

da família; a construção e reforma de moradia; o crédito adicional para o Semiárido e o crédito mulher. Outra iniciativa de destaque foi a elevação de 50% do valor destinado à construção de moradias, que passou de R$ 10.000,00 para R$ 15.000,00, proporcionando moradias dignas às famílias assentadas e, por consequência, melhor qualidade de vida. No ano passado, 65,8 mil famílias foram beneficiadas com crédito para a construção ou recuperação de casas nos assentamentos. Além disso, foram realizadas mais de 59 mil outras operações de crédito, envolvendo modalidades como o Apoio Inicial, Fomento e complementações de crédito. Nessas ações, foram aplicados mais de R$ 1,2 milhão, sendo 82,4% destinados às famílias das Regiões Norte e Nordeste, como forma de redução das desigualdades ainda existentes no País. Devem ser registradas outras ações implementadas com vistas à qualificação da infraestrutura básica nos novos assentamentos, tais como a construção e recuperação de estradas, pontes e sistemas de abastecimento de água, e energia elétrica. Somente com ações de construção e recuperação de estradas, foram beneficiadas mais de 63 mil famílias, perfazendo um total de 7.751,88 km. Em 2009, foram disponibilizados mais de R$ 324 milhões para ações de infraestrutura nos assentamentos, além da construção e recuperação de estradas, foram construídos 299 sistemas de abastecimento de água, bem como implantadas outras 876 obras, tais como construção de quadras de esporte e centros comunitários.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) vem apoiando o processo de escolarização e formação dos assentados. Em 2009, 21.076 pessoas tiveram acesso à ação de educação de jovens e adultos nos assentamentos, por meio desse programa. Registre-se que, no exercício passado, ocorreu a institucionalização do Pronera, por meio da aprovação da Lei nº 11.947, de 2009, que autorizou o Poder Executivo a instituí-lo.

Outra ação desenvolvida no âmbito do Pronera é a Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária, com a finalidade de promover a formação profissional e disponibilizar, em cada área de reforma agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável. Tal ação atendeu diretamente 6.487 alunos, em 2009. Já a Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social tem a finalidade de capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins à reforma agrária, com vistas à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos. Além disso, visa propiciar aos alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do Pronera bolsa de estudo ou estágio, para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, às escolas e a outros programas de Governo em execução nos assentamentos. Nessa ação, foram selecionadas 23 propostas contemplando 52 projetos, atendendo 2.222 alunos.

b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como instrumento de acesso à terra, por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. O programa também concede créditos para investimentos básicos e estruturação de unidade produtiva, beneficiando trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais, buscando a ocupação produtiva permanente para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a consequente melhoria das condições de vida da população rural. O PNCF beneficiou, em 2009, cerca de 5,9 mil famílias com um investimento total de mais de R$ 226 milhões, que viabilizou a realização de investimentos básicos e comunitários, e a aquisição de aproximadamente de 90,6 mil hectares pelas famílias beneficiárias.

Programa Nacional de Crédito Fundiário – em 2009

Projetos	Famílias	Valores (R$)	Área (ha)
4.984	5.872	226.907.164,00	90.608

Fonte: MDA – Sistema de Análise e Contratação.

b.4) Projeto Dom Hélder Câmara

O Projeto Dom Hélder Câmara é direcionado aos assentamentos da reforma agrária na região do Semiárido do Nordeste e tem como objetivo geral fortalecer processos locais de construção social do desenvolvimento humano sustentável das famílias agricultoras. Para o desenvolvimento das ações do projeto, são firmadas parcerias com entidades da sociedade civil. As áreas de atuação estão localizadas nos Estados do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns); Rio Grande do Norte (Sertão do Apodi); Paraíba (Sertão do Cariri); Pernambuco (Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe); Sergipe (Sertão Sergipano) e Piauí (Sertão de São João do Piauí).

Em 2009, foram aplicados R$ 22,5 milhões em ações que visaram a melhoria da qualidade de vida e da capacidade produtiva do público-alvo, entre as quais se destacam: assistência técnica permanente prestada a 15.050 famílias; comercialização de produtos, por meio do apoio para a realização de 21 feiras de agricultura familiar e implantação de uma nova feira; educação do campo e convivência com o Semiárido, sendo beneficiados 12.000 alunos; e apoio creditício, por meio de nove fundos rotativos de microfinanças rurais, alfabetização e capacitação de jovens e adultos.

As prioridades estratégicas para o ano de 2010 são a manutenção da assessoria técnica a 15.050 famílias; a implantação de 80 hectares irrigados em pequenas propriedades rurais; implantação de duas unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar; a manutenção de 22 feiras da agricultura familiar; a implantação de 300 consórcios agroecológicos de produção de alimentos e algodão; e a implantação de 5 novas unidades demonstrativas de manejo da caatinga.

c) Regularização Fundiária

c.1) Programa Terra Legal – Regularização Fundiária na Amazônia Legal

O Programa Terra Legal, lançado no dia 19 de junho de 2009, tem como objetivo a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal e a promoção do ordenamento territorial da região. O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) tem registradas 185.537 posses situadas na Amazônia Legal e estima-se que exista um grande número de posses a serem ainda regularizadas na região. A situação fundiária na Amazônia Legal é caracterizada pela precariedade ou pela ausência de reconhecimento jurídico da posse de terras. Constitui-se, assim, num complexo mosaico em que se sobrepõem títulos legítimos, títulos falsos, documentos precários concedidos administrativamente e ocupações sem documentação. Esse quadro gera conflitos fundiários marcados, muitas vezes, pela violência.

Nesse contexto, assume singular importância a regularização de terras públicas federais. As áreas da União ainda não destinadas – aquelas cujo uso não é reconhecido/autorizado pelo Poder Público – representam cerca de 58 milhões de hectares (11% da Amazônia Legal). Essas terras podem ou não estar ocupadas. Caso estejam ocupadas, necessitam de

regularização ou de retomada, de acordo com a função social que devem desempenhar. Com base nos pontos coletados pelo IBGE durante o Censo Agropecuário de 2006, estima-se que existam, aproximadamente, 158 mil ocupações a serem regularizadas nessas áreas.

A legislação brasileira tratava a regularização fundiária como uma exceção, ainda que a Constituição de 1988 tivesse selado os princípios para sua realização. As leis que regiam a regularização, operada principalmente pelo Incra, previam um conjunto de exigências que eram iguais para grandes, médios e pequenos imóveis, na Amazônia ou em outras regiões do Brasil. Assim, um ribeirinho, na mais remota região amazônica, deveria cumprir as mesmas exigências que o ocupante de uma área pública no interior do Estado de São Paulo. Posses exercidas coletivamente por comunidades locais enfrentavam as mesmas exigências de grandes fazendas. Frente a esse quadro, o Poder Executivo editou a Medida Provisória nº 458, em 10 de fevereiro de 2009, convertida na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para criar uma política massiva e célere de regularização fundiária na Amazônia Legal, adequada às especificidades da região.

A nova lei simplificou procedimentos para a regularização de ocupações em terras da União, situadas na Amazônia Legal, que tenham área de até 1.500 hectares. Estabeleceu, ainda, diferença de tratamento a pequenas, médias e grandes áreas. Para a operacionalização desse novo marco legal, já foram publicados diversos normativos, entre decretos regulamentadores, portarias, normas técnicas e instruções normativas. O processo de regularização fundiária de ocupações em terras rurais é executado em três passos: i) cadastramento/identificação de ocupacional; ii) georreferenciamento das áreas ocupadas; e iii) análise para regularização (titulação ou retomada). Em 2009, foram cadastrados mais de 26 mil ocupantes, totalizando quase 4,5 milhões de hectares requeridos, em 261 Municípios dos Estados da Amazônia Legal. Os primeiros títulos do Programa Terra Legal já foram emitidos para 270 ocupantes dos Municípios de Novo Progresso/PA, Nova Ubiratã/MT, Sorriso/MT e Porto Velho/RO.

Programa Terra Legal: Requerentes Cadastrados ou Identificados por meio de Levantamento Ocupacional Área Requerida, por Estado, 2009

UF	Nº de Cadastros	% Cadastros	Soma de Área (ha)	% Área
RO	11.879	42,3	1.787.623,27	36,6
PA	9.018	32,1	2.095.823,37	42,9
TO	2.111	7,5	371.931,28	7,6
MA	1.564	5,6	166.640,66	3,4
AM	2.448	8,7	188.981,91	3,9
MT	638	2,3	230.902,97	4,7
RR	194	0,7	17.588,034	0,4
AC	213	0,8	22.833,82	0,5
Total geral	**28.065**	**100**	**4.882.325,31**	**100,0**

Fonte: Sisterleg/SRFA/MDA.

Além dos cadastros acima relacionados, foram recepcionados no Sisterleg 27.365 cadastros, com área de 1,6 milhão de hectares, correspondentes às Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) de posseiros até 4 módulos fiscais dos Municípios objeto do cadastramento, totalizando 53.556 cadastros, com área total de 6,1 milhões de hectares.

O georreferenciamento dos imóveis rurais possibilita um diagnóstico das ocupações cadastradas, constituindo-se em pré-requisito para a regularização fundiária propriamente dita. É preciso conhecer com precisão o imóvel que será regularizado. Nesse sentido, estão em andamento os serviços de georreferenciamento de áreas rurais, no âmbito do Programa Terra Legal, que totalizarão cerca de 3,9 milhões de hectares e 24 mil ocupações. Em 2010, serão contratados os serviços de georreferenciamento de outras 80 mil ocupações.

Os Entes Federados também sofrem as consequências da incapacidade histórica relativa à regularização do uso e da exploração de suas terras. Assim, cerca de 170 Municípios da Amazônia Legal têm suas áreas urbanas inteiramente localizadas em glebas federais não destinadas. Sem regularidade das ocupações das terras do Município, inclusive aquelas onde se localizam os prédios e os equipamentos públicos, as prefeituras enfrentam inúmeras dificuldades para acessar recursos, realizar obras e cobrar impostos municipais, como o IPTU. A referida Lei nº 11.952, de 2009, prevê que os núcleos urbanos consolidados e as áreas de expansão urbana situados em terras federais serão doados aos Municípios, que promoverão a regularização dos lotes existentes, com o apoio do Ministério das Cidades. Para que a doação seja efetivada, é preciso realizar o georreferenciamento dessas áreas. Nesse sentido, o Governo está contratando o georreferenciamento de núcleos urbanos consolidados em 87 Municípios localizados nos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Em 2010, a contratação do serviço de georreferenciamento deverá abranger todas as áreas urbanas, em terras públicas federais ainda não regularizadas.

Buscando garantir a sustentabilidade das áreas regularizadas, o Governo estabeleceu como uma das principais estratégias do Terra Legal a integração com outras políticas públicas. Assim, as áreas de até quatro módulos fiscais que forem regularizadas terão prioridade para inclusão em outras políticas, como as de crédito e assistência técnica, por exemplo, além de já serem encaminhadas ao processo de regularidade ambiental junto aos órgãos estaduais responsáveis. Essas iniciativas constituem o que se chama Rota Verde e já foram aplicadas a 232 imóveis titulados no Estado do Pará. Outra estratégia de integração adotada foi o início das atividades do Terra Legal pelos 43 Municípios integrantes da Operação Arco Verde. Esses Municípios lideraram as estatísticas de desmatamento nos últimos anos e, por isso, foram priorizados pela ação integrada do Governo Federal. Em mutirões instalados nessas localidades, foram oferecidos serviços cadastrais como a emissão de documentação civil, capacitação, regularização ambiental e o fomento produtivo. Do total de 17.164 cadastros realizados pelo Terra Legal, até novembro de 2009, 8.369 são de Municípios integrantes do Arco Verde (49% do total).

A fim de controlar o cumprimento das cláusulas resolutivas dos títulos emitidos no âmbito do Terra Legal, bem como estimular o controle social, o Governo está sendo desenvolvendo um sistema de monitoramento pós-título. De um lado, será realizado o monitoramento periódico por meio de imagens de sensoriamento remoto, com o objetivo de acompanhar a manutenção da cultura efetiva, a preservação da cobertura vegetal e indicativos de (re)concentração fundiária. Adicionalmente, será realizada a análise de informações literais de bancos de dados, com vistas a monitorar a manutenção do perfil produtivo da propriedade e as transferências entre vivos.

Além do Terra Legal, que se concentra na Amazônia Legal, e a ação de regularização fundiária dos Territórios Quilombolas, o Governo Federal executa em parceria com os Estados o geocadastro e a consequente titulação dos imóveis em terras devolutas estaduais. Atualmente, estão em execução convênios/termos de cooperação firmados com o propósito de atender a mais de 100.000 famílias, em 13 Estados.

A regularização fundiária é executada por meio de convênios plurianuais firmados com os Estados e por meio de ação direta, por parte das Superintendências Regionais do Incra. No quadro apresentado a seguir são mostrados os resultados obtidos por Estado, no exercício de 2009, totalizando a emissão de aproximadamente 37,5 mil títulos, com uma área regularizada de 851.250 hectares nos Estados conveniados.

UF	Nº Títulos	Área Regularizada (ha)
Sergipe	1.058	2.129,00
Piauí	97	6.094,84
Paraíba	873	27.620,00
Rio Grande do Norte	1.767	92.746,91
Minas Gerais	8.716	121.574,22
Ceará	22.045	168.289,70
Pernambuco	2.939	432.795,68
TOTAL	**37.495**	**851.250,35**

Fonte: Incra.

c.2) Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas

As ações acumuladas do Incra na execução da Política Quilombola contabilizam 101 editais de relatórios técnicos de identificação e delimitação (RTIDs) publicados, totalizando 1.356.901 hectares em benefício de 12.910 famílias, além de 49 portarias de reconhecimento publicas, totalizando, 241.728 hectares reconhecidos em benefício de 4.307 famílias. De 2003 a 2009, foram expedidos 60 títulos, regularizando 174.469 hectares em benefício de 54 territórios, 82 comunidades e 4.217 famílias quilombolas. Em 2009, o Incra emitiu 4 títulos de propriedade coletivos para 2 comunidades quilombolas, totalizando 5.922 hectares, beneficiando 32 famílias. Foram publicados 23 editais de RTIDs, com 804.029 hectares, em benefício de 2.452 famílias, bem como foram publicadas 10 portarias de reconhecimento, relativas a 25.282 hectares, que vão beneficiar 475 famílias.

Destaca-se, ainda, a emissão de 30 decretos desapropriatórios de territórios quilombolas, declaratórios de interesse social, em 15 Estados, totalizando 350.814 hectares, que vão beneficiar 3.896 famílias quilombolas, ação esta que permitirá a desintrusão efetiva e titulação definitiva desses territórios quilombolas. Em 2010, continuarão a ser implementadas as ações necessárias para o reconhecimento dos direitos dessas comunidades.

8. Desenvolvimento Regional

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), parte da estratégia de desenvolvimento do País, foi institucionalizada por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. A PNDR passa, atualmente, por revisão conceitual e teórica dos marcos que a embasam, de modo a adequá-la às transformações socioeconômicas e político-institucionais pelas quais passou o País nos últimos anos.

Essa revisão busca a modernização dos instrumentos de desenvolvimento regional, como forma de combater com maior eficácia as desigualdades inter e intrarregionais. Não se trata apenas de elaborar políticas desconcentradas para as macrorregiões consideradas menos desenvolvidas, mas de traçar uma política integrada para o desenvolvimento nacional, capaz de detectar fragilidades e explorar potencialidades regionais, articulando as ações das três esferas governamentais com os segmentos pertinentes da sociedade civil. Prevê-se que a nova proposta da PNDR seja enviada ao Congresso Nacional, em 2010, com vistas a sua consolidação como política de Estado. Para a divulgação dessa política e promoção das iniciativas ligadas ao desenvolvimento regional, pretende-se realizar, no próximo ano, o evento denominado Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional, que homenageará o economista Celso Furtado.

Entre os resultados de 2009, merecem destaque a elaboração do documento-base para o planejamento das ações do Governo nas Áreas de Influência dos Projetos de Integração de Bacias e de Revitalização do Rio São Francisco e a elaboração, em fase final, do Plano de Desenvolvimento da Região Turística do Meio Norte, que abrange áreas dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Por sua vez, os planos da Área de Influência da BR-163 e do Arquipélago do Marajó estão sendo implementados.

Para 2010, estão previstas a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Sudoeste Amazônico, a continuidade do processo de elaboração dos Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e a parceria com o Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap). Além disso, pretende-se lançar o Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento Regional, com a construção de redes, por meio de cadastros voltados aos colaboradores da PNDR e às instituições de ensino e pesquisa. O Projeto conceitual, técnico e institucional já foi formulado, inclusive o módulo destinado a realizar o monitoramento das ações territoriais do Governo.

No que se refere às ações de capacitação, destaca-se o lançamento do Programa de Capacitação em Desenvolvimento Regional (PNCDR), que prevê a realização de curso de especialização em desenvolvimento regional, que viabilizará a capacitação de gestores públicos e privados envolvidos na implementação de políticas públicas de impacto territorial. Ressalte-se, ainda, a ocorrência, em 2009, de quatro cursos de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local, voltados para técnicos e funcionários de governos estaduais e instituições envolvidos com o tema em múltiplas escalas geográficas. Essas ações contribuem para o enfrentamento, com qualidade, dos desafios da implementação da política regional no Brasil. Em 2010, pretende-se realizar cursos no âmbito do PNCDR, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Merece citação, ainda, o processo de cooperação entre o Governo e a União Europeia, o qual suscita conhecimento, informação e oportunidades de troca de experiências entre gestores da política europeia e brasileira, agregando conhecimento técnico e experiência à política nacional. Esse processo envolveu a participação de profissionais ligados aos territórios prioritários da PNDR e gestores e técnicos do Governo em programa de intercâmbio, com o objetivo de conhecer processos produtivos identificados com a atividade econômica das mesorregiões selecionadas. Foram também realizadas três oficinas de capacitação no País, que envolveram profissionais do Brasil e da Europa. Para 2010, está prevista a realização de novas oficinas, com o objetivo de ampliar a cooperação mútua.

Ainda com o objetivo de cumprir a missão institucional de combate às desigualdades, o Governo tem coordenado a implementação de programas de desenvolvimento regional, visando estimular a dinamização econômica de localidades identificadas como regiões deprimidas economicamente. Destacam-se Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais

(Promeso), o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver). Em 2009, foram aplicados, por intermédio desses programas, R$ 24,1 milhões nos Municípios de várias regiões de desenvolvimento prioritário na PNDR. Apoiou-se, também, a estruturação e a reestruturação dos fóruns das mesorregiões diferenciadas, os quais constituem espaço de discussão, planejamento, proposição de políticas e estabelecimento de estratégias e demandas conjuntas. São pilares no fomento ao fortalecimento das bases locais e congregam a participação do Poder Público, da sociedade civil e da iniciativa privada em torno das matérias de interesse comum para a promoção do desenvolvimento econômico e social das mesorregiões. Outro passo importante para o fortalecimento das bases locais, foi a realização da I Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, ocorrida no período de 10 a 13 de março de 2009. Esse evento, além de ter proporcionado visibilidade às ações da PNDR, gerou várias oportunidades comerciais para o fechamento de negócios e contou com especialistas nacionais e internacionais na área de desenvolvimento regional.

Como parte das estratégias para consolidar o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, foi aprovada a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, de iniciativa do Poder Executivo, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco). Os principais instrumentos de ação da Sudeco serão o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e os programas de incentivos e benefícios fiscais e financeiros previstos na Constituição Federal. A atuação do Governo nessa região evoluiu de um patamar de investimentos de aproximadamente R$ 5 milhões, em 2006, para R$ 273 milhões em 2009, o que reflete a prioridade concedida ao desenvolvimento dessa macrorregião. No enfoque sub-regional, destacam-se as ações realizadas na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região da Faixa de Fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No âmbito dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), os recursos aplicados apoiaram diversos setores da economia e portes de tomadores, sendo que até o mês de novembro de 2009, foram contratados financiamentos ao setor produtivo da ordem de R$ 12,2 bilhões, o que representou um crescimento de 8,2% em relação a mesmo período de 2008. Desse total, foram contratados R$ 2,8 bilhões em 56,1 mil operações de financiamento na Região Centro-Oeste; R$ 2,1 bilhões em 40,2 mil operações na Região Norte; e, na Região Nordeste, foram contratados R$ 9,1 bilhões em 380,4 mil operações.

Quanto aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), voltados para o financiamento da infraestrutura e de projetos estruturadores da economia, foram aprovados em 2009 projetos da ordem de R$ 457 milhões para a Amazônia e contratados projetos no montante de R$ 2,6 bilhões para o Nordeste. Em 2010, serão destinados pelo Governo para aplicação por meio desses Fundos aproximadamente R$ 17,3 bilhões, sendo R$ 3,5 bilhões provenientes do FCO, R$ 8,0 bilhões do FNE e R$ 3,2 bilhões do FNO, além de R$ 1,1 bilhão do FDA e R$ 1,6 bilhão do FDNE.

No ano de 2009, até o mês de outubro, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou financiamentos de longo prazo, e empréstimos de curto prazo, e operações de mercado de capitais voltados para o desenvolvimento da Região Nordeste, no valor de R$ 20,8 bilhões. Com recursos do FNE, principal fonte de recursos para o desenvolvimento regional, o BNB contratou o montante de R$ 9,1 bilhões, tendo sido priorizados os segmentos de micro e pequenas empresas e de agricultura familiar, além dos investimentos em infraestrutura e estruturadores de cadeias produtivas. As contratações de FNE ocorreram alinhadas às estratégias do Governo, consubstanciadas no Plano Plurianual 2008/2011, tendo como direcionamento a PNDR e o PAC.

Especificamente no que se refere ao PAC, o BNB financiou no período de 2005 a 2009, com recursos do FNE, 18 projetos dos setores de energia e transporte, com um montante contratado de R$ 2,1 bilhões, para um investimento total de R$ 10,9 bilhões. Com referência ao desenvolvimento territorial, a estratégia Nordeste Territorial se consolidou no ano de 2009, tendo sido implementados 451 projetos territoriais, que apoiam cadeias produtivas de vários segmentos setoriais na Região Nordeste, notadamente nos 65 Territórios da Cidadania, com aplicação de R$ 1,7 bilhão, 17.559 operações contratadas, beneficiando 15.157 clientes. No que se refere às micro e pequenas empresas, o BNB contratou, em 2009, o montante de aproximadamente R$ 1,8 bilhão. No âmbito do Pronaf, foram contratadas 235,8 mil operações, no valor de R$ 890,1 milhões. Para 2010, o BNB planeja contratar um volume de R$ 25 bilhões em operações de crédito de curto e longo prazos e de mercado de capitais. Com relação às micro e pequenas empresas, a meta para 2010 é contratar o valor de R$ 2 bilhões, e no tocante ao Pronaf, a meta é contratar R$ 1,1 bilhão. Já com referência ao PAC, o BNB conta com 11 projetos em carteira do setor de energia, com expectativa de contratação de financiamentos com recursos do FNE da ordem de R$ 1,6 bilhão para um investimento total previsto de R$ 3,4 bilhões.

Com foco na geração de trabalho e renda, o Banco do Brasil vem implementando, desde 2003, a estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), que busca impulsionar o desenvolvimento de regiões brasileiras, considerando as potencialidades, vocações e características locais. Com a estratégia DRS, o Banco do Brasil atua não somente como instituição de crédito, mas como catalisador de ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos, políticos e sociais para a estruturação de atividades produtivas que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas, sempre com respeito à diversidade cultural. Até 30 de setembro de 2009, essa estratégia contemplava o atendimento a mais de 1,1 milhão de famílias, integrantes de 4.475 Planos de Negócios DRS, implementados em 4.709 Municípios, com créditos programados no montante de R$ 5,2 bilhões. As perspectivas para 2010 são a de ampliação para 1,3 milhão do número de famílias beneficiárias da estratégia DRS e a intensificação das ações de apoio às atividades produtivas de caprinocultura e ovinocultura. O Banco do Brasil atuará na estruturação das cadeias produtivas de cajucultura, açaí, banana, aquicultura, pesca, bovinocultura de leite, apicultura e biodiesel. Está prevista, também para 2010, a implementação do Projeto Gestores DRS, visando ao aperfeiçoamento da implementação e da gestão dos Planos de Negócios DRS, de forma a contribuir para a qualificação das ações e a promoção do empreendedorismo, da inovação e de parcerias para geração de trabalho, renda e negócios sustentáveis com foco territorial e em cadeias produtivas.

b) Infraestrutura Hídrica

Com o objetivo de aumentar a disponibilidade hídrica para o consumo humano e outros usos, o Governo, em 2009, concentrou esforços na realização de obras que viabilizassem a superação de problemas relacionados à estagnação econômica de determinadas regiões, com vistas a criar condições necessárias para a sustentabilidade do desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, foram aplicados R$ 753,9 milhões para a implementação de projetos que possibilitarão a armazenagem de 1 bilhão de m³ de água, além da implantação de 930 km de adutoras, com destaque para os seguintes empreendimentos: Barragem Gasparino/BA, Barragem do Rio Arraias/TO, Adutora Pirapama, Sistema Adutor Limoeiro, Adutora de Agrestina, Adutora do Agreste, Adutora do Oeste e Adutora Pajeú/PE; Barragens Setúbal e Peão/MG; Adutora e Barragem Piaus/PI; Adutora São Francisco/SE; Abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza (Eixo de Integração Castanhão/Fortaleza) e Adutora de Ibaretama/CE; Canal do Sertão Alagoano; Sistema Adutor Capivara, Sistema Adutor do Congo e Adutora Acauã/PB; Sistema Adutor de Alto Oeste/RN; e Barragens de Jaguari e Taquarembó/RS. Destaque especial deve ser dado às seguintes

obras do PAC, concluídas em 2009: Sistema Adutor Capivara/PB, Adutora e Barragem Poço do Marruá/PI, Sistema Adutor Serra de Santana/BA e Adutora Palmeira dos Índios/AL. Essas obras viabilizaram a oferta de 330 milhões de m³ de água, mediante a execução de 310 km de adutoras.

Para 2010, estão previstos investimentos da ordem de R$ 1 bilhão destinados à construção de adutoras, barragens e sistemas simplificados de abastecimento de água. Neste ano está prevista a conclusão dos projetos Jaguari, Taquarembó, Limoeiro, Agrestina, Setúbal, Peão, Piaus, Ibaretama, Congo, Alto Oeste e Gasparino, que permitirão a armazenagem de 621 milhões de m³ de água, com adução por meio de 620 km de canais.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF) visa possibilitar o desenvolvimento sustentável, por meio da garantia hídrica, especialmente às regiões Semiáridas do País, mediante o atendimento a 12 milhões de habitantes. Em 2009, as obras no Eixo Norte do PISF, cuja extensão é de 402 km, alcançou uma execução física de 19%, enquanto no Eixo Leste, que mede 220 km, a execução física foi de 26%. Nesse período, foram concluídas e entregues 86 casas em comunidades indígenas e quilombolas e, das 16 Vilas Produtivas Rurais previstas para o reassentamento da população afetada pela obra, duas já estão com sua construção avançada. Na Vila Produtiva Rural de Captação, 11 casas estão concluídas, e na de Junco, 55 casas prontas foram sorteadas para seus futuros moradores. Até o momento, foram gerados 9.137 empregos diretos, atendendo, na sua maioria, trabalhadores da região. Desses trabalhadores, 1.336 estão lotados no 2º turno de trabalho. Em 2009, foram investidos R$ 891,7 milhões no PISF. Para 2010, está prevista a aplicação de R$1,33 bilhão e a conclusão das obras do Eixo Leste.

Em 2009, na Revitalização das Bacias do São Francisco e Parnaíba, mediante investimentos no valor de R$ 235,9 milhões, foram realizadas intervenções para a implementação de projetos em esgotamento sanitário em 198 Municípios dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Piauí e Maranhão, tendo sido concluídas obras em 10 desses Municípios. Nas ações de conservação de água e solo, foram realizadas obras de dragagem do leito e de contenção de barrancas para recuperação da Hidrovia do São Francisco. Além disso, está sendo implementada a reconstrução da Vila Nossa Senhora da Conceição (antiga Vila do Louro), localizada do Município de Barra/BA, afetada pela degradação das margens do Rio. No âmbito do Programa Água para Todos, estão sendo executados os sistemas de abastecimento em 749 localidades e construídas as cisternas para o atendimento a 32.155 famílias.

Para 2010, com recursos da ordem de R$ 410,0 milhões, está prevista a implementação: i) de projetos de tratamento de resíduos sólidos em 187 Municípios, por meio de consórcios intermunicipais; ii) de esgotamento sanitário e a continuidade das obras para controle do processo erosivo das margens do São Francisco; e iii) das obras de sistemas de abastecimento de água. Na área do saneamento básico, estão sendo desenvolvidos projetos, em articulação com as políticas de desenvolvimento urbano de uso e ocupação do solo, com vistas à recuperação, prevenção, controle e minimização dos impactos causados por fatores climáticos. Nesse sentido, o Governo criou o PAC – Drenagem, que conta atualmente com 25 projetos, visando dar maior ênfase ao setor e priorizando as intervenções em áreas de reincidência de enchentes.

Em 2009, foram direcionados R$ 19,2 milhões para a realização de obras de pequeno vulto de macrodrenagem e controle de erosão marítima e fluvial. Para 2010, estão previstos recursos no valor de R$ 410,4 milhões.

Na área da agricultura irrigada, os investimentos objetivam promover o processo de ampliação da infraestrutura necessária para expandir a produção agrícola, aumentar os níveis de emprego e, com isso, reduzir as desigualdades regionais, gerando melhor distribuição de renda. Nesse sentido, em 2009, foram aplicados R$ 578,64 milhões em projetos que somam 77.717 hectares, compreendendo ações de assistência técnica, manutenção e outras atividades necessárias aos perímetros que se encontram em operação. Nesse ano, foi implantada a infraestrutura de irrigação em uma área equivalente a 9.646 ha. Destacam-se os seguintes perímetros de irrigação: Várzeas de Sousa/PB; Flores de Goiás/GO; Marituba/AL; São João e Sampaio/TO; Salitre e Baixio de Irecê/BA; Pontal/PE; Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba (2ª etapa) e Platôs de Guadalupe/PI; Araras Norte, Tabuleiros de Russas e Baixo Acaraú/CE; e Jacaré-Curituba/SE.

Para 2010, estão previstos recursos no valor de R$ 730,2 milhões, para aplicação nos principais perímetros de irrigação, localizados em diversos Estados, inclusive com a implantação de infraestrutura em uma área de 55.234 hectares. Além disso, estarão sendo direcionadas ações para assistência técnica, transferência de gestão, revitalização e estudos para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

Além da retomada dos investimentos, o Governo se preocupou com novos modelos de gestão dos perímetros irrigados, que garantam a sustentabilidade econômica e a emancipação no que se refere à necessidade de recursos públicos em sua manutenção. Marco nesse sentido foi o lançamento em dezembro do Edital de Concorrência Internacional para a implantação de uma parceria público privada (PPP) para a gestão do Perímetro de Pontal, no Município de Petrolina/PE. A expectativa é de que, ainda no primeiro semestre de 2010, a empresa âncora responsável pela gestão do Perímetro tenha sido selecionada. Cabe salientar que encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.381, de 2005, que trata da Política Nacional de Irrigação, cuja aprovação é de relevante importância para atualização desse setor.

c) Defesa Civil

No ano de 2009, o Governo priorizou as ações de prevenção, considerando o que determina a legislação brasileira e, também, os estudos elaborados pela ONU, os quais preconizam que a aplicação de recursos em prevenção gera economia em ações de resposta aos desastres e reconstrução. Essa estratégia foi delineada a partir da realização do V Seminário Internacional de Defesa Civil e deverá ser consolidada com a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil, que ocorrerá em 2010, quando serão discutidos os novos rumos da Defesa Civil no Brasil.

No âmbito das atividades de capacitação, ressalta-se a realização, em 2009, em Brasília, do 1º Curso Regional de Assistência e Proteção para Respostas a Emergências Químicas, com a participação de 32 técnicos de 14 países da América Latina e do Caribe, além de outros 86 cursos presenciais, nos quais foram formados 2.924 novos agentes de defesa civil.

Com a ocorrência de diversos desastres ao longo do ano de 2009, em função, principalmente, das fortes chuvas que assolaram os Estados do Amapá, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, foi necessária a aplicação de recursos adicionais no valor de R$ 1,447 bilhão, destinados a prestar ajuda humanitária aos afetados pelo forte incremento hídrico que atingiu diversas cidades brasileiras. Cabe registrar a atuação direta do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad/MI) no atendimento aos desastres, mediante a emissão de alertas preventivos em relação a eventos meteorológicos extremos. Acrescenta-se, ainda, que no período, foram editadas 1.661 portarias de reconhecimento de

anormalidades em 869 Municípios. Em 2010, além da realização da Conferência Nacional e da continuidade da formação de agentes de defesa civil, continuarão a ser executadas as ações de gerenciamento de riscos e desastres, bem como realizados investimentos na prevenção de riscos.

d) Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais apoia ações conjuntas entre Municípios, Estados e organizações não governamentais, com investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais, além de estimular o fortalecimento das organizações sociais locais. Busca-se superar a fragmentação e desarticulação das diversas ações voltadas para o desenvolvimento rural e mobilizar os atores locais na construção de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRSs) capazes de aproveitar as potencialidades locais na integração econômica de diferentes atividades produtivas.

Ao longo do ano de 2009, o Governo apoiou 164 Territórios Rurais, selecionados nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 2.500 Municípios, com uma população de cerca de 52,2 milhões de pessoas, correspondendo a uma área de 5.046.045,5 km^2. Os recursos totais aplicados pelo programa foram da ordem de R$ 382 milhões. Já estão constituídos Colegiados Territoriais em todos os 164 Territórios apoiados, organizados com base nos princípios da participação, do diálogo e da transparência, tendo como referência a observância de critérios como a representatividade, a diversidade e a pluralidade de segmentos sociais e interesses de cada território. Como espaços de governança, esses colegiados tem observado o princípio da paridade entre sociedade civil e Poder Público, elemento de fundamental importância para que se consolide a estratégia da gestão social do desenvolvimento.

Em 2009, foram discutidos e deliberados, no âmbito dos Colegiados Territoriais, os projetos territoriais de infraestrutura e serviços a serem apoiados, com a aplicação do montante de R$ 158,4 milhões, beneficiando 109 Territórios Rurais. Dentre os projetos apoiados, destaca-se os investimentos em infraestrutura hídrica, em estruturas de comercialização e em projetos de agroindustrialização e agregação de valor à produção. Motivados com as perspectivas da abordagem territorial, alguns Estados, como a Bahia, Sergipe, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, adotaram a estratégia de desenvolvimento territorial e, por conseguinte, os territórios como unidades de planejamento e implementação das ações governamentais. Foram elaborados, no último ano, 8 novos PTDRSs e, com isto, um total de 116 territórios já dispõem dessa ferramenta de planejamento e gestão. Encontra-se em andamento o processo de revisão/qualificação de 69 planos e de elaboração de outros 48 novos PTDRSs, envolvendo 117 territórios de 19 Estados. No período, o montante aplicado para o processo de elaboração e qualificação dos PTDRSs foi de R$ 1,7 milhão. Como componente complementar aos PTDRSs, 60 novos Planos Safra Territoriais (PSTs) estão em fase final de elaboração, o que irá contabilizar um total de 120 planos safra já elaborados, sendo que, em 2009, foram investidos R$ 1,07 milhão na elaboração e gestão dos PSTs. Para a capacitação de agentes de desenvolvimento, foram investidos, nesse mesmo período, recursos da ordem R$ 411 milhões, com a formação de 27.836 pessoas.

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais pressupõe o apoio aos processos de dinamização econômica dos territórios, cujas estratégias e ações estão viabilizadas pelo Projeto de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol). Em 2009, destacam-se os seguintes resultados: o investimento de recursos da ordem de R$ 33,2 milhões no apoio aos empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar, cujas ações se voltaram para

a formação de quadros dirigentes; o assessoramento aos empreendimentos no acesso a mercados; e o planejamento de cadeias e de negócios dos empreendimentos. Em 2010, serão apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais um total de 164 territórios.

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

Em 2009, o Governo avançou na implementação de um novo modelo de gestão ambiental compatível com o desenvolvimento econômico, na busca pela consolidação da Política Nacional de Meio Ambiente. Esse avanço tornou possível ao Brasil apresentar na 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-15), em Copenhague, compromissos significativos na forma de metas de redução nas emissões de CO_2. O País deverá reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões previstas para 2020. Contribuem para o alcance desse objetivo a redução da taxa de desmatamento da Floresta Amazônica, que teve, no período de agosto de 2008 a julho de 2009, seu menor índice numa série histórica de 21 anos, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Além do combate ao desmatamento na Amazônia, em 2009 o Governo ampliou essa atividade a outros biomas brasileiros, em destaque para o Bioma Cerrado. Foi elaborado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento de Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e lançados os dados do mapeamento de sua cobertura vegetal no período de 2002 a 2008.

No sentido de contribuir para a redução do desmatamento, destaca-se, também, a celebração de pactos setoriais, os quais têm por finalidade a adoção de medidas para inibir o avanço de atividades predatórias, abrangendo diferentes setores: Governo Federal, governos Estaduais, empresas, bancos públicos e privados, organizações da sociedade civil. Nesse sentido, em 2009, foi firmado o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

a) Mudanças Climáticas

O Brasil desempenha papel de destaque no cenário internacional em relação à implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O País está elaborando sua Segunda Comunicação Nacional sobre Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), com o envolvimento de diversas instituições e especialistas, tendo sido divulgadas preliminarmente algumas informações que serviram de base ao estabelecimento das metas apresentadas na COP 15.

Em 2009, 5.533 projetos encontravam-se em alguma fase do ciclo de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), sendo 1.882 já registrados pelo Conselho Executivo desse Mecanismo. O Brasil é um dos países líderes no movimento, ocupando atualmente o 3º lugar em número de atividades de projeto, contando 420 projetos nacionais (8% do total mundial). Em termos de reduções de emissões projetadas, o Brasil também está entre os três líderes, sendo responsável pela redução potencial de 368 milhões de toneladas CO_2, o que corresponde a 6% do total mundial no primeiro período de obtenção de créditos, que pode ser de 7 ou 10 anos.

O MDL já constitui uma fonte de financiamento importante para a redução das emissões de GEE no Brasil, principalmente no setor energético. Dos projetos brasileiros, 49% estão na área de energia renovável, contando conservadoramente com 3.557

MW de potência instalada. Há outros exemplos relevantes, como a redução de emissões alcançada pelos 30 projetos brasileiros relativos a aterros sanitários já registrados no Conselho Executivo, correspondendo a 50% das emissões nacionais de aterro sanitário, em 1994. Da mesma maneira, apenas cinco projetos brasileiros de redução de N_2O no setor industrial praticamente zeraram as emissões nacionais desse setor.

a.1) Plano Nacional sobre Mudanças do Clima

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), lançado no final de 2008, sintetiza ações voluntárias de diversos setores voltadas para a redução de gases de efeito estufa lançados na atmosfera anualmente. Entre os objetivos do PNMC está prevista a redução sustentada das taxas de desmatamento em todos os biomas brasileiros e a eliminação da perda líquida de cobertura florestal, por meio do estímulo ao reflorestamento de áreas degradadas com florestas nativas e exóticas. Na área de transporte e energia, destacaram-se, em 2009, as iniciativas de manter a crescente taxa de consumo de biocombustíveis na matriz de transportes nacional e a manutenção da elevada participação da energia renovável na matriz elétrica, ressaltando-se a hidroeletricidade e as iniciativas de aumento da eficiência energética.

O PNMC deverá passar por sua primeira revisão em 2010, incorporando novas sugestões e informações do novo inventário de emissões. Nas próximas fases, deverão ser estabelecidos os mecanismos de avaliação do desempenho das ações em curso e respectivos resultados. Serão também apresentadas ações e instrumentos complementares, incluindo pactos com os Estados, destinados a garantir o alcance dos objetivos.

Para auxiliar na implantação do PNMC, o Poder Executivo propôs, por meio do Projeto de Lei (PL) nº 3.820, a criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Esse PL foi sancionado em 2009, resultando na Lei nº 12.114, consolidando assim a criação do referido Fundo. Os recursos desse Fundo deverão, essencialmente, financiar empreendimentos para mitigação da mudança do clima. Outro avanço, em 2009, foi a edição da Lei nº 12.187, resultante da sanção do PL nº 3.535, encaminhado pelo Governo ao Congresso Nacional, em 2008, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e fixa seus objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos, além de definir compromisso nacional voluntário para reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de GEE projetadas até 2020.

b) Unidades de Conservação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) visa à proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios dela decorrentes. Em 2009, quatro unidades de conservação federais foram criadas, ampliando o Sistema em aproximadamente 369 mil hectares e protegendo importantes áreas nos Biomas Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e área marinha com Unidades de Conservação (UCs), que, além da proteção do meio ambiente, beneficiam diretamente centenas de famílias usuárias de seus recursos.

Além da criação, a consolidação das UCs é objetivo perene. Nesse sentido, o Programa Áreas Protegidas na Amazônia (ARPA), em 2009, deu um grande passo ao realizar ações para a implementação e consolidação de 62 UCs, assim como o Projeto Corredores Ecológicos, que investiu recursos no planejamento, fiscalização e implementação de UCs nos Biomas Amazônia e Mata Atlântica. O quadro a seguir apresenta um balanço geral das UCs já criadas nos territórios brasileiro.

Criação de UCs

Período	Área Criada (ha)	%	UCs criadas	%
Até 2002	50.515.151	66	235	77,0
De 2003 a 2009	26.333.617	34	69	23,0
Total	76.848.768	100	304	100

Fonte: DAP/SBF/Ministério do Meio Ambiente.

Para 2010, destacam-se como principais objetivos a ampliação da área protegida por UCs em 1,605 milhão de hectares; a realização de campanha pública de divulgação da importância dessas Unidades para a melhoria da qualidade de vida e crescimento econômico regional; o estímulo ao turismo em UCs; a capacitação dos órgãos gestores de UCs para garantir a sustentabilidade financeira das áreas; e a regulamentação da concessão de serviços em UCs.

c) Combate ao Desmatamento Ilegal

O desmatamento na Amazônia, durante o período de 1º de agosto de 2008 a 31 de julho de 2009, foi de aproximadamente 7 mil km², segundo dados preliminares recentemente divulgados pelo Inpe. Essa estimativa corresponde à menor taxa observada desde que esse instituto deu início ao monitoramento da cobertura vegetal na Amazônia, há 21 anos, representando uma queda de aproximadamente 45% em relação ao período anterior.

Essa queda pode ser atribuída, em grande parte, ao esforço de setores governamentais e da sociedade envolvidos na execução de atividades previstas no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Entre essas ações, destacaram-se o condicionamento da concessão de crédito para atividade agropecuária à comprovação de regularidade ambiental, conforme Resolução do Banco Central nº 3.545, de 2008; e a intensa e efetiva fiscalização do Ibama na Amazônia, com o apoio da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Exército Brasileiro e do Ministério do Trabalho e Emprego. Vale destacar que os trabalhos de fiscalização no período resultaram na aplicação de 6.590 multas (no valor de R$ 2,76 bilhões), embargo em 502 mil hectares e apreensão de 231 mil m³ de madeira e 414 caminhões.

Em 2009, o PPCDAM passou por um processo de revisão que contou com a participação de 13 ministérios e instituições vinculadas. Com base no levantamento das causas do desmatamento na região, as ações do plano foram reformuladas e surgiram novas ações. Dessa maneira, o novo PPCDAM dá início a uma nova fase (2009-2011) rumo ao desmatamento ilegal zero.

Ao longo de 2009, visando promover um maior envolvimento dos Estados na gestão dos recursos florestais, o Governo Federal prestou apoio técnico à elaboração de planos de prevenção e controle do desmatamento e de queimadas dos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, e, recentemente, iniciou articulação para apoiar os Estados de Roraima e Maranhão. Destaca-se que esses planos foram construídos de forma participativa e possuem articulação com o PPCDAM.

Deve ser reiterado que, em 2009, foram adotadas duas importantes medidas para a redução do desmatamento no Cerrado: a elaboração do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e de Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e o

lançamento dos dados do mapeamento de sua cobertura vegetal no período 2002 a 2008. Além das ações de repressão, o PPCerrado prevê medidas de ordenamento territorial, criação de Unidades de Conservação, apoio a atividades econômicas sustentáveis e implementação de planos de bacias. Assim, por meio do Programa de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros, foram quantificadas as áreas de desmatamento da vegetação nativa no Bioma Cerrado. Segundo os dados desse mapeamento, entre 2002 e 2008, o Cerrado teve sua cobertura vegetal suprimida em 85.075 km², o que representa uma taxa anual de aproximadamente 14.200 km²/ano para esse período. O percentual de áreas desmatadas em 2002 era de 41,95% e em 2008 subiu para 47,84%. Cabe ressaltar que essa iniciativa de monitoramento do desmatamento foi estendida a outros biomas e em breve serão lançados os dados relativos à Caatinga. Para o controle do desmatamento nesse Bioma deverá ser lançado um plano de ação em 2010.

Outra iniciativa importante para a redução do desmatamento é a celebração de pactos setoriais. Nesses pactos, diferentes setores – Governo Federal, governos Estaduais, empresas, bancos públicos e privados, organizações da sociedade civil e outros – dispõem-se a adotar medidas para inibir o avanço de atividades predatórias. Nesse sentido, em 2009, foram firmados o já mencionado Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental com a Febraban e diversos pactos envolvendo supermercados e frigoríficos pela não obtenção de carne proveniente de áreas desmatadas ilegalmente.

Como parte das ações prioritárias nos Municípios que mais desmataram recentemente, foram realizados os Mutirões Arco Verde – Terra Legal, com o objetivo de implementar políticas públicas do Governo Federal, em parceria com os governos Estaduais e Municipais, nos 43 Municípios identificados como prioritários para o controle do desmatamento na Amazônia Legal. Como produto da atuação integrada entre esses entes governamentais, por meio desses Mutirões foi iniciado um processo de implementação de ações para estimular atividades produtivas sustentáveis, promover o fortalecimento da cidadania e intensificar a execução das demais medidas previstas no PPCDAM.

Entre as principais metas alcançadas destacam-se o início do processo de regularização fundiária, por meio do cadastramento fundiário urbano e rural, tendo sido realizados até outubro de 2009 cerca de 7,7 mil cadastramentos rurais; e a emissão de títulos definitivos para mais de 5 mil famílias. No Estado do Mato Grosso, 38,77% das áreas passíveis de licenciamento já contam com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) efetivado (mais de 7 milhões de hectares, em 3.545 propriedades).

No próximo ano, o Governo pretende apoiar o cadastramento ambiental de imóveis rurais nos Municípios de Plácido de Castro/AC, Brasnorte/MT, Feliz Natal/MT, Juína/MT, Marcelândia/MT, São Félix do Xingu/MT, Dom Eliseu/PA, Marabá/PA e Paragominas/PA. Além desses, por meio do Fundo Amazônia (BNDES), mais 10 Municípios realizarão o CAR de suas propriedades. Assim, ao final de 2010, espera-se que ao menos 19 Municípios tenham concluído essa atividade.

d) Protocolo Verde

A Carta de Princípio para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Protocolo Verde, foi revisada em 2008 pelos Ministérios do Meio Ambiente, Fazenda, Integração Nacional, Agricultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e bancos públicos, com o objetivo de atender aos desafios socioambientais atuais. A revisão do Protocolo Verde permitiu a mencionada adesão dos bancos privados, que assinou o referidos protocolo de intenções, bem assim a celebração de outros pactos, compreendendo outros setores da iniciativa privada, como os citados supermercados e frigoríficos. Trata-se de um compromisso histórico desses

setores para uma gestão ambiental mais eficaz, com o reconhecimento da magnitude dos problemas ambientais da atualidade, sobretudo as mudanças do clima.

e) Política Nacional dos Serviços Ambientais

O Governo enviou ao Congresso Nacional, em 2009, o Projeto de Lei nº 5.487, que institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais, o Programa e o Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais. A política proposta pelo Poder Executivo cria o citado Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), um instrumento para viabilizar a aplicação para esse pagamento de uma parcela de até 40% dos recursos de que trata o inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 1997 (percentual da participação especial na exploração do petróleo, a ser aplicada pelo MMA) e de outras fontes possíveis, inclusive internacionais.

O pagamento será destinado aos provedores de serviços ambientais da natureza, organizados nos seguintes subprogramas:

- Floresta, que tem como finalidade atender os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, assentados de reforma agrária e agricultores familiares, nas seguintes ações: i) reflorestamento de áreas degradadas; ii) conservação da biodiversidade em áreas prioritárias; iii) preservação da beleza cênica relacionada ao desenvolvimento da cultura e do turismo; e iv) formação e melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade;

- Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), que têm por finalidade i) atender aos instituidores das reservas que objetivem a manutenção ou a recuperação de área de extrema relevância para fins de conservação da biodiversidade; e ii) a formação e melhoria de corredores ecológicos entre unidades de conservação de proteção integral; e

- Água, para atender aos ocupantes regulares de áreas situadas em bacias hidrográficas de baixa disponibilidade e qualidade hídrica, priorizando as bacias abastecedoras de sistemas públicos de fornecimento de água para consumo humano ou contribuintes de reservatórios.

Em 2010, estão programadas as seguintes etapas: i) regulamentação da lei, após sua demandada aprovação pelo Congresso Nacional; ii) estruturação administrativa do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais; iii) desenvolvimento dos instrumentos técnicos de gestão do PFPSA – sistema de gerenciamento dos contratos e o Cadastro Federal de PSA; iv) estruturação administrativa do Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais; e v) instituição do Comitê Gestor do PFPSA.

f) Fiscalização

Durante o exercício de 2009, o Governo realizou cerca de 426 operações contra ilícitos ambientais, por intermédio do Ibama, destacando-se: Operação Guardiões da Amazônia; Boi Pirata II/PA; Rei do Gado/PA; Curuá/MT; Turiawaca/MA; Polo Arco de Fogo e Portal da Amazônia/RO; Angustifólia/PR e Impacto Profundo – nos litorais Norte, Nordeste e Sudeste. Nessas operações foram emitidos 20.535 autos de infração, que resultaram no já referido montante de R$ 2,76 bilhões em multas. Quanto à apreensão de madeira, contabilizaram-se 156 mil m^3 e foram embargados 404 mil hectares na Amazônia por ilícitos ambientais.

Realizou-se o monitoramento das áreas embargadas por ilícitos ambientais, mantendo-se sobre elas constante controle por meio de ações fiscalizatórias e cartas-imagem geradas por satélite. Em 2009, foram elaboradas cerca de 4.453 cartas-imagem com indicativos de desmatamento, para subsidiar planejamento de operações federais contra o desmatamento ilegal.

Visando ao fortalecimento e aprimoramento da fiscalização ambiental, foram estabelecidas, para 2010, as seguintes ações prioritárias: executar o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental; implementar o processo de padronização e capacitação dos agentes ambientais federais; implementar as diretrizes estabelecidas nos Planos: Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), Plano Emergencial de Fiscalização da Pesca da Lagosta e Plano de Combate ao Desmatamento da Mata Atlântica; fortalecer a capacidade de monitoramento ambiental, por meio da contratação de servidores e da integração dos bancos de dados e sistemas das Superintendências do Ibama; fortalecer as articulações interinstitucionais para as ações de comando e controle; concluir o fortalecimento do Sistema Compartilhado de Informações Ambientais (Siscom), por meio da integração dos bancos de dados com Oemas, Incra e Sipam; concluir o sistema de cadastramento de alvos de desmatamento; combate ao tráfico de animais silvestres e intensificação das operações de fiscalização de fauna e controle de criadouros; e preparar as equipes de fiscalização para o combate à biopirataria e para ações de biossegurança.

g) Resíduos Sólidos Urbanos

Em relação à política de gestão dos resíduos sólidos urbanos, destaca-se, no exercício de 2009, o apoio para a elaboração de Planos Estaduais e/ou Regionais de Gestão Integrada de Resíduos com os Estados do Amazonas, Mato Grosso e Paraíba e com as Regiões de Capão da Canoa/RS, Bagé/RS, Sumaré/SP, Amparo/SP e Altamira/PA, para promover a regionalização dos serviços e a articulação e cooperação intermunicipal e interfederativa. O objetivo final desse processo, a partir do planejamento regional, é a busca da sustentabilidade dos serviços públicos de coleta e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos.

O Governo atua na gestão dos resíduos sólidos de forma a garantir a sustentabilidade, priorizando a aplicação de recursos por intermédio de consórcios públicos interfederativos e com modelo tecnológico que privilegia a redução, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos gerados, por meio de programas de educação ambiental e um conjunto de instalações para processamento desses resíduos. Dessa forma, em 2009, foram priorizados 14 consórcios públicos intermunicipais e inter federativos nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Piauí e Maranhão, beneficiando 192 Municípios. Nas ações está prevista a implantação de 38 aterros sanitários convencionais, 29 aterros sanitários de pequeno porte, o encerramento ou a remediação de 191 lixões, a implantação de 69 unidades de compostagem, de 79 galpões de triagem e 6 Estações de Transbordo. Em relação aos Resíduos da Construção e Demolição, foram previstos 74 Pontos de Entrega Voluntária, 4 Áreas de Transbordo e Triagem e 12 aterros de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), totalizando 502 intervenções e empreendimentos.

Também merece destaque a ação para acompanhar o processo de elaboração de projetos básicos para tratamento e disposição final de resíduos sólidos em vários Municípios na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Bacias Receptoras de integração desse rio com as bacias do Nordeste Setentrional, de maneira a atender o previsto no processo de licenciamento ambiental das obras da integração. Está prevista a elaboração de projetos que possam viabilizar mais 18 consórcios públicos intermunicipais e interfederativos, envolvendo 321 Municípios e a realização de 801 intervenções e empreendimentos com o mesmo modelo tecnológico.

Por seu lado, estão sendo firmados convênios com Municípios e consórcios públicos visando ao fortalecimento institucional de suas estruturas para a gestão integrada e associada de resíduos sólidos, com base na Lei nº 11.107, de 2005, compreendendo os Estados integrantes das Bacias Hidrográficas dos Rios São Francisco e Parnaíba, bem como o Município de Ariquemes/RO.

Com a finalidade de fortalecer a gestão dos resíduos sólidos, foram estabelecidas para 2010 as seguintes prioridades: i) apoio à implantação e operacionalização dos consórcios públicos de resíduos sólidos; ii) acompanhamento das intervenções e empreendimentos em resíduos sólidos projetados; e iii) implantação de plantas de processamento e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos com garantia de sustentabilidade na operação dos empreendimentos.

h) Recursos Hídricos

No setor de Recursos Hídricos, entre as atividades desenvolvidas no exercício de 2009, estão o apoio técnico e financeiro à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; o desenvolvimento do enfoque ecossistêmico aplicado à Gestão Integrada de Recursos Hídricos; o desenho institucional do Observatório das Águas; o desenvolvimento da Matriz de Coeficientes Técnicos de Consumo de Água nos processos produtivos; o apoio à elaboração do Programa Nacional de Águas Subterrâneas; e o desenvolvimento do Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que funcionará integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Entre as atividades relacionadas à mobilização estão a preparação para a 1ª Pré-Conferência Nacional de Águas, a ser realizada em março de 2010; a Conferência Nacional de Saúde Ambiental (CNSA); a realização do I Seminário Nacional de Capacitação e Educação Ambiental; a atuação nos Processos Formativos do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata; e a participação na formação da Rede de Telecentros, com a inclusão de Comitês de Bacia Hidrográfica.

No âmbito da Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços e Cooperação Internacional, merecem destaque, em 2009, os avanços da Cooperação Brasil-Argentina em gestão integrada de recursos hídricos (formação de capacidades e o fortalecimento institucional entre os países), bem como o planejamento e a realização do Curso sobre Governabilidade de Água na Ibero-América, no âmbito da Conferência de Diretores Gerais de Água da Ibero-América.

h.1) Atlas de Abastecimento Urbano de Águas

Foi publicado, em dezembro de 2009, o Atlas de Abastecimento Urbano de Água das Regiões Nordeste e Sul e das Regiões Metropolitanas, que contempla os estudos referentes às alternativas de abastecimento para os Municípios, tendo como objetivo consolidar o planejamento da oferta de água para cada sede municipal, a partir do diagnóstico dos mananciais, da infraestrutura hídrica existente e da identificação das melhores alternativas técnicas que garantam o atendimento das demandas para o abastecimento humano até o ano de 2025.

O Atlas Regiões Metropolitanas contempla todas as regiões metropolitanas do País, capitais de Estado e cidades com população superior a 250 mil habitantes. O Atlas Sul abrange todas as sedes municipais dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e o Atlas Nordeste todas as sedes municipais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco,

Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais, além das sedes com mais de 5 mil habitantes, situadas no Estado do Maranhão e na Bacia do Rio São Francisco. No total, são cerca de 3 mil sedes municipais e 110 milhões de habitantes, contemplando quase 80% da população urbana do Brasil.

As alternativas resultaram em uma previsão de investimentos da ordem de R$ 18,2 bilhões para o aproveitamento de novos mananciais e a ampliação de sistemas de produção de água. O escopo dos trabalhos inclui, também, a indicação das ações de coleta e tratamento de esgotos necessárias para a proteção das captações utilizadas para abastecimento urbano, resultando em volume de investimentos similar. Os resultados estão disponíveis na Internet (www.ana.gov.br/atlas).

Estão previstos para iniciar, em 2010, os trabalhos de complementação dos estudos para o restante do Brasil, contemplando todas as demais sedes municipais. Os resultados estão disponíveis em Resumos Executivos, permitindo amplo acesso ao planejamento e às soluções técnicas para cada Município.

h.2) Conjuntura dos Recursos Hídricos

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), por meio da Resolução nº 58 de janeiro de 2006, atribuiu à Agência Nacional de Águas (ANA) a responsabilidade pela elaboração do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, de forma sistemática e periódica. Esse documento tem como principal objetivo apresentar aos gestores de recursos hídricos e à sociedade uma visão ampla e integrada da situação dos recursos hídricos e de sua gestão no País e sua evolução ao longo do tempo.

Em 2009, a ANA lançou o primeiro Relatório de Conjuntura, abrangendo dois grandes grupos temáticos: situação dos recursos hídricos, que caracteriza, fundamentalmente, os recursos hídricos sob o ponto de vista da quantidade e da qualidade das águas; e a situação da gestão dos recursos hídricos, que apresenta os instrumentos de gerenciamento, as questões legais e institucionais da Política Nacional de Recursos Hídricos, dentre outros aspectos.

h.3) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas

Destacou-se, no exercício de 2009, a aprovação do Plano da Bacia do Tocantins-Araguaia, pelo CNRH, propiciando a identificação das potencialidades naturais da região e de seu papel estratégico no desenvolvimento do País. Esse plano define diretrizes para a gestão dos recursos hídricos, com a indicação de áreas a serem preservadas e prioridades para o desenvolvimento, buscando promover os usos múltiplos dos recursos hídricos: hidroenergia, navegação e irrigação. O arranjo institucional proposto (Colegiado Gestor e GTs de Irrigação e Apoio a Implementação) para implementação da gestão na bacia e internalização do plano no âmbito do Governo Federal é um caminho novo a ser testado pelo sistema de recursos hídricos.

O Plano da Bacia do Rio Doce, cuja elaboração foi iniciada em 2009, inovou na concepção do termo de referência, ao criar o conceito de Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia (PIRH) e de Planos de Ação de Recursos Hídricos (PARHs) das sub-bacias contribuintes, propiciando a superação de dificuldades relevantes na articulação institucional. Além disso, merecem destaque o arranjo institucional para acompanhamento do plano, o treinamento prévio do Grupo Técnico de Acompanhamento (GAT) e a proposta de enquadramento dos rios. Para 2010, está prevista a contratação do Plano da Bacia do Paranaíba, que incorpora a inserção da proposta formal de enquadramento e destaca a situação da irrigação nessa bacia.

h.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas objetiva promover a recuperação, a conservação e a preservação das bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental, bem como promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes de ações humanas com elevado comprometimento ambiental. Atualmente, o Programa atua nas Bacias dos Rios Tocantins-Araguaia, Paraíba do Sul, Parnaíba, Sinos, Alto Paraguai (Pantanal) e São Francisco. Destaca-se, em 2009, a conclusão dos projetos de recuperação e preservação de microbacias no Alto São Francisco, que são referência para revitalização do São Francisco, nos Municípios de Luz, Pains, Martinho Campos e Pedra do Indaiá/MG. Esses projetos possibilitaram a revitalização e educação ambiental, por meio de conservação de solo, medições de quantidade e qualidade das águas, cercamento de nascentes, readequação de estradas vicinais, plantio em áreas de mata ciliar e de recarga de lençol freático, além de captações de águas pluviais mediante a construção de microbarragens (barraginhas). Merece destaque, também, a continuidade das atividades dos quatro Centros de Referências em Recuperação de Áreas Degradadas. O objetivo desses Centros é efetivar-se como referência para a produção de modelos apropriados de recuperação de áreas degradadas, que serão reproduzidas em larga escala no Alto São Francisco.

Ainda em 2009, foram desenvolvidos projetos de controle de queimadas, que têm por fim controlar e reduzir o uso do fogo em atividades agropecuárias, de forma a reduzir incêndios florestais na Bacia do São Francisco. Foram realizados cursos de formação de brigadas e de formação de multiplicadores/extensionistas em queima controlada e o Projeto SOS São Francisco, visando a mobilizar e implementar ações para a proteção, recuperação e monitoramento das Áreas de Preservação Permanente e das Reservas Legais localizadas nas propriedades rurais às margens desse rio. Iniciou-se, ainda no ano passado, o processo para a revisão do Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2004-2013, importante ferramenta para um novo direcionamento das ações de revitalização naquela região hidrográfica.

No tocante à Bacia do Alto Paraguai, na sua porção Sul-Matogrossense, serão executadas em 2010 a recuperação de 18 km de matas ciliares ao longo do Rio Aquidauana, o terraceamento de 1.200 hectares, a adequação de 3 km de estradas rurais e a estabilização de 2 processos erosivos (voçorocas), culminando com o plantio de 32 mil mudas de espécies florestais nativas. Será, também, elaborado o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) das nascentes do Rio Paraguai e a recuperação de áreas degradadas.

Na Bacia dos Rios Tocantins-Araguaia, serão recuperados 7 km de Áreas de Preservação Permanentes no perímetro urbano do Município de Aruanã/GO, e plantadas 119 mil mudas de essências florestais nativas. Para o ano de 2010, está prevista a implementação de parques fluviais municipais, que contribuem para a recuperação de áreas urbanas degradadas; a consolidação dos centros de referência; e o prosseguimento das ações já em fase de implementação para o desenvolvimento sustentável do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai, do Tocantins-Araguaia e do Paraíba do Sul.

h.5) Cobrança pelo Uso da Água

Dentre os instrumentos de gestão de recursos hídricos que se encontram em desenvolvimento pela ANA, a cobrança pelo uso da água, prevista na Lei nº 9.433, de 1997, representa um enorme avanço para a conservação desses recursos. A premissa de

sua implementação é que a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, razão pela qual a cobrança pela sua utilização não constitui imposto, mas um preço público, fixado a partir de um pacto entre os usuários de água, sociedade civil e Poder Público, no âmbito do Comitê de Bacia, com o apoio técnico do Governo.

Os recursos financeiros da cobrança são aplicados na bacia em que foram arrecadados, com base em critérios técnicos aprovados pelo Comitê da respectiva bacia, também conhecido como "Parlamento das Águas". O processo de seleção dos projetos prioritários, serviços e obras a serem beneficiados é conduzido pela Agência de Água ou entidade delegatária das funções de Agência, instalada na bacia hidrográfica.

Em 2010, na Bacia do Rio São Francisco, será implementada a cobrança pelo uso da água. A decisão, tomada pelo Comitê da Bacia, durante plenária realizada na cidade de Três Marias/MG, em 2009, engloba os usuários da água do São Francisco, tais como: empresas de saneamento das cidades ribeirinhas, indústrias, fazendas e o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. O início da cobrança ainda depende da aprovação, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), dos mecanismos e valores a serem praticados e da instalação da agência de água da bacia, processo que deverá ocorrer neste exercício.

i) Licenciamento Ambiental

Em 2009, deu-se continuidade à estratégia de articulação entre os entes integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e órgãos setoriais, visando ao estabelecimento de uma agenda nacional para o aprimoramento do licenciamento ambiental. Também foram desenvolvidos procedimentos, normas, capacitação para os sistemas de licenciamento ambiental, inclusive apoio ao desenvolvimento de sistemas de informação sobre licenciamento ambiental, em especial o Sistema de Licenciamento Ambiental Federal (SisLic). Avançou-se na inserção da dimensão ambiental no planejamento e na gestão das agendas setoriais, tais como energia, petróleo e gás natural.

Com a finalidade de consolidar a integração das políticas ambiental e setoriais, deu-se continuidade ao projeto Desenvolvimento Metodológico e Tecnológico para a Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica. Aplicada ao processo de análise da viabilidade ambiental de empreendimentos hidrelétricos, o projeto-piloto está sendo aplicado na Bacia do Rio Uruguai. Esse projeto está sendo executado em parceria com as Universidades Federais de Santa Maria e do Pampa, envolvendo os órgãos ambientais estaduais dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, contando ainda com a participação do setor elétrico (Ministério de Minas e Energia, Eletrosul e outros). Em maio de 2009, foi concluída a primeira etapa desse projeto, que se refere à análise ambiental dos Rios Pelotas e Uruguai e a definição de diretrizes para orientar o licenciamento ambiental do Ibama para os empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 30MW nesses rios. A previsão é que o projeto seja finalizado em 2010.

O quadro a seguir apresenta o balanço geral das licenças concedidas pelo Ibama, em 2009, sendo que para os empreendimentos do PAC foram concedidas 83 licenças.

Estatística de Licenças Emitidas pelo Ibama – 2009

Tipos	Quantidade
Licença Prévia	39
Licença de Operação	89
Licença de Instalação	92
Autorização de Supressão de Vegetação	74
Prorrogação de Licença Prévia	1
Renovação de Licença de Operação	27
Prorrogação de Licença de Instalação	12
Retificação de Licença de Instalação	3
Retificação de Licença de Operação	20
Retificação de Licença Prévia	1
Licença Prévia para Perfuração	9
Renovação de Licença Prévia para Perfuração	1
Retificação da Renovação de Licença de Instalação	1
Retificação da Renovação de Licença de Operação	6
Renovação de Autorização de Supressão de Vegetação	19
Retificação de Autorização de Supressão de Vegetação	17
Licença de Operação – Regularização	2
Licença de Pesquisa Sísmica	10
Autorização para Abertura de Picada	4
Retificação da Renovação da Licença de Pesquisa Sísmica	1
Retificação da Licença de Pesquisa Sísmica	4
Retificação da Renovação de Licença Prévia de Perfuração	1
Total	**433**

Fonte: Sistema de Licenciamento Ambiental Federal (SisLic).

Está prevista, para 2010, a elaboração do Manual de Diretrizes Gerais para a realização da avaliação ambiental estratégica, bem como de manuais para o licenciamento de fontes renováveis de energia e de transportes. Também, serão definidos procedimentos gerais para o licenciamento de fontes renováveis de energia e realizados estudos para a inclusão da variável "emissões de gases de efeito estufa" nas avaliações de impactos ambientais.

j) Zoneamento Ecológico Econômico

Na área do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que se constitui em fundamental instrumento de gestão ambiental, foi iniciado o desenvolvimento, em 2009, do Projeto de Macrozoneamento da Amazônia Legal, um instrumento de integração regional, bem como de pactuação em torno de um novo modelo de desenvolvimento voltado para a adoção de padrão produtivo, com base na diversidade regional. Para tanto, elaborou-se marco teórico conceitual contemplando amplo levantamento de dados a partir de informações de órgãos federais e estaduais e outros estudos, balizando proposições relacionadas às

unidades territoriais e respectivas estratégias. Tais informações e propostas foram submetidas à consulta em reuniões setoriais envolvendo o setor empresarial, agências de fomento, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, organizações não governamentais, academia e setor governamental. Essas propostas também foram debatidas com os Estados da região, tendo em vista a necessidade de compatibilizar os zoneamentos estaduais ao Macrozoneamento da Amazônia Legal. Em 2010, será realizada a consulta pública do documento resultado desse trabalho, devendo ser o macrozoneamento formalmente instituído pelo Poder Executivo, ainda neste exercício.

Destaca-se também a execução do Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia, na escala de 1:100.000, que digitalizou, atualizou e validou as bases cartográficas analógicas elaboradas pelos Estados da região e produziu cartas para os vazios cartográficos, oferecendo nova capacidade para a gestão ambiental e territorial da Amazônia. Merece registro, também, o fato de que, em maio de 2009, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprovou o ZEE do Oeste do Estado do Pará, aumentando significativamente as áreas da Amazônia abrangidas pelo Zoneamento.

No ZEE da Bacia Hidrográfica do São Francisco, foram concluídos os Diagnósticos do Meio Físico, Meio Biótico, Socioeconômico e Jurídico-Institucional, já disponíveis na Internet. Em 2010, serão concluídos os prognósticos para a gestão ambiental e territorial da bacia. O Macrozoneamento do Nordeste, em 2010, terá seu arranjo inicial concluído para o início de elaboração dos diagnósticos para a sua construção. Foi elaborado, também em 2009, o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, coordenado pelo MAPA e executado pela Embrapa, resultando em medida fundamental para assegurar a expansão ordenada e sustentável da produção de etanol, conferindo competitividade ao produto brasileiro no mercado nacional e internacional.

Em 2009, o Projeto Orla, no âmbito do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, consolidou arranjos estaduais de gestão integrada da orla marítima, fortalecendo a rede do projeto, que envolve a União, os 17 Estados costeiros e cerca de 400 Municípios, incluindo gestores públicos e sociedade civil. A partir do Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil, publicado em 2008, as ações foram orientadas para a definição de macrodiretrizes de regulação e ordenamento dos vetores de pressão sobre a zona costeira, destacando urbanização, petróleo e gás, portos, turismo e maricultura. Dentre as prioridades de 2010, destacam-se atividades relativas ao gerenciamento costeiro, especialmente as voltadas para o enfrentamento dos efeitos da mudança do clima.

k) Povos e Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) avançou consideravelmente, em 2009, por meio da inserção econômica dos povos e comunidades tradicionais como atores econômicos. Um dos principais instrumentos para esse avanço foi a criação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), executado pelo Governo por intermédio do MMA, MDA, MDS e Conab. Esse Plano veio consolidar os investimentos iniciados, ainda em 2008, em 10 cadeias produtivas (açaí, andiroba, babaçu, borracha, buriti, carnaúba, castanha-do-brasil, copaíba, pequi e piaçava), resultando na implantação de 2 cadeias nacionais (castanha-do-brasil e babaçu) e 8 cadeias territoriais.

Foi consolidada a inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo sido criados ou adequados preços mínimos para 7 produtos da sociobiodiversidade, que viabilizaram a subvenção da ordem de R$ 500 mil para 1.800 famílias extrativistas, indicando enorme potencial dessa política para 2010.

Ampliou-se o acesso dos produtos da sociobiodiversidade ao mencionado Programa de Aquisição de Alimentos e também a oportunidade de mercados institucionais para esses produtos, com a promulgação da referida Lei nº 11.947, de 2009, determinando que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos diretamente pela agricultura familiar, priorizando-se comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades quilombolas. Esse processo possibilita resultados diretos na renda dessas populações e agregação de valor aos produtos.

l) Concessão Florestal

As concessões florestais para manejo implicam na realização de levantamentos socioeconômicos, de estudos de viabilidade econômica e da elaboração de editais de licitação. As áreas a serem concedidas devem estar previamente identificadas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas e no Plano Anual de Outorga Florestal, ambos instrumentos desenvolvidos pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Em outubro de 2009, sob essas condições, foi lançado o edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Estado do Pará. As três unidades de manejo florestal disponibilizadas para licitação totalizam aproximadamente 140 mil hectares e visam a fomentar o desenvolvimento sustentável no oeste daquele Estado e dinamizar, em especial, a economia dos Municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, com a geração de cerca de mil empregos. Ainda no ano passado, por meio do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, foram identificadas áreas no País, totalizando aproximadamente 239 milhões de hectares. Além disso, foi publicado o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF 2010), que indicou as áreas passíveis de serem submetidas ao processo de concessões florestais.

Dentre as políticas implementadas no ano de 2009, destaca-se o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, destinado a fortalecer a atividade florestal comunitária, por meio de instrumentos legais de apoio e fomento voltados às peculiaridades do manejo florestal praticado por agricultores familiares e comunidades tradicionais. A principal inovação é a efetivação de uma rotina anual de planejamento e execução de ações, com envolvimento dos diferentes órgãos federais, estaduais e da sociedade civil, para tornar efetivos os instrumentos de crédito, assistência técnica, capacitação, infraestrutura e comercialização. Para tanto, foi elaborado o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário para 2010, com a participação de diferentes setores do governo e da sociedade civil.

Foi concluída, também, a metodologia de implementação do primeiro Inventário Nacional de Florestas, estudo que será publicado a cada cinco anos e que permitirá conhecer, em detalhes, as florestas do Brasil, suas espécies, estrutura, estoques de carbono associados, entre outros aspectos. Está prevista para 2010 a implementação do Inventário Florestal Nacional em dois Biomas brasileiros: Caatinga e Mata Atlântica. Ainda neste exercício serão priorizadas i) a assinatura dos Contratos de Concessão Florestal em Saracá-Taquera; ii) a disponibilização para consulta pública da Minuta do Edital de Concessão Florestal da Flona de Amana (área de aproximadamente 350 mil hectares), no Estado do Pará; e iii) o início do Processo de Concessão Florestal nas Florestas Nacionais de Jacundá, no Estado de Rondônia, Crepori e Trairão, ambas localizadas no Estado do Pará. Ademais, estima-se para 2010 o registro de 250 milhões de hectares de florestas públicas no respectivo Cadastro Nacional.

m) Esfera Internacional

O Brasil engajou-se ativamente no processo negociador, que culminou na mencionada 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague. No plano interno, adotou objetivos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa. Obteve apoio amplo na Assembleia-Geral da ONU (AGNU) para a proposta de realizar, em 2012, nova conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Rio+20). Na presidência dos Países Megadiversos Afins, trabalhou pela adoção, em 2010, de regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios pela Convenção sobre Diversidade Biológica.

Na Parceria Estratégica Brasil-França, deu-se início à implementação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica e do Comitê Binacional do Protocolo para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico. No Foro das Nações Unidas sobre Florestas, adotou-se decisão sobre possível fundo global sobre florestas.

Em 2010, o Brasil terá participação nos seguintes fóruns: COP-16, no México, 4ª Assembleia do Fundo para o Meio Ambiente Global; 15ª Conferência da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção; 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade Biológica; e de eventos ligados ao Ano Internacional da Biodiversidade. Na Comissão da Baleia, o País seguirá buscando reduções substantivas nas capturas. Participará também das negociações de acordo internacional sobre responsabilidade e compensação por danos causados por organismos geneticamente modificados, no âmbito do Protocolo sobre Biossegurança.

10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) têm papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do País. As políticas públicas nessa área direcionam-se prioritariamente a atender os anseios e as demandas da sociedade civil, trabalhando sempre em parceria com os governos Estaduais e Municipais, os setores produtivos da economia, as entidades representativas da sociedade e os diversos atores do desenvolvimento nacional inseridos dentro da Administração Pública Federal. Os esforços e os investimentos mostram o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação em todas as áreas. No decorrer de 2009, as ações e estratégias empregadas pelo Governo para o desenvolvimento e o fortalecimento da ciência, da tecnologia e da inovação, estabelecidas dentro do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (Pacti 2007-2010) apresentaram resultados expressivos, decorrentes dos investimentos realizados.

Os investimentos totais do Governo, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), cresceram de R$ 2,8 bilhões, em 2003, para R$ 7,2 bilhões em 2009, o que representa um crescimento nominal de 257%. Na mesma dinâmica, os recursos aplicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em pesquisa científica, no desenvolvimento de tecnologias e em ações concretas para inovação industrial saltaram de R$ 0,6 bilhão, em 2003, para R$ 2,9 bilhões, em 2009. Para 2010, está prevista a destinação de R$ 3 bilhões para o FNDCT.

O sinal da importância crescente do setor de CT&I no esforço nacional para o desenvolvimento do País pode ser evidenciado pela evolução do dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos últimos sete anos. Enquanto em 2003 o dispêndio representava 0,96% do PIB, em 2008 esse indicador atingiu 1,13% do PIB. Nesse processo, deve-se registrar o crescimento da

participação do investimento empresarial em P&D. Em 2003, o setor empresarial participava com 0,44% do PIB, passando para 0,52%, em 2008.

A maior atenção dada pelo Governo à área de CT&I mostra que os investimentos têm refletido diretamente na expansão e na consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, no incremento das estratégias de inovação tecnológica, no incentivo efetivo à pesquisa, no desenvolvimento e na inovação em áreas estratégicas, assim como no processo de direcionamento do modelo de ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social.

O avanço no fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I envolve diretamente o incremento do universo de cientistas e pesquisadores em todo o País. Em 2009, o Brasil alcançou um volume total de 79.124 bolsas (Brasil e exterior), concedidas pelo CNPq. Na comparação entre outubro de 2008 e outubro 2009, o número de bolsas cresceu 15%. Somente em 2009, o CNPq disponibilizou 19.215 bolsas de mestrado e doutorado, caracterizando evolução de 9%, relativamente ao número do ano anterior (17.643). Considerando-se as bolsas de Doutorado e Doutorado-Sanduíche, no exterior, o número total chegou a 19.523 bolsas.
O Brasil avançou no cenário nacional e internacional, tornando-se referência na área científica e tecnológica. A produção científica nacional, medida pelo número de artigos indexados na base de dados internacional *Thomson Reuters* (ISI), cresceu 56% em 2008, em relação a 2007. O País passou da 15ª para a 13ª colocação no ranking mundial, ultrapassando países com longa tradição científica, como Rússia e Holanda. O salto foi bastante expressivo, quando se observa que em 2003 o Brasil produzia apenas 12,7 mil artigos científicos por ano e em 2008 a produção foi de mais de 30 mil. Algumas das instituições de pesquisa brasileiras tornaram-se verdadeiros centros de referência mundial em produção de conhecimento científico. Segundo ranking divulgado pelo *Cybermetrics Lab*, entre as 150 instituições científicas mais acessadas na Internet em todo o mundo estão cinco brasileiras: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e (44º lugar); a Embrapa (88º); a Fundação Oswaldo Cruz (112º); o CNPq (140º); e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (148º). No total, o Brasil tem mais de 50 repositórios institucionais (bibliotecas digitais contendo a produção científica de uma instituição). A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) já dispõe de 125.934 dissertações/teses cadastradas na sua base de dados, vinculadas a 90 instituições de ensino e pesquisa, que podem ser integralmente acessadas.

A presença brasileira no cenário da pesquisa científica internacional envolve a participação de pesquisadores do MCT, por meio do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), com o avanço da integração à rede de computadores que processa dados do maior acelerador de partículas do mundo, o Grande Colisor de Hádrons, mais conhecido pela sua sigla em inglês: LHC. Os cientistas brasileiros estão integrados aos cientistas dos países associados ao Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN). No LHC, projeta-se o experimento de grande repercussão mundial. Esse experimento ambiciona promover choque entre partículas para tentar reproduzir as condições que teriam surgido frações de segundo após o *Big Bang* da criação do universo. Participar desse esforço internacional é um demonstrativo de competência dessa renomada unidade de pesquisa, no sentido de elucidar questões sobre a origem da matéria.

Em relação às iniciativas a serem realizadas em 2010, destaca-se a conclusão do processo de avaliação dos projetos apoiados pelos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia no período entre 1999 e 2009. Os Fundos Setoriais constituem um mecanismo inovador de estímulo ao fortalecimento do Sistema de C&T nacional. Os Fundos têm como objetivo garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento para a área e, em simultâneo, a criação de um novo modelo de gestão, fundado na participação de vários segmentos sociais, no estabelecimento de estratégias de longo prazo e na definição de prioridades, com foco nos resultados. Outra

importante iniciativa será a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser realizada nos dias 26 a 28 de maio de 2010, com o título "Política de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação com vista ao Desenvolvimento Sustentável". Representará uma oportunidade para que acadêmicos, Governo, empresários e organizações não governamentais reflitam sobre as medidas para que, nos próximos 10 anos, o Brasil alcance o desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente democrático. Entre os assuntos em pauta na Conferência estarão a construção da cultura científica, as responsabilidades e ações sociais de organismos públicos e privados, a cidadania, a sustentabilidade e a educação. Terá, entre outros, os temas centrais focados nos eixos do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (Pacti 2007-2010): Consolidação do Sistema Nacional de CT&I; Inovação Tecnológica nas Empresas; Áreas Estratégicas e CT&I; e Inovação para o Desenvolvimento Social.

a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

A efetividade da pesquisa científica e tecnológica no País e sua aplicação social por meio da transferência de tecnologias e de instrumentos indutores da inovação implicam a expansão e a consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. As ações do Governo caminham na direção de dotar a infraestrutura adequada para as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), os Institutos de Pesquisa Tecnológicas (IPTs) e as Unidades de Pesquisa (UPs), vinculados ao MCT, para alavancar o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação. É necessário que se dê atenção especial à formação de recursos humanos qualificados, tanto para o setor público quanto para a iniciativa privada, assim como a abertura de oportunidades de intercâmbios com centros de pesquisas internacionais, incentivando a cooperação com outros países para a troca de experiências e de conhecimentos entre pesquisadores brasileiros e do exterior.

a.1) Recursos Humanos

O CNPq tem sido agente decisivo na Formação de Recursos Humanos para CT&I. Além das bolsas em outras modalidades, como mestrado e doutorado, foram disponibilizadas, em 2009, 8.670 bolsas de Iniciação Científica Júnior, concedidas às Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs) e à Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). Em volume de recursos financeiros, os diversos editais para concessão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado em áreas ou setores estratégicos do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (Pacti), entre os quais podem ser mencionados microeletrônica, setor mineral e de recursos hídricos, alcançaram em conjunto um valor aproximado de R$ 28 milhões, em 2009. Para 2010, a concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) terá um incremento de 10%. Também está previsto o aumento da concessão de Bolsas DT (Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora), o que deve dobrar o número atual, chegando a 400 bolsas.

No que diz respeito às bolsas direcionadas especialmente para as áreas relacionadas à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e aos objetivos estratégicos nacionais, o CNPq contabilizou, em 2009, 48.813 bolsas implementadas, considerando-se as modalidades de formação e de pesquisa, nas áreas de Ciências Agrárias, Biológicas, Saúde, Exatas, da Terra, Engenharias e Computação, o que representa um aumento de 7,5% relativamente ao número do ano anterior.

A política de Formação de Recursos Humanos do Governo vem buscando, sobretudo, o equilíbrio regional na distribuição das bolsas, evidenciando-se, nos dois últimos anos, que o esforço realizado para a superação das disparidades regionais começa a mostrar resultado e destaca-se o crescimento das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que evoluíram, no período, 19%, 16%

e 11,5%, respectivamente. Destacam-se também editais estaduais do Programa RHAE-Pesquisador na Empresa, realizados em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) de 9 Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, visando cada vez mais a estimular o desenvolvimento tecnológico regional. Em 2009, o programa alcançou o valor de R$ 26 milhões, contemplando 172 empresas. Em 2010, a expectativa é destinar R$ 40 milhões, originários dos Fundos Setoriais, para o lançamento de novos editais. No âmbito do Programa de Capacitação Institucional PCI/MCT, que tem a finalidade de agregar de forma temporária a contratação de especialistas para a implementação de projetos específicos de pesquisa junto às UPs, foram concedidas 2.586 bolsas do Programa de Capacitação Institucional, sendo 1.213 bolsas de longa duração e 1.373 bolsas de curta duração.

a.2) Infraestrutura

Em 2009, o Programa Proinfra, operacionalizado pela Finep, que tem por objetivo apoiar a execução de projetos institucionais de implantação, modernização e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior ou de pesquisa, aprovou projetos de 119 instituições, no valor de R$ 360 milhões, aumentando em 225% o valor repassado em 2008. Também foi lançado o Edital Novos Campi, com o objetivo de implantação de infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nas novas universidades federais e nos campi fora das sedes das universidades federais. Foram aprovados projetos de 41 instituições no valor total de R$ 60 milhões.

No contexto da infraestrutura para pesquisa, o Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa expande o alcance da atual Rede (RNP), abrangendo todo o País e integrando, em alta velocidade, cerca de 600 organizações federais e estaduais de educação e pesquisa. O *backbone* nacional Multigigabit (conexões de rede de alta velocidade e desempenho), que alcançou 10 Estados em 2009, atingirá 24 Estados em 2010, com conexões de alta capacidade – até 10 gbps. Também integrará diretamente os países do Mercosul para colaboração em educação, pesquisa, saúde e cultura. A expansão e a conexão das redes físicas de comunicação de dados nas capitais e polos do interior constituirão um grande patrimônio para a educação e a pesquisa nos próximos 20 anos, pois permitirá a aceleração da velocidade de forma virtualmente ilimitada a um custo bastante reduzido. Essas conexões de rede de alta velocidade e desempenho irão contribuir diretamente para a formação de professores para as escolas, por meio da Universidade Aberta do Brasil; e para a geração e o uso de conteúdos digitais, seja na pós-graduação, seja na educação tecnológica. Até 2009, a RNP já integrou 78 campi de Instituições Federais de Educação Superior (IFES), Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) e Unidades de Pesquisa (UPs) localizados no interior do País.

Na área da saúde, foram interligados 35 Núcleos de Telemedicina à Rede Universitária de Telemedicina (RUTE) e iniciou-se a terceira etapa, que contempla 75 hospitais de ensino para educação e capacitação, em conjunto com o Programa Nacional de Telessaúde. No universo da cultura, a nova RNP irá interligar as principais instituições do setor no Rio de Janeiro e em São Paulo, em alta velocidade, como a Biblioteca Nacional e a Cinemateca Brasileira. Vale salientar os 123 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), com orçamento total de R$ 606 milhões, dos quais 60% já foram repassados em 2009. Os INCTs articulam os melhores grupos de pesquisa em áreas de fronteira da ciência e em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do País, impulsionam a pesquisa científica básica e fundamental competitiva internacionalmente e estimulam o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica de ponta, associada a aplicações para promover a inovação em empresas.

a.3) Unidades de Pesquisa

Diversas iniciativas vêm melhorando e ampliando a estrutura das Unidades de Pesquisa (UPs) vinculadas ao MCT. Essas ações visam a dotar o País de um parque científico e tecnológico capaz de atender às necessidades do desenvolvimento econômico e social, integrando o Brasil à pesquisa de ponta desenvolvida em outras nações. As UPs aprofundaram sua capilaridade regional para consolidar a gradativa expansão nacional. Infraestruturas laboratoriais e de pesquisa e administração institucional foram executadas em conjunto com a contratação de novos pesquisadores, por intermédio de concursos públicos.

No último ano, foram fortalecidos os Núcleos Regionais do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), por meio da recuperação das instalações físicas e prediais dos núcleos nos Estados de Rondônia, Acre e Roraima; e da ação coordenada da pesquisa. Foi fortalecido o Núcleo Regional de Caxiuanã do Museu Paraense Emílio Goeldi/PA, com apoio à infraestrutura local de locomoção fluvial para atividades de deslocamento de cientistas e de educação e popularização da ciência no Barco da Leitura Guilherme de La Penha, no Programa de Floresta Modelo Caxiuanã da Estação Científica Ferreira Penna. Também foi fortalecido o Núcleo Regional do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) no Estado do Espírito Santo e iniciadas as tratativas dos núcleos regionais do Cetem no Estado de Santa Catarina e do Centro Tecnológico da Informação Ricardo Archer (CTI) em Fortaleza/CE.

Em 2009, também, foram finalizadas as construções do Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol junto ao Laboratório Nacional de Luz Síncroton; os prédios da Biblioteca e Sala de Aula e de Gestão e Qualidade de Vida no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; o Prédio da Geofísica no Observatório Nacional; a Linha de Hélio para os Laboratórios de Superfícies e Nanoestruturas e Instrumentação e Medidas; e a reforma do Laboratório de Espectroscopia Mössbauer Jacques Danon (Meteorítica, Mineralogia e Arqueometria) no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Está em fase de conclusão a construção do Prédio da Administração do Instituto Nacional do Semiárido e o Edifício-Sede do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste. Também, está prevista a consolidação do processo de expansão regional das UPs, por meio da implantação do Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal e de núcleos regionais no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) nos Estados do Amazonas, Roraima e Pará; no INPA, em São Gabriel da Cachoeira/AM; no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), no Estado do Amapá; no CTI, em Fortaleza/CE; no Cetem, nos Estados do Piauí, Pernambuco e Santa Catarina; e no Instituto Nacional de Tecnologia (INT), no Estado do Espírito Santo.

b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas

O Governo criou uma série de mecanismos para fomentar pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à inovação. Essas ações compreendem o desenvolvimento de um ambiente favorável à dinamização do processo de inovação tecnológica nas empresas, estimulando a inserção de um maior número de pesquisadores no setor produtivo, a difusão da cultura da absorção do conhecimento técnico e científico e a formação de recursos humanos para inovação. Outra meta é a estruturação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), cujo desafio maior é o apoio ao desenvolvimento das empresas, a oferta da prestação de serviços tecnológicos, principalmente aqueles voltados para a Tecnologia Industrial Básica (TIB). Também existem ações direcionadas à ampliação das incubadoras de empresas e parques tecnológicos, além da viabilização de empresas inovadoras capazes de autogestão. Essas ações se pautam na Lei de Inovação, que estimula parcerias estratégicas e a cooperação entre universidades, institutos de pesquisa públicos e empresas privadas. O objetivo geral é otimizar atividades em PD&I e permitir a geração de tecnologias aplicadas que acelerem o desenvolvimento industrial.

Na área da inovação merece destaque o Edital nº 1, de 2009, que destinou R$ 450 milhões em subvenção econômica para apoio a projetos nas seguintes áreas consideradas estratégicas: Tecnologia da Informação, Biotecnologia, Saúde, Programas Estratégicos, Energia e Desenvolvimento Social; e para o apoio às empresas nascentes inovadoras, no âmbito do Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime). Esse programa tem por objetivo apoiar a estruturação de plano de negócio e o desenvolvimento de novos produtos. Foram lançados, em março de 2009, 17 editais regionais, sendo selecionadas 1.404 empresas para receber R$ 120 mil cada, na forma de subvenção econômica.

Para fomentar a inovação tecnológica no Brasil, o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI) celebrou, em 2009, convênios com 18 incubadoras-âncora, responsáveis pela seleção dos empreendimentos nos Estados para o recebimento da subvenção econômica e repasse direto da verba estatal. Em complementação, no ano de 2009, foi lançado o Edital nº 3/2009 PNI/Finep, no valor de R$ 12 milhões, para incubadoras-âncora para os Estados não contemplados no edital de 2008. Destinaram-se R$ 249 milhões para 2.015 empresas com até dois anos de vida.

O Inova Brasil tem por objetivo financiar Planos de Investimento em Inovação nas Empresas Brasileiras, principalmente as médias e grandes, tomando como referência a Política de Desenvolvimento Produtivo, com taxas de juros equalizadas. Em 2009, foram contratadas 69 operações no valor total de R$ 1,67 bilhão. Também foram alocados, em cinco operações, R$ 2 milhões para apoio às parcerias estratégicas, por meio do Programa Juro Zero, cujo objetivo é estimular a capacidade inovadora das microempresas, empresas de pequeno porte e pequenas empresas brasileiras.

Outro mecanismo que opera como poderoso instrumento de incentivo à inovação tecnológica é a Lei do Bem. Ela oferece a concessão de incentivos fiscais às atividades de PD&I em empresas, a redução do IPI incidente sobre máquinas, equipamentos e componentes para P&D nas empresas e a possibilidade de que as agências de fomento de CT&I subvencionem o valor da remuneração de pesquisadores, mestres ou doutores empregados em atividades de inovação tecnológica em empresas localizadas no território nacional. Em relação a essa Lei, verificou-se o crescimento de 132,87% nos investimentos das empresas em PD&I em 2008, comparando-se com os números de 2006. Isto é, passou de R$ 2,19 bilhões (2006) para R$ 5,10 bilhões (2007) e R$ 8,11 bilhões (2008), mobilizando 130 empresas em 2006, 299 empresas em 2007 e 441 empresas, em 2008, o que implicou R$ 883,9 milhões (2007) e 1,54 bilhão (2008) em renúncia fiscal.

Além da Lei de Inovação e da Lei do Bem, o Sistema Brasileiro de Tecnologia é um dos principais instrumentos de articulação e aproximação da comunidade científica e tecnológica com as empresas e proporciona condições para ampliação dos atuais índices de inovação, contribuindo para um maior valor agregado, produtividade, competitividade e inserção do Brasil no mercado global. Esse Sistema destinou, em 2009, R$ 53 milhões para implantação de 23 Redes Estaduais de Extensão Tecnológica, que realizarão atendimentos a micro, pequenas e médias empresas, a fim de solucionar gargalos tecnológicos; R$ 80 milhões para estruturação de 19 Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos, disponibilizando infraestrutura laboratorial, com o objetivo de auxiliar as empresas na superação de exigências técnicas para o acesso a novos mercados; e R$ 128 milhões para a implementação de 11 Redes Temáticas de Centro de Inovação, proporcionando às empresas o desenvolvimento de inovações em novos produtos ou processos, totalizando R$ 261 milhões.

O Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação (Pró-Inova) visa a articular as iniciativas de entidades parceiras, com vistas à sensibilização, conscientização e mobilização dos empresários e da sociedade para a importância da

inovação como instrumento de crescimento sustentável e competitividade. No âmbito desses programa, no ano passado, foi elaborado o Guia Prático da Inovação para Empresas. Esse Guia apresenta o Simulador de Incentivos Fiscais da Lei do Bem para as empresas e o Localizador de Programas e Instrumentos de Incentivo à Inovação existentes no País. Também foi feito o lançamento de edital no valor de R$ 8 milhões, para apoiar eventos de mobilização e sensibilização para inovação, em 2009 e 2010. Em 2010, o Programa apoiará o Prêmio Nacional de Gestão Inovação e o fortalecimento de instituições de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas. Essas ações estão sendo realizadas em articulação com a Mobilização Empresarial para Inovação (MEI), liderada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Por meio da Lei de Inovação, o Governo tem apoiado a implantação, estruturação e consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), mecanismos relevantes para disseminar e consolidar a inovação tecnológica no País e apoiar essas Instituições nas questões relativas à propriedade intelectual. Em 2009, foram contratados sete projetos, totalizando R$ 10,2 milhões, implantados quatro NITs, sendo todos eles associados em formato de arranjos regionais, que atuam de forma virtual e operam em forma de rede colaborativa para otimizar e compartilhar recursos, disseminar boas práticas de gestão da inovação, de proteção à propriedade intelectual e transferência de tecnologia, bem como facilitar a aplicação dessa política e da Lei de Inovação.

c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

A diversidade dos recursos naturais, as potencialidades energéticas, as especificidades dos setores econômicos, a larga extensão territorial, os desafios tecnológicos para o futuro, a necessidade da segurança e da defesa nacional e a dinâmica oferecida pela variedade de possibilidades de inovação fazem com que o Brasil seja uma nação singular dentro do cenário mundial. O potencial inovador e dinamizador da economia, como fator de crescimento e de inclusão, estimula a necessidade de que se conciliem possibilidades das matrizes produtivas com os anseios e demandas da sociedade. O Governo desenvolve, nesse sentido, programas e ações concretos para fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em áreas estratégicas. Diante da pluralidade potencial dos recursos disponíveis, foram definidas como linhas de ação prioritárias a biotecnologia, a nanotecnologia, as tecnologias da informação e da comunicação, a saúde, os biocombustíveis, a energia elétrica, o hidrogênio, as energias renováveis, o petróleo, o gás, o carvão mineral, o agronegócio, a biodiversidade, a Amazônia, o Semiárido, a meteorologia, as mudanças climáticas, o programa espacial, o programa nuclear, a defesa nacional e a segurança pública.

c.1) Energia

Em 2009, o Governo acelerou o fomento à P&D de Fontes de Energias Renováveis e de tecnologias energéticas limpas e eficientes, com destaque para o biodiesel, etanol e solar. Nesse sentido, foram destinados R$ 40 milhões para o biodiesel, para solucionar os principais gargalos tecnológicos existentes na cadeia de produção e uso desse combustível. Com foco principal na produção de matéria-prima graxa para a produção de biodiesel, destaca-se a estruturação de ações de apoio à instalação do banco ativo de Germoplasma (BAG) de pinhão manso na Embrapa; o desenvolvimento de novas fontes e rotas tecnológicas de insumos minerais para a produção agrícola de oleaginosas; o melhoramento genético de cultivares de dendezeiro; o edital de microalgas para biodiesel; e o edital de oleaginosas de ciclo curto. É importante destacar o início de ações de avaliação da conformidade voltadas para a capacitação da rede de laboratórios de caracterização e controle da qualidade de biodiesel, com recursos investidos da ordem de R$ 16 milhões. Como principal ação, o Projeto Confiabilidade de Ensaios Laboratoriais em Biocombustíveis (Celab)

está capacitando uma rede de 37 laboratórios, para que realizem ensaios e análises de acordo com requisitos internacionalmente aceitos e que busquem sua acreditação junto ao Inmetro.

No caso da energia solar, estão sendo realizadas pesquisas, com investimento da ordem de R$ 10 milhões, no desenvolvimento da cadeia produtiva de sistemas solares fotovoltaicos e térmicos. O setor de Energia Elétrica teve o aporte de R$ 16 milhões para ações de capacitação de laboratórios e formação de recursos humanos para o setor, com destaque para a implementação do laboratório de pesquisa hidroeletricidade em Tucuruí/PA, em parceria com a Eletrobrás, no valor total de R$ 4 milhões. Além disso, o Governo, em parceria com setor produtivo, criou a Rede de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Carvão Mineral, com a finalidade de desenvolver tecnologias para o uso sustentável do carvão mineral, visando à geração termoelétrica e siderurgia. Essa ação contou com um investimento, em 2009, de R$ 6 milhões. Neste exercício, continuarão a ser apoiados os projetos para desenvolvimento de tecnologias energéticas limpas e eficientes, bem assim de fontes energéticas renováveis.

c.2) Programa Nuclear

O ano de 2009 foi significativo para o setor nuclear brasileiro. No segmento do ciclo do combustível, foi assinado o contrato entre as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e a empresa Galvani para exploração conjunta da jazida de Santa Quitéria, localizada no Estado do Ceará. Esse empreendimento é um marco para o setor nuclear brasileiro, porque viabilizou a ampliação da capacidade de produção nacional de concentrado de urânio. Adicionalmente, iniciou-se a exploração subterrânea na jazida de Caetité/BA, garantindo-se, por intermédio desses dois empreendimentos, o suprimento de combustível para a operação contínua das usinas nucleares de Angra I, II e III.

Também no segmento do ciclo combustível, encontra-se em fase final de implantação, com inauguração prevista em 2010, a primeira planta nacional de conversão de concentrado de urânio. Localizada no Centro de Pesquisa da Marinha, em Iperó/SP, essa planta possibilitará o início do processo de conversão no País e servirá de modelo para a planta industrial a ser instalada no parque industrial da INB, em Resende/RJ.

Ainda em 2009, o Brasil deu um passo definitivo para concretizar sua capacitação industrial na produção de combustível para as usinas nucleares, com a entrada em operação da primeira cascata de enriquecimento de urânio do País. Essa planta, localizada no parque industrial da INB, encontra-se em operação e já fornece as primeiras cargas de urânio enriquecido para a fabricação de elemento combustível para Angra I e II.

Outra importante realização alcançada, em 2009, foi o início do projeto para desenvolvimento e instalação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB). As equipes para concepção do projeto já iniciaram suas atividades e encontra-se em execução o estudo de engenharia para adequação e preparação do terreno onde será construído o reator. Esse projeto reveste-se da maior importância, em decorrência da crise mundial no fornecimento de radioisótopos para medicina nuclear ocasionada pela suspensão na operação do reator comercial canadense, responsável por mais de 60% da produção mundial dessas substâncias. A crise no fornecimento teve como consequência a redução na prestação de serviços de radiodiagnóstico à população e o projeto do RMB possibilitará a garantia desse suprimento para atendimento da demanda nacional.

Outra importante realização na área de medicina nuclear foi a inauguração da Unidade de Produção de Radiofármacos (UPR), de Recife/PE. Localizada nas instalações do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear do Nordeste (CRCN/NE), a UPR já iniciou sua produção em 2009, dotando a Região Nordeste da mais moderna técnica de radiodiagnóstico para o tratamento de neoplasias, cardiopatias e neurocirurgias.

No que se refere ao tratamento de rejeitos radioativos, deu-se continuidade ao projeto para a implantação do Centro de Referência em Rejeitos Radioativos, que funcionará nas instalações do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), unidade de pesquisa da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), localizada em Belo Horizonte, com início de operação previsto para 2010. Esse Centro atuará com foco no desenvolvimento de métodos e processos para o tratamento de rejeitos radioativos e no treinamento dos profissionais de empresas e instituições que lidam com substâncias radioativas.

c.3) Programa Espacial

O Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) cumpriu, em 2009, etapas importantes para a consecução da política espacial brasileira, destacando-se, no campo das aplicações espaciais e satélites, a consolidação dos produtos CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) na América Latina, África e Ásia, com aproximadamente um milhão de imagens distribuídas de média e alta resolução e a ampliação da rede internacional de distribuição de imagens. Foram, também, desenvolvidos testes de subsistemas do Satélite Amazônia-1, incluindo-se as duas cargas úteis de sensoriamento remoto. Alcançou-se, ainda, a certificação de conformidade do foguete de sondagem VSB-30, já reconhecido no exterior pelo seu excelente desempenho e grau de confiabilidade.

Além disso, iniciou-se a reconstrução da torre de lançamento do veículo lançador de satélites (VLS), bem como das obras complementares de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara, para apoio ao lançamento do foguete ucraniano Cyclone 4, avançando no cumprimento do Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia. Para 2010, além do início da fabricação e integração do modelo de voo do satélite Amazônia-1, espera-se concluir a nova torre do VLS, assim como a maquete elétrica de Integração de Redes Elétricas do VLS, o que possibilitará a retomada da programação dos voos de lançamento desse veículo.

c.4) Nanotecnologia

A nanotecnologia, considerada a 5ª revolução industrial, é elemento imprescindível à inovação tecnológica. Há mais de 100 empresas brasileiras utilizando, desenvolvendo ou produzindo nanotecnologia em todo o País. O emprego da nanotecnologia como um instrumento de inovação é fundamental para aumentar o patamar de competitividade da indústria brasileira nos mercados nacional e internacional.

Em 2009, foi possível assegurar o apoio a 6 laboratórios estratégicos, necessários ao avanço do conhecimento do País, bem como a 15 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia em Nanotecnologia, distribuídos em todas as regiões do Brasil, a 175 projetos de jovens pesquisadores e estreitar cooperação internacional com 5 países estratégicos na área. Atualmente, a nanotecnologia conta com mais de 1.300 pesquisadores em atividade e mais de 2 mil alunos de pós-graduação apoiados pelo Governo Federal.

c.5) Biotecnologia

Na área de biotecnologia, destaca-se o forte enfoque dado aos investimentos para a infraestrutura, a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação nessa área. Das 10 plataformas tecnológicas previstas no Pacti para biotecnologia, oito já foram implantadas, com um investimento da ordem de R$ 16,5 milhões no triênio 2007-2009, nas áreas de Biotérios, Recursos Biológicos, Identificação Genética de Material de Multiplicação Animal e de Mudas e Sementes, Fitomedicamentos e Dermomedicamentos. Nesse mesmo período, também foram aplicados R$ 137,6 milhões para o desenvolvimento de 69 produtos biotecnológicos, envolvendo 65 empresas, por meio da subvenção econômica em diversas áreas, como: biocombustíveis, fármacos e medicamentos, bioprodutos, agropecuária, alimentos, cosmecêutica e vacinas.

Devem ser destacados, também, o Projeto de Pesquisa em Genoma Proteômica (Genoprot) e a Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio), que desenvolvem produtos e processos nas áreas de saúde humana e animal, agricultura, indústria, e meio ambiente, com abordagem estratégica. O primeiro, voltado para o fortalecimento de grupos de pesquisa consorciados em nível nacional, e o segundo, em nível regional, já tendo desenvolvido caprinos transgênicos que expressam a proteína antitrombina hG-CSF (fator estimulante de granulócitos humanos) para serem utilizados em pacientes imunodepressivos. Para fortalecimento de grupos de pesquisas interdisciplinares em genômica e proteômica, foi lançado, em 2009, edital no valor de R$ 13 milhões. Nesse mesmo ano, foi instalado o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), que é uma instância colegiada multidisciplinar de caráter normativo, consultivo, deliberativo e recursal, com a finalidade de estabelecer normas para uso e cuidados com animais para ensino e pesquisa, visando à instalação. A grande importância do Concea está na garantia do desenvolvimento de pesquisas científicas preservando, ao máximo, o bem-estar animal.

c.6) Biodiversidade

O ano de 2009 marcou o lançamento do edital do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), no valor global de R$ 9,5 milhões, para o período de 2009 a 2011, com até 30% dos recursos destinados a bolsas de pesquisa. O PPBio foi ampliado para a Mata Atlântica, como parte do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II), e foi elaborado o projeto "Gerenciamento e uso de informações para ampliar a capacidade brasileira em conservar e utilizar a biodiversidade", orçado em US$ 29 milhões, com financiamento do Governo e do Fundo para o Meio Ambiente Global.

Outras iniciativas, também, foram relevantes para a pesquisa sobre a biodiversidade brasileira em 2009. Foi instituída a Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para a Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado (ComCerrado); mantida a parceria, até 2011, com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas temáticas de pecuária, pesca e bioprospecção, com recursos da ordem de R$ 2,8 milhões; iniciado o processo licitatório para construção do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP) e apresentado o Plano Científico para esse Instituto; e aprovada a proposta da Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pro-Centro-Oeste). Em relação à Amazônia, foi lançado, em 2009, o edital para implementação da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte), que prevê a aplicação de R$ 13 milhões, provenientes do FNDCT, e R$ 6,3 milhões das Fundações de Amparo à Pesquisa e das Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia da região. Além disso, foi publicado o edital da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma), com aporte de R$ 3,2 milhões; iniciado o Projeto Cenários para a Amazônia, que constitui-se na integração dos programas de pesquisa na Amazônia (LBA, Geoma e PPBio) e subsidiará a tomada de decisões em níveis estaduais e regionais

na Amazônia; aprovado o Termo de Referência para o edital, em consórcio com a França, no âmbito do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, totalizando R$ 9 milhões para o período 2010-2012; e estabelecida parceria com a Alemanha, para implantação de uma rede especializada de monitoramento de gases de efeito estufa, de variáveis climáticas e de fluxos de energia, de vapor de água e de gás carbônico, na qual serão implementadas 9 novas estações de monitoramento, entre elas uma torre de 300 metros, complementando as 14 estações existentes.

c.7) Mar e Antártica

As Ciências do Mar avançaram consideravelmente, em 2009, tendo sido lançados dois editais: o Edital "Biomar n° 39/2009" e o Edital "Papel do Oceano Atlântico nas Mudanças Climáticas nº 38/2009". O primeiro foi direcionado a apoiar projetos de pesquisas que visem o uso sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha existente nos ecossistemas costeiros e nas áreas marítimas sob jurisdição brasileira e de interesse nacional. Essa chamada contempla o valor de R$ 2 milhões para 2009 e R$ 4 milhões para 2010.

O objetivo do segundo edital foi promover o aumento do conhecimento sobre processos ligados ao clima, tanto no âmbito costeiro e oceânico, como de interação oceano-atmosfera-criosfera, que ocorram no Atlântico Sul, no Atlântico Tropical e no setor Atlântico do Oceano Austral (Antártico), bem como o aumento de estudos relacionados à dinâmica do carbono. A chamada foi dividida em linhas temáticas, totalizando o valor de R$ 5 milhões.

Foi realizada no último exercício, pelos Navios Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul e Oceanográfico Antares, a campanha Oceanográfica Transatlântico I. A campanha permitiu, mediante o embarque de equipes de pesquisadores brasileiros, a realização de perfis transoceânicos de coleta de dados oceanográficos, visando à identificação e ao monitoramento das principais feições oceânicas e a obtenção de dados de valor estratégico atinentes à circulação e às massas d'água da bacia do Atlântico Sul, com aplicação direta em estudos climáticos e das características da propagação acústica. Cabe destacar que campanhas dessa natureza são inéditas e propiciam conhecimento privilegiado do ambiente marinho oceânico, incluindo o Brasil no seleto grupo de países que realizam pesquisas oceanográficas de caráter global. Para o ano de 2010, a continuidade das pesquisas realizadas pelo Navio Cruzeiro do Sul será viabilizada por meio do lançamento de chamada pública.

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) produz ciência brasileira de nível internacional na Região Antártica. Em 2009, disponibilizou recursos na ordem de R$ 14 milhões aplicados para apoio a projetos de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação, bem como estimulou a cooperação científica com outros países da América do Sul. O primeiro Navio Polar brasileiro, o Almirante Maximiano, recebeu parte de seus equipamentos científicos, com um investimento inicial de R$ 10 milhões, e assim entrou em operação em outubro de 2009, participando de sua primeira campanha ao Oceano Austral. O fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), também, deu início a propostas de cooperação em pesquisa antártica entre os três países, como um dos temas incluídos no Edital Público lançado para apoio a pesquisas.

c.8) Tecnologias da Informação e Comunicação

As iniciativas do Governo na área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm como objetivo promover e apoiar a capacitação e competitividade da indústria de equipamentos, componentes e programas de computador, fundamentadas na

formação e capacitação de recursos humanos, nas atividades de PD&I, na integração e cooperação entre Instituições de P&D públicas e privadas e no fomento para instalação e ampliação de empresas de manufatura e de serviços no País.

Nesse sentido, destaca-se um parque industrial de mais de trezentas empresas fabricantes de equipamentos, centenas de empresas de serviços, e ainda, como avanço em tecnologia emergente, a criação da empresa pública Centro de Excelência em Tecnologia Avançada (Ceitec), que tem como objetivo o desenvolvimento de novas tecnologias de componentes semicondutores e outros materiais vitais para informática. Como exemplo, vale citar o desenvolvimento do primeiro microcomponente (*chip*) nacional para rastreabilidade bovina. O "chip", inteiramente desenvolvido no Ceitec, amplia a vantagem competitiva das exportações desse produto.

c.9) Defesa Nacional

Das ações de P&D na área de Defesa, destacam-se como mais relevantes: i) a continuidade nos investimentos para a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP), que em 2009 alcançou cerca de R$ 2,4 milhões e que entrou em fase de prototipagem na empresa Iveco, devendo estar disponível para incorporação às Forças Armadas a partir de 2013; ii) a continuidade do Projeto A-Darter, desenvolvido em conjunto com a África do Sul, que passou por algumas campanhas para testes de componentes diversos e espera-se ter seu desenvolvimento concluído em 2012. Com estimativa de investimento total de R$ 180 milhões, em 2009 foram alocados recursos financeiros no valor de R$ 40,95 milhões; iii) o projeto de Sistemas Inerciais para Aplicações Aeroespaciais, fundamentais para controle de atitude de satélites, ainda em fase de desenvolvimento, já dispondo de tecnologia para produção, com término previsto para 2010. No último ano, os investimentos alcançaram o valor de R$ 40,64 milhões; e iv) na área de Veículos Aéreos Não Tripulados (Vant), a Finep lançou em dezembro de 2009 a Chamada Pública MCT/Finep – CT-Aero – Vant nº 1/09, que destinará R$ 9 milhões para apoio financeiro a projetos de PD&I em Vant e tecnologias acessórias, com a participação de instituições estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aplicações em áreas como segurança pública, defesa, controle de fronteiras, meteorologia, agricultura, monitoramento de queimadas e poluição e degradação ambiental. A previsão da divulgação dos resultados da chamada é no mês de maio de 2010. Deve ser destacado, também, que o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) realizou no fim de novembro a Operação Acauã 8, com voos conjuntos das plataformas das 3 forças (Harpia, Acauã e VT – 15).

d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Uma importante iniciativa do Governo vai no sentido de direcionar ações e investimentos em ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social, compreendendo ações voltadas para a popularização da ciência, a melhoria da educação científica e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas. Um dos objetivos principais é promover a inclusão social, especialmente em comunidades carentes, tanto no meio rural como nas áreas urbanas, por meio de estímulo ao desenvolvimento econômico, social e regional. Nesse sentido, em 2009, com o objetivo de popularizar a ciência e a tecnologia, foi realizada a 6ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, por meio da qual foram promovidas cerca de 25 mil atividades em aproximadamente 500 Municípios, envolvendo grande número de instituições de ensino e pesquisa e entidades diversas. O crescimento, comparado a 2008, foi significativo: em 2008, foram realizadas cerca de 11 mil atividades em 450 Municípios. Com esse mesmo intuito, o Governo tem um programa de apoio a centros e museus de C&T. Em 2009, foi lançado, em parceria com 21 Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, um edital para a instalação de novos espaços científico-culturais e o fortalecimento dos já existentes.

O edital, com o valor de R$ 16,3 milhões, se destina a centros e museus de C&T, planetários, jardins zoobotânicos, parques de ciência e outras instituições que promovem atividades de divulgação científica e o ensino não formal de ciências.

Foi realizada, em 2009, a 5ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que bateu recorde de alunos e escolas participantes: 19,2 milhões de estudantes, em 43 mil escolas espalhadas por 99,1% dos Municípios brasileiros. Foram concedidas 3 mil bolsas de Iniciação Científica Júnior aos medalhistas da OBMEP 2009 e prêmios foram direcionados, também, às escolas e aos Municípios nos quais os alunos se destacaram. Pelo Programa de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), foram apoiadas novas unidades em diversos Estados, sendo que 18 projetos já estão aprovados e 55 encontram-se em análise, com recursos estimados em R$ 53 milhões. Entre os CVTs apoiados estão unidades voltadas para setores da construção civil, gastronomia, turismo, confecções, fruticultura, pecuária, artesanato, metalmecânico e tecnologia da informação.

Na área de saneamento e habitação, foi lançada, em outubro de 2009, a Chamada Pública MCT/MCidades/Finep/Ação Transversal – Saneamento Ambiental e Habitação – nº 7/2009, no valor de R$ 30 milhões, com o objetivo de apoio financeiro a projetos de pesquisa científica, tecnológica e inovação nas áreas de Saneamento Ambiental e de Habitação, por meio da formação de Redes Cooperativas de Pesquisa. Uma das finalidades dessa ação é contribuir para o uso de novas tecnologias construtivas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).